

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO**

ANTÓNIO JOÃO DAMIÃO

**ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE
2023 NA EMISSORA PÚBLICA – TELEVISÃO DE MOÇAMBIQUE (TVM)**

**PONTA GROSSA
2025**

ANTÓNIO JOÃO DAMIÃO

**ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE
2023 NA EMISSORA PÚBLICA – TELEVISÃO DE MOÇAMBIQUE (TVM)**

Dissertação apresentada para obtenção
do título de mestre em Jornalismo, na
Universidade Estadual de Ponta
Grossa, na área de ciências sociais
aplicada.

Orientadora: Profa. Dra. Cintia Xavier.
Coorientador: Prof. Dr. Hendryo André.

**PONTA GROSSA
2025**

Damião, António João
D158 Análise da cobertura jornalística das eleições municipais de 2023 na emissora pública – *Televisão de Moçambique* (TVM) / António João Damião. Ponta Grossa, 2025.
144 f.

Dissertação (Mestrado em Jornalismo - Área de Concentração: Processos Jornalísticos), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Cintia Xavier. Coorientador:
Prof. Dr. Hendryo André.

1. Jornalismo. 2. Televisão de Moçambique. 3. Frelimo. 4. Renamo. 5. MDM.
I. Xavier, Cintia. II. André, Hendryo. III. Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Processos Jornalísticos. IV.T.

CDD: 070.4

ANTONIO JOÃO DAMIÃO

**ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS
DE 2023 NA EMISSORA PÚBLICA – TELEVISÃO DE MOÇAMBIQUE (TVM)**

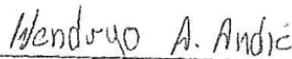
Dissertação apresentada para obtenção de título de mestre na Universidade
Estadual de Ponta Grossa. Área de concentração: Processos de Produção
Jornalística.

Ponta Grossa, 11 de Março de 2025.

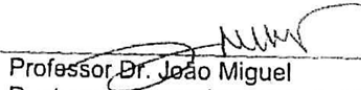
Banca examinadora



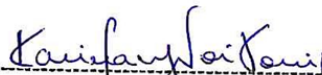
Orientadora: Profª Dra. Cintia Xavier
Doutor em comunicação pela Unisinos
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)



Co-orientador: Prof. Dr. Hendryo André
Doutor em Jornalismo pela UFSC
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)



Professor Dr. João Miguel
Doutor em Comunicação pela Unisinos
Universidade Eduardo Mondlane (UEM-Moçambique)



Professora Dra. Karina Janz Woitowicz
Doutor em Ciências Humanas pela UFSC
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

“Hoje em dia, os noticiários televisivos fornecem uma cobertura regular das eleições. Esta cobertura é um veículo verdadeiramente central da campanha” (Traquina, 1999, p. 192).



Universidade Estadual de Ponta Grossa
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em Jornalismo

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaração de Compromisso Ético com a Originalidade Científico-Cultural

Eu, **ANTÔNIO JOÃO DAMIÃO**, responsabilizo-me pela redação do trabalho intitulado: **ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2023 NA EMISSORA PÚBLICA – TELEVISÃO DE MOÇAMBIQUE**, atestando que todos os trechos que tenham sido transcritos de outros documentos (publicados ou não), e que não sejam de minha exclusiva autoria, estão citados entre aspas, com a devida indicação da fonte (autor e data) e a página que foram extraídos (se transcritos literalmente) ou somente indicados fonte e ano (se utilizada a ideia do autor citado), conforme os padrões da ABNT vigentes. Declaro, ainda, ter pleno conhecimento de que posso ser responsabilizado legalmente caso infrinja tais disposições.

Ponta Grossa, 11 de março de 2025

Documento assinado digitalmente
gov.br **ANTONIO JOAO DAMIAO**
Data: 07/08/2025 22:38:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Aos meus pais, Flora Patreque, que ainda em vida me orienta com sua sabedoria, e João Damião, cuja memória permanece como um farol em meu caminho. A ambos, por serem exemplos de vida que me guiaram em cada passo. Aos meus irmãos, pelo amor incondicional e apoio constante.

AGRADECIMENTOS

Nasci numa família cristã, então antes de mais agradeço a Deus pela inspiração divina, orientação, força e perseverança que me concedeu para concluir esta dissertação. Agradecimentos especiais ao meu pai João Damião (em memória) e à minha mãe Flora Patreque, pelo apoio constante e incentivo na minha caminhada acadêmica. Outros agradecimentos vão para Domingos, Nelson, Patreque, Hortência, Luís, Bebia Alberto e Elias Damião, pelo apoio financeiro e emocional.

Aos meus orientadores, professora Cintia Xavier e professor Hendryo André, sou imensamente grato pela orientação desde a fundação até a conclusão deste trabalho. A contribuição de ambos foi fundamental para o seu desenvolvimento e encerramento. Agradeço aos meus amigos e colegas, Mavuto Zacarias, Jacinto Sabito, Paulo Pessoa, David, Yago, Luiza Zanotti, Joseli, pelo apoio incondicional e pelas energias positivas ao longo dessa jornada. Aos meus colegas do curso de Jornalismo, especialmente aqueles que compartilharam comigo os “anos dourados” da faculdade, agradeço pela inspiração e pelos momentos divertidos e inesquecíveis que me moldaram como pessoa e acadêmico.

Agradeço aos professores Luiz Gadini e João Miguel, membros da minha banca de qualificação, cujas observações e questionamentos proporcionaram reflexões valiosas, permitindo-me aprofundar a análise e fortalecer os argumentos aqui apresentados. Sou grato pelo tempo e dedicação de ambos, bem como pela generosidade em compartilhar seus conhecimentos e experiências, que enriqueceram significativamente minha trajetória acadêmica.

Estendo ainda a minha gratidão a todos os professores do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, com destaque para os professores Marcelo, Gadini, Paula, Manuel, Rafael, Felipe Simão Pontes, Graziela, Karina, Ivan e Hebe, que, com sua sabedoria e generosidade, não apenas me ensinaram a importância da vida acadêmica, mas também me inspiraram para seguir adiante.

O meu mais profundo agradecimento vai para a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pelo financiamento concedido ao longo dos meses, e ao Carrefour, cuja bolsa foi essencial para a realização desta pesquisa. A bolsa proporcionada por esta instituição (Carrefour) permitiu-me desenvolver integralmente o trabalho, viabilizando todas as etapas da investigação, desde a coleta e análise dos dados até a redação final. Sem esse suporte, este estudo não teria sido possível. Agradeço, portanto, não

apenas pelo investimento financeiro, mas também pela confiança na importância e relevância desta pesquisa.

Este trabalho simboliza o fim de uma etapa muito importante na minha vida pessoal e acadêmica. Com o coração repleto de gratidão, tenho a certeza de que deixo um pouco de mim na UEPG e levo um pouco de todos vocês comigo, para enfrentar os desafios das próximas etapas.

Muito obrigado!

RESUMO

A pesquisa propõe analisar a relação entre a televisão pública e política em Moçambique, discutindo como a relação destes dois sistemas influenciaram as sextas eleições municipais, ocorridas em 2023. O objetivo geral é analisar o processo de produção jornalística das eleições municipais de 11 de outubro de 2023 envolvendo três partidos políticos: Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) e Movimento Democrático de Moçambique (MDM) pela Televisão de Moçambique (TVM). O objeto empírico é formado por 108 conteúdos publicados pela emissora no quadro *Diário de Campanha Eleitoral* durante o período de 12 dias nos municípios de Maputo, Matola e Nampula. A revisão da literatura consistiu no levantamento bibliográfico de dissertações, teses que abordam as interfaces entre jornalismo e política, além de legislações que regulamentam a atividade jornalística em Moçambique. Esta é uma pesquisa qualiquantitativa que tem como aporte metodológico a análise de conteúdo associada à entrevista, que foi direcionada aos profissionais envolvidos na produção dos conteúdos da TVM. Como resultado, observou-se uma cobertura com tendências desiguais na medida em que os partidos da oposição são negligenciados ao aparecerem poucas vezes e com menos atributos em comparação com o partido no poder, a Frelimo.

Palavras-Chave: Jornalismo, Televisão de Moçambique, Frelimo, Renamo, MDM.

ABSTRACT

The research aims to analyze the relationship between public television and politics in Mozambique, discussing how the interaction between these two systems influenced the sixth municipal elections held in 2023. The general objective is to examine the journalistic production process of the October 11, 2023, municipal elections, focusing on three political parties: the Mozambique Liberation Front (Frelimo), the Mozambican National Resistance (Renamo), and the Democratic Movement of Mozambique (MDM), as covered by Televisão de Moçambique (TVM). The empirical object consists of 108 pieces of content broadcast by the network within the Diário de Campanha Eleitoral (Electoral Campaign Diary) framework over a 12-day period in the municipalities of Maputo, Matola, and Nampula. The literature review involved a bibliographic survey of dissertations and theses addressing the intersections between journalism and politics, as well as legal frameworks regulating journalistic activity in Mozambique. This is a mixed-methods study that employs content analysis combined with interviews conducted with professionals involved in the production of TVM's content. The findings indicate an uneven coverage trend, as opposition parties were marginalized, appearing less frequently and with fewer attributes compared to the ruling party, Frelimo.

Keywords: Journalism, Television of Mozambique, Frelimo, Renamo, MDM.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do continente africano que ilustra a localização de Moçambique.....	25
Figura 2 – Protestos contra resultados eleitorais.....	47
Figura 3 – Estrutura do funcionamento da Soico Televisão (STV).....	55
Figura 4 – Mapa de Moçambique ilustrando as cidades em que a TVM está presente.....	61
Figura 5 – Organograma da TVM.....	62
Figura 6 – Apresentação do Diário da Campanha.....	71
Figura 7 – Esquema representativo do Âncora durante a cobertura do DCE.....	73
Figura 8 – Planilha de Coleta de dados.....	78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Temas de destaque na Campanha Eleitoral.....	90
Gráfico 2 – Gênero presente na cobertura da DCE	93
Gráfico 3 – Presença de fontes no DCE	97
Gráfico 4 – Predominância da língua pelos candidatos.....	100

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Percentagem nas províncias em que cada partido teve maior votação	41
Tabela 2 – Cobertura midiática por partido político	43
Tabela 3 – Duração diária do Bloco eleitoral da STV.....	50
Tabela 5 – Resultados finais para a cidade de Maputo.....	87
Tabela 6 – Quantidades de conteúdos por partido no Diário de Campanha da TVM.....	88

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC – Análise de Conteúdo
CC – Conselho Constitucional
CNE – Comissão Nacional de Eleições
DCE – Diário da Campanha Eleitoral
FDS – Forças de Defesa e Segurança
FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique
GC – Gerador de Caracteres
HGPE – Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral
INE – Instituto Nacional de Estatística
MDM – Movimento Democrático de Moçambique
TVM – Televisão de Moçambique
RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana
RM – Rádio Moçambique
RTP – Rádio e Televisão de Portugal
TVE – Televisão Experimental
UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa

SUMARIO

INTRODUÇÃO	16
1 MÍDIA E POLÍTICA EM MOÇAMBIQUE	22
1.1 BREVE CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO DE MOÇAMBIQUE COMO NAÇÃO	22
1.2 O MARCO POLÍTICO E MÍDIÁTICO	25
1.3 PERÍODO COLONIAL	26
1.4 PERÍODO PARTIDO-ESTADO (DE 1974 A 1990): A NOVA REPÚBLICA.....	30
1.5 PERÍODO LIBERAL (1990): A SEGUNDA REPÚBLICA	34
1.6 ELEIÇÕES E COBERTURA MÍDIÁTICA	37
1.7 MÍDIA PRIVADA	46
2 RADIODIFUSÃO MOÇAMBICANA.....	50
2.1 O RÁDIO.....	50
2.2 A TELEVISÃO	52
2.3 A TELEVISÃO DE MOÇAMBIQUE (TVM).....	55
2.3.1 O Telejornal	61
2.3.2 Diário da Campanha Eleitoral (DCE).....	66
2.3.3 Estrutura do DCE	70
3. ASPECTOS METODOLÓGICOS	72
3.1 ANÁLISE DO CONTEÚDO (AC)	72
3.2 ENTREVISTA MEDIADA POR PLATAFORMA.....	77
4 COBERTURA DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2023	83
4.1 COMO A TVM FEZ O DIÁRIO DE CAMPANHA?	83
4.2 O QUE OS REPÓRTERES FALARAM SOBRE O DCE	101
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS	113
APÊNDICE A – ENTREVISTA COM JORNALISTA 1	121
APÊNDICE B - ENTREVISTA COM JORNALISTA 2.....	127

ANEXO A - TABELA GERAL DE DADOS	132
ANEXO B - APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA.....	142

INTRODUÇÃO

O papel do jornalismo em processos políticos tem configurado as democracias em vários países e, em Moçambique, em particular. Alguns pesquisadores, como Hess (1988) e Meyer (2002), sugerem que a crescente importância dos *media* levou à emergência de um novo tipo de democracia, uma *media democracy*, que substitui a anterior *party democracy*. A presente pesquisa analisou a cobertura eleitoral feita pela Televisão de Moçambique (TVM), por meio do quadro *Diário de Campanha Eleitoral*, veiculado no período noturno durante a campanha para as eleições municipais de 2023 na capital do país, Maputo, cidade de Matola, ambos pertencentes à região Sul, e na cidade de Nampula, ao norte de Moçambique. Num contexto em que se verifica um aumento de críticas contra a cobertura jornalística em momentos de campanhas eleitorais em Moçambique, como sugerem algumas pesquisas (Nhanale, 2017; Centro dos Estudos Interdisciplinares, 2013), pretende-se conhecer de que modo a Televisão de Moçambique em particular se comportou no decurso da campanha eleitoral, tendo em conta a cobertura jornalística dos três principais partidos concorrentes: a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) e o Movimento Democrático de Moçambique (MDM).

A justificativa deste tema decorre de diversas motivações, sendo a principal a busca pela integração dos conhecimentos adquiridos no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, aliado à relevância da televisão como uma das principais fontes de informação em Moçambique, onde, em média, 84% dos moçambicanos veem televisão todos os dias, 35,1% ouvem rádio e apenas 17,1% leem jornais diariamente, de acordo com o Estudo da Intercampus realizado em 2011. Estes dados comprovam que, destes três meios, a televisão é o meio que está tendo maior alcance na atualidade midiática daquele país. Além disso, reconhece que a televisão desempenha um papel crucial e exerce influência significativa no processo eleitoral, na medida em que pode mudar as decisões dos eleitores por meio dos conteúdos que escolhe noticiar.

É sabido que, o que é veiculado na televisão pode auxiliar no modo de voto de um eleitor, destacando a importância de compreender não apenas o trabalho realizado por uma estação de televisão ao cobrir uma campanha eleitoral, mas também os critérios jornalísticos que fundamentam essa cobertura (Camboa, 2011). Nesse sentido, é fundamental não apenas perceber, mas também analisar a natureza do trabalho jornalístico feito por esta emissora de televisão pública durante o período eleitoral.

É interessante considerar também que em Moçambique ocorreram vários conflitos armados entre o partido dominante, a Frelimo¹, e os partidos de oposição, especialmente a Renamo². Esses conflitos surgiram de contestações pós-eleitorais que, de algum modo, foram exacerbadas por comissões eleitorais comprometidas e coberturas televisivas favoráveis ao partido no poder, como apontam vários analistas políticos com maior destaque para o consórcio *Mais Integridade*³. Portanto, torna-se crucial estudar esse fenômeno para compreender o processo midiático subjacente e, de certa forma, prevenir futuros conflitos relacionados ao estudo em questão.

O objeto empírico para a discussão sobre esta temática são os conteúdos veiculados pela Televisão de Moçambique no programa *Diário da Campanha* entre os dias 26 de setembro e 9 de outubro de 2023. Isso inclui todos os conteúdos publicados por esta emissora nas cidades selecionadas para o estudo. Além disso, a pesquisa incorpora a técnica de entrevista, realizada em novembro de 2024, posteriormente ao exame de qualificação, com dois jornalistas da Televisão de Moçambique, sediados nas sucursais referidas. Essas questões visam a obtenção de detalhes específicos sobre o elemento investigado — a TVM. Entretanto, por conta das barreiras geográficas que separam o entrevistador e os entrevistados, as entrevistas foram realizadas por meio de plataformas digitais, no caso concreto, o WhatsApp.

O estudo concentrou-se na análise da cobertura jornalística televisiva em 64 municípios durante o período de outubro a novembro de 2023. Inicialmente, foram coletados mais de 1050 conteúdos publicados pela TVM concernentes ao segundo bloco do *Diário da Campanha* que era transmitido por volta das 21 horas no horário de Moçambique (16 horas no horário de Brasília). Contudo, a amplitude geográfica tornava a pesquisa inviável. Diante disso, o escopo foi restringido aos municípios de Maputo, Matola e Nampula. O objetivo geral desta pesquisa é analisar o processo de produção jornalística das eleições municipais de 11 de outubro de 2023 envolvendo três partidos políticos: Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) e Movimento Democrático de Moçambique (MDM) pela Televisão de Moçambique (TVM).

A escolha desses municípios foi motivada pela identificação de diversas infrações nestes locais durante a cobertura jornalística, o que resultou em contestações e manifestações

¹ A Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) é um partido político oficialmente fundado em 25 de junho de 1962, com o objetivo de lutar pela independência de Moçambique do domínio colonial português.

² A Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) é o segundo maior partido político de Moçambique. O seu líder histórico foi Afonso Dhlakama.

³ Expresso. Eleições em Moçambique: observadores acusam Frelimo de “manipulação dos resultados”. (Expresso, 2023).

violentas. De acordo com o relatório da *Human Rights Watch Moçambique* (2023), esses eventos provocaram a perda de vida de mais de 15 pessoas em todo o território moçambicano com mais enfoque para as cidades de Maputo, Matola e Nampula. A decisão de focar nessas áreas específicas permite uma análise contextualizada do processo eleitoral moçambicano sem descurar da cobertura televisiva.

A partir da análise da cobertura eleitoral da TVM, o estudo pretende expor duas entrevistas com finalidade de perceber os argumentos que sustentam a cobertura parcial apresentada por Namburete (2014). Vale, no entanto, ressaltar que a Televisão de Moçambique faz parte dos três veículos de comunicação social fundados no período marxista caracterizado pelo partido único, um sistema adotado após o país alcançar a independência do jugo colonialismo português em 1975, e que mesmo após a transição para o contexto multipartidário é visto como alinhado, nos seus conteúdos ao partido Frelimo. Esta televisão é considerada o primeiro meio televisivo em Moçambique pós-independente, pois foi durante a Feira Internacional de Maputo (Facim) que esta emissora pública foi ao ar pela primeira vez, apenas quatro anos depois da independência. Até então, o meio de comunicação funcionava em condição de televisão experimental (TVE).

De acordo com Miguel (2008, p. 116):

A titularidade experimental – acabou se alastrando até 1991, quando passou a ser designada Televisão de Moçambique (TVM). Seguidamente, em 1994, pelo Decreto-Lei nº19/94, de 16 de junho, assumiu a designação de Televisão de Moçambique – Empresa Pública (TVM-EP), juntamente com a Rádio Moçambique, que, através do mesmo decreto, passou também a ostentar a condição de pública.

Segundo o Estatuto Editorial desta emissora, a TVM é um órgão de comunicação social cujo principal objetivo é fornecer o serviço público de transmissão televisiva. No exercício de suas atividades, a TVM adere aos princípios constitucionais relacionados à liberdade de imprensa, respeita a legislação aplicável à comunicação social e observa os estatutos da Empresa.

Na fase experimental, a grade de programação da televisão de Moçambique consistia principalmente em conteúdos internacionais. Posteriormente, a emissora firmou acordos com a RTP, uma operadora de serviço público de Rádio e Televisão de Portugal, com o objetivo de auxiliar a TVM na produção de conteúdos próprios e nacionais. Conforme argumentado por Miguel (2008), inicialmente, esses acordos concentraram-se na produção de conteúdos na capital do país, Maputo. Gradualmente, a parceria expandiu-se para outras regiões, com delegações sendo estabelecidas em Beira, a segunda cidade mais importante economicamente

de Moçambique, e em outras quatro capitais provinciais: Nampula, Cabo Delgado, Niassa e Zambézia (Muatiacale, 2007). Este processo representou uma ampliação significativa da cobertura televisiva, abrangendo diversas áreas geográficas do país. Durante a expansão, a TVM enfrentava dificuldades de estender o sinal para as regiões mais remotas do país. No entanto,

Em 2001 foi colocado um cabo submarino de fibra ótica, numa distância de pouco mais de 1000 km, ligando a capital do país e a segunda maior cidade, Beira, o que é aproveitado não só pela rede pública de televisão, mas pela empresa pública de telefonia (TDM) que, aliás, é a proprietária desse dispositivo (Miguel, 2008, p. 119).

Miguel (2008) reitera que até esse momento a Televisão de Moçambique estava 60% de cobertura nacional, daí que com o financiamento da Dinamarca, a TVM entrou na segunda fase de expansão, em 2007, alargando o sinal aberto para o restante das capitais provinciais. No período houve a ligação entre as cidades de Cuamba-Lichinga, Nampula-Pemba e Chimoio-Tete-Caia. Hoje, a TVM possui delegações (sucursais) em todas as capitais provinciais.

O estudo realizado pelo Instituto Eleitoral para a Democracia Sustentável em África (EISA-Moçambique, 2005), sobre a formação do voto e comportamento eleitoral dos Moçambicanos, mostra que “38% dos cidadãos receberam informação eleitoral, diretamente, por via de organizações partidárias e 62% receberam a informação através dos meios de comunicação que os partidos políticos usam para informar, como os comícios, pelos *media* (tempo de antena e notícias) e outros tipos de contatos (igreja, família e amigos)” (EISA, 2005, p. 18). A pesquisa conclui que no grupo de todos os meios de comunicação, os inquiridos reconhecem que os meios públicos se configuram como uma das maiores fontes de informação, especialmente a rádio e televisão de Moçambique, graças à abrangência e ao uso das línguas nacionais. Este argumento sugere que a TVM tem um papel importante na decorrência dos eventos eleitorais e, consequentemente, na massificação dos processos democráticos do país.

A Lei de Imprensa e a Constituição da República de Moçambique determinam que em períodos eleitorais, os meios de comunicação social de cariz público devem produzir e veicular propaganda partidária obedecendo princípios de objetividade e imparcialidade. Esses fatos fazem com que a cobertura de eventos eleitorais seja obrigatória para os veículos públicos, como é o caso da TVM, o que acaba por desqualificar os critérios de seleção de notícias, passando assim a publicar quaisquer acontecimentos ou eventos relacionados à campanha ou aos partidos políticos nos momentos eleitorais.

A relevância da TVM como meio informativo é atribuída a uma característica distintiva: a sua capacidade de facilitar a comunicação entre públicos diversos, sem impor a necessidade de uma formação específica para decodificar a mensagem. Isso em parte se traduz pela utilização de línguas locais em horários de notícias e em outras transmissões⁴. A televisão, por excelência, destaca-se como um meio eficaz para a disseminação em massa e democratização da informação (Soares, 2015). Nesse contexto, os políticos reconheceram a importância desse veículo como o instrumento ideal para transmitir suas mensagens e manifestos eleitorais, visando persuadir o eleitorado.

Para a maioria das pessoas, os telejornais são a primeira informação que elas recebem do mundo que as cerca: como está a política econômica do governo, o desempenho do Congresso Nacional, a vida dos artistas, o cotidiano do homem comum, entre outras coisas (Vizeu, 2014, p. 10). Embora esse pensamento tenha sido produzido olhando a situação brasileira, o argumento estende-se aos telejornais moçambicanos com maior enfoque para o telejornal da TVM, que é considerado o primeiro espaço de notícias em vídeo e áudio a ser transmitido no país. É importante ressaltar que, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), até 2023, 40% da população moçambicana, num total de 32 milhões de habitantes, permanece analfabeta. A disparidade entre os gêneros é evidente, com uma taxa de analfabetismo de 49,4% entre as mulheres e 27,2% entre os homens. Esse cenário, combinado com a pobreza e a deficiente distribuição da rede elétrica, destaca desafios significativos para o desenvolvimento e acesso à informação no país.

Com base nesses princípios, a pesquisa está dividida em quatro capítulos. No primeiro e no segundo capítulos foi discutido o poder da televisão em sociedades democráticas, fazendo, primeiro, uma relação com a política e, depois, uma contextualização histórica de Moçambique e da TVM. Acredita-se que este contexto possa contribuir com o atual cenário em que se encontra o processo político e midiático moçambicano.

Essa discussão vai resultar no embasamento teórico que se traduz na combinação de várias literaturas basílicas da temática, como a tese de doutorado em Ciências da Comunicação de João Miguel, apresentada em 2008, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos intitulada *Mídia, política e mercado na sociedade moçambicana: o setor televisivo aberto* (Miguel, 2008); e também na tese de doutorado de Ernesto Nhanale, apresentada em 2017 na Universidade Autônoma de Barcelona, com título *Jornalismo e democracia em Moçambique: a cobertura de*

⁴ De acordo com a ONU (2019), estima-se que 39% da população Moçambicana assiste à televisão três vezes por semana e a média de tempo em frente ao aparelho é de 5 horas durante a semana.

casos de corrupção nos jornais Domingo e Savana (Nhanale, 2017), além de outras pesquisas como a de Leonilda Muatiacale, que se dedica à análise crítica das *Estratégias discursivas dos telejornais de Moçambique, com enfoque no Jornal Nacional e Jornal da Noite* (Muatiacale, 2007), e a de Cremilda Massingue, publicada em 2000, que trata sobre *O estado e a Democracia em Moçambique* (Massingue, 2000).

No terceiro capítulo foi apresentado a metodologia utilizada no trabalho. A pesquisa apresenta uma análise dos conteúdos publicados pela TVM durante o período da campanha eleitoral. Este método será associado à entrevista, como já mencionado neste trabalho. Partindo do pressuposto de que se trata de um estudo de caso específico, a pesquisa buscará incluir dados sobre a realidade da cobertura eleitoral em Moçambique de forma geral, com foco nas eleições municipais de outubro de 2023.

Para metodologia complementar, a pesquisa utilizou igualmente de entrevista direcionada aos jornalistas e editores da TVM e serviu para compreender a rotina de produção de conteúdos jornalísticos em períodos eleitorais no país. Utilizada como um método complementar, a entrevista semiestruturada foi direcionada a dois jornalistas da TVM que tiveram envolvimento direto com o processo eleitoral de 2023 nas cidades de Nampula e Matola.

No quarto e último capítulo é realizada a apresentação dos resultados da pesquisa, que consistiu na análise de conteúdo e nas entrevistas. Os resultados estão apresentados de acordo com os seguintes elementos: 1) Local de estudo; 2) Conteúdos analisados; 3) Observações dos entrevistados em torno do fenômeno em estudo; e 4) Principais conclusões. Os resultados indicam uma cobertura eleitoral quantitativamente equilibrada que observou os princípios da legislação moçambicana, mas que, qualitativamente é desequilibrada, uma vez que a Frelimo aparece com mais elementos, como um maior número de fontes em seus conteúdos.

1 MÍDIA E POLÍTICA EM MOÇAMBIQUE

De acordo com Nhanale (2022), ao longo dos últimos 90 anos, a imprensa em Moçambique viveu pelo menos três fases importantes: colonial (entre 1933 e 1974); partido-estado (de 1974 a 1990); e liberal (de 1990 até hoje). No primeiro período, o governo português intensificou suas políticas de presença nas colônias, e a imprensa foi atrelada às regras de funcionamento vigentes na metrópole. Nesse período, explica o autor, mediante o comando constitucional de 1933, a atividade jornalística foi condicionada à censura prévia.

Nhanale (2022) argumenta ainda que, ao se encontrar sob um regime autoritário com gênese fascista e simultaneamente imerso em um contexto de surgimento de movimentos pela libertação nacional, os meios de comunicação oficiais se viam desafiados por uma imprensa reivindicatória. Embora de forma clandestina, esse segmento da imprensa lutava pelos direitos da maioria negra e pela independência.

O segundo período, que vigorou entre 1974 e 1990, é chamado de Partido-Estado. Conforme já reforçado por Macagno (2010), coincide com a ascensão da Frelimo e sua transformação em partido político e, além disso, é todo demarcado por uma orientação marxista-leninista e pela ideologia do “homem novo” (Sumich, 2010), aquele que, com vistas a um pensamento também colonial — mas, neste caso, vinculado à União Soviética — tem o desejo de extirpar, inclusive por meio de uma confrontação díspar entre conhecimento científico autoritário e saberes populares, algumas das tradições que vinculam a África e seus povos ao atraso (Meneses, 2019).

As mudanças impostas pela Constituição de 1990 garantiram a entrada para a terceira fase da história da imprensa em Moçambique, caracterizada pela abertura do país ao liberalismo político e econômico. Foi assim que foram criados novos órgãos de comunicação social, com propriedade privada, destacando-se a cooperativa de jornalistas Mediacoop, que lançou, em 1994, o semanário Savana (Nhanale, 2022, p. 41). Enfim, no primeiro momento, entendemos ser importante localizar Moçambique a partir do contexto da construção do país como nação.

1.1 BREVE CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO DE MOÇAMBIQUE COMO NAÇÃO

Moçambique é um país localizado no sudeste do continente africano, banhado pelo oceano Índico a leste e que faz fronteira com países como a África do Sul, Zimbabwe, Malawi, Tanzânia e Zâmbia (Figura 1). De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o PIB

moçambicano foi estimado entre 16,4 bilhões de dólares para o ano de 2023⁵ e o país possui 11 províncias. A capital política e econômica é Maputo. Durante o domínio português, a capital era chamada de Lourenço Marques, homenagem ao primeiro negociante português que explorou a região, em 1544. A capital Maputo é a detentora de todos os poderes, é também onde todos os veículos de comunicação estão centrados. Moçambique fala mais de 43 línguas nacionais, sendo o português europeu a língua oficial.

Figura 1: Mapa do continente africano que ilustra a localização de Moçambique



Fonte: Khaiinauy, 2016.

A grande maioria da atual população da República de Moçambique é descendente dos grupos bantu que se instalaram ao longo dos séculos III e IV vindos da região dos Grandes Lagos pela planície costeira da África Oriental ou através do planalto do Zimbabwe. O grupo fixou-se primeiramente ao longo da costa e só depois na região central. A chegada dos bantus no território faz parte da gradual ocupação da África Austral por estes povos, isto é, da sua expansão e fixação na parte Sul do continente africano (Livro na Rua, 2011). A História de Moçambique explica ainda que este processo de expansão e fixação dos bantu na África Austral fez com que eles tivessem por vezes de apossar-se de terras já ocupadas ou percorridas por

⁵ A economia Moçambicana sob tutela do Fundo Monetário Internacional. (Jornal de Angola, 2023)

grupos dispersos de caçadores, coletores e pastores, os San e os Khoi khoi. Cau (2011) explica que estes povos antigos, também chamados Khoisan, viviam numa fase de organização social e de desenvolvimento que os Bantu já tinham ultrapassado há muitos séculos. Eles foram os primeiros habitantes da África Austral, incluindo Moçambique.

Os historiadores Carlos Serra e David Hedges (2000) explicam que nos anos 1000, os bantus formaram os estados de Zimbabwe e Mwenemutapas. Cau (2011) sustenta essa ideia ao referir que esses estados viviam na base de atividades agrícolas e faziam troca de ouro e outros metais, bem como marfim e peles de animais, com os comerciantes árabes que, entretanto, tinham se fixado nas regiões costeiras. Em troca obtinham bens como tecidos, miçangas coloridas e objetos de vidro e porcelana (Cau, 2011).

Este comércio é importante na história de Moçambique, pois marca o primeiro contato entre os povos originários, os árabes e os europeus. Cau (2011) afirma que os árabes construíram cidades nas costas de Sofala e Ilha de Moçambique e introduziram em certas regiões do país a sua religião, o Islamismo. Até onde se sabe, a comunicação nessas alturas era oral, “onde mercadores, marinheiros e viajantes que retornavam traziam notícias de volta ao continente, e isso era então captado por mascates e saltimbancos e se espalhavam de cidade em cidade” (Cau, 2011, p. 17).

Nessa época, o comércio na Europa havia alcançado níveis significativamente elevados, contudo, a inviabilidade das vias marítimas provocou um aumento nos preços dos produtos. Serra e Hedges (2000) sugerem que este foi o motivo que fez com que nos finais do século XV o rei de Portugal organizasse uma expedição chefiada pelo navegador Vasco da Gama, com o objetivo de encontrar o caminho por mar entre a Europa e a Índia e também o caminho marítimo que facilitaria o comércio, tornando os produtos mais baratos. Os historiadores explicam ainda que esta expedição parou em alguns pontos da costa atual de Moçambique, tendo como ponto de entrada a costa de Inhambane que os portugueses apelidaram de Terra de Boa Gente e, em 1498, chegou à Ilha de Moçambique.

A Ilha de Moçambique adquiriu o estatuto de cidade em 1818 e foi capital de Moçambique, de facto a primeira capital, até 1898. Quando Vasco da Gama ali aportou. A ilha estava subordinada ao sultão de Zanzibar e era utilizada pelos árabes no seu comércio com o Mar Vermelho, a Pérsia, a Índia e as ilhas do Índico. Graças à sua situação geográfica estratégica, a cidade tornou-se um ponto de escala obrigatório das viagens de ida e volta dos navios da Carreira da Índia, entre Lisboa e Goa, e proveitoso entreposto comercial (UCCLA, 1994).

Cau (2011) observa que “a chegada dos portugueses na região em 1498 destruiu o comércio que os africanos tinham com os árabes e, a partir do século XVII, Moçambique

tornou-se fornecedor de escravos para as colônias europeias na América e, principalmente, para o Brasil”. O autor argumenta ainda que embora Vasco Da Gama tenha chegado a Moçambique, a colonização do país só se efetivou a partir do século XIX, com a partilha do continente africano na conferência de Berlim, quando Portugal assumiu o total controle de Moçambique.

Essa rápida contextualização histórica é importante para este trabalho, pois serve como pano de fundo para a análise de um tema distante da realidade brasileira na medida em que nos permite traçar paralelos entre o passado e o presente, revelando as raízes de problemas contemporâneos e as nuances de suas soluções para além de enxergar conexões e entender como eventos passados influenciam o presente.

1.2 O MARCO POLÍTICO E MIDIÁTICO

O marco midiático de uma imprensa nativa moçambicana surgiu como uma plataforma para denunciar as injustiças cometidas pelo colonialismo português contra o povo moçambicano. Os irmãos José e João Albasini foram pioneiros na publicação de textos jornalísticos tipicamente moçambicanos no jornal o *Africano* e no *Brado Africano* entre os anos de 1908 e 1920, segundo sugerem vários estudos sobre mídia e política em Moçambique (Massingue, 2000; Joanguete, 2016; Figueiras e Ribeiro, 2019). Esses textos, inicialmente mais poéticos, refletiam a resistência contra o domínio colonial. Massingue (2000) explica que antes da independência se praticava em Moçambique o “jornalismo poético”, pois não havia um espaço significativo para a publicação de textos jornalísticos genuinamente moçambicanos.

Para uma melhor compreensão da relação entre mídia e política no país, é essencial organizar esses aspectos em períodos distintos. Inicialmente, é crucial examinar o período que precede a independência, abrangendo o intervalo de 1498 a 1975. Durante esse tempo, a interação entre mídia e política foi ditada por dinâmicas coloniais, com a mídia muitas vezes servindo aos interesses dos colonizadores. Posteriormente, se destaca o período pós-independência, que se estende de 1975 a 1990. Esse período foi marcado por questões como censura, controle estatal da mídia e propaganda ideológica, características proeminentes durante esse período e que refletem os desafios enfrentados pelo país em sua transição para a independência e consolidação política. Por fim, é crucial examinar o período democrático, que se estende de 1990 até os dias atuais.

1.3 PERÍODO COLONIAL

Os primeiros passos rumo a uma imprensa em Moçambique datam do dia 7 de dezembro de 1836, durante a promulgação do decreto assinado pela Rainha Dona Maria II que determinava que as colônias portuguesas possuíssem meios de impressão das gazetas oficiais⁶, junto de cada governador das províncias ultramarinas. Lisboa, a capital das províncias ultramarinas, já possuía a Imprensa Nacional que se encarregava de publicar o *Diário de Governo* (Rocha, 2000 *apud* Joanguete, 2016, p. 94).

Em 1854 foi publicada a primeira edição do *Boletim Oficial*, considerada a primeira imprensa a circular em Moçambique (Fonseca; Garcia, 2015). Esse Boletim circulou em todas colônias portuguesas, o que coloca em diálogo a história do país do sudeste africano com outras colônias portuguesas. Fruto das dificuldades militares, políticas e econômicas que Portugal enfrentava interna e externamente ao longo da primeira metade do século XIX — como as invasões francesas, a fuga e a transferência do governo para o Brasil, em 1808, seguida pela Independência, em 1822, a revolução liberal que pôs em xeque o regime escravocrata, entre outras —, a imprensa em Moçambique nasceu em um contexto que pretendia “reforçar a presença e a soberania portuguesa” (Fonseca; Garcia, 2015, p. 116), após a independência brasileira.

Ainda no século XIX, iniciativas informativas independentes, quase sempre ligadas a um jornalismo de cunho opinativo, surgiram em Moçambique. Ao contrário do *Boletim Oficial*, que circulou durante 121 anos, esses jornais tinham vida curta. Isso ocorria devido à incipiência econômica desses veículos em um país com altos índices de analfabetismo e, em especial, à perspectiva autoritária que exigia desde licença para impressão até censura e perseguição a jornalistas. Um exemplo é *O Progresso*, fundado em abril de 1868, e que foi censurado — e, aparentemente, extinto (Hohlfeldt; Grabauska, 2010) — apenas dois dias após sua criação. “Ainda que a vida dos jornais fosse curta, os títulos que surgiram eram críticos ao governo. Entre eles, na Zambézia, contam-se *O Quelimanense* (1881-83); *O Vigilante* (1882-83); *Correio da Zambézia* (1886-87) e *Gazeta do Sul* (1889-1891)” (Fonseca; Garcia, 2015, p. 117).

Segundo Hohlfeldt e Grabauska (2010), um sentimento incipiente de nacionalidade aparecia nos nomes de alguns jornais. Um exemplo ocorreu em *O Africano*, cujo primeiro periódico conhecido circulou em 1881 e pode ser considerado o primeiro jornal de oposição ao

⁶ As gazetas oficiais na época colonial eram frequentemente usadas para comunicar decretos, leis, regulamentos e outros comunicados importantes do governo (Joanguete, 2016). Elas desempenhavam um papel crucial na transmissão de informações que eram consideradas essenciais para a administração eficaz do território colonial.

governo (Fonseca; Garcia, 2015). Sem quaisquer ligações, o veículo homônimo mais importante, contudo, circularia entre 1908 e 1920. Fundado por João Albasini, considerado o primeiro jornalista de Moçambique, o semanário tinha tipografia própria, usava um serviço telegráfico conectado com Lisboa e, curiosamente, não começou a perder espaço por problemas com os colonizadores, e sim para um outro jornal fundado pelo próprio Albasini e seu irmão, José Albasini: *O Brado Africano* (Hohlfeldt; Grabauska, 2010). Este jornal foi considerado um expoente do desafio ao colonialismo através da intervenção intelectual. No entanto, Massingue (2000) explica que o *Brado Africano* acabou mudando literalmente a sua linha editorial quando, nos anos 1950, veio a ficar sob dominação e controle da União Nacional, ou seja, sob tutela do Estado Novo, do regime do Salazarista.

Massingue (2000) argumenta que o *Brado Africano* surge com o propósito de resistir ao sistema colonialismo. Além disso, destaca-se outro jornal com objetivos semelhantes, o *Diário de Moçambique*, que foi considerado o jornal mais duradouro mesmo perante a dura pressão portuguesa em controlar os meios de comunicação locais. Este jornal ainda existe hoje em Moçambique e é considerado uma empresa do setor público-privado. A outra imprensa que surge com características denunciativas é a revista *Tempo*, que denunciou as barbáries cometidas pelo exército português que pôs em causa os interesses do salazarismo. Essa imprensa foi apelidada de Imprensa de Combate (Massingue, 2000).

De tempo em tempo surgiam novos jornais locais, o que de certo modo caracteriza um “liberalismo da imprensa em Moçambique” na qual os editores destes veículos de informação se aproveitavam do sensacionalismo para esgrimir as malícias do colonialismo português ressalta Massingue (2000, p. 31). No entanto, com o temor de uma revolta em Moçambique, o comandante João Belo, ministro das colônias ultramarinas⁷, publicou, em 1926, o decreto 12.271, de 3 de setembro, no qual regulava a liberdade da imprensa nas colônias e revogava toda legislação em contrário (Massingue, 2000).

A autora afirma que esse decreto regulava a liberdade de imprensa a favor dos interesses de Portugal onde a dado passo afirmava:

A imprensa como um dos mais importantes factores de ordem e progresso, que, para isso, o indispensável era que a liberdade de exercícios da imprensa correspondesse uma responsabilidade eficaz que só pela exigência de idoneidade bastante dos seus orientadores que se podia praticamente conseguir, e que era absolutamente preciso obstar, e que todas nações coloniais fazem, a que nas suas colônias se possa estabelecer

⁷ Colônias ou províncias ultramarinas foi uma divisão administrativa recriada pelo Estado Novo português e atribuído por este às colônias portuguesas, nomeadamente Angola, Guiné, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Macau, Estado da Índia e Timor.

uma imprensa que não estando a altura da sua elevada missão, possa vir a construir um verdadeiro perigo social (Massingue, 2000, p. 26).

A autora afirma ainda que foi deste modo que, em 1933, foi implementada a censura e a obrigatoriedade na publicação dos eventos e fatos oficiais do governo português pela imprensa local. A efetivação deste processo foi alicerçada pelo artigo 21 da Constituição política portuguesa, a qual estabelecia que “toda imprensa é do caráter público e por virtude disso não poderá recusar, em assuntos de interesse nacional a divulgação de notas oficiosas de dimensão comum que lhes seja enviada pelo Governo Português” (Massingue, 2000, p. 49). Este artigo, como defende Massingue (2000), foi a chave de ouro que fez com que Portugal controlasse todo e qualquer tipo de informação a ser produzida dentro do país e nas suas respectivas colônias. Essa situação dialoga diretamente com o que acontecia no Brasil entre 1500 e 1800, onde a Coroa Portuguesa instaurou um sistema sensorial para perseguir e ameaçar jornalistas e órgãos que fazem circular informações que de certo modo iam contra o regime monárquico (Carvalho; Figueira, 2022, p. 6). Os pesquisadores acrescentam que, “à primeira vista, a censura à imprensa no Brasil colônia poderia encontrar eco na tese de que a Coroa Portuguesa tinha clara intenção de manter o Brasil como colônia, compreendendo que os impressos poderiam ser importantes armas em prol da independência na mão de certos atores”. Sodré (1977 *apud* Carvalho; Figueira, 2022) acrescenta dizendo que no Brasil a herança civilizatória proveniente principalmente dos portugueses foi marcada por evidente censura e controle de qualquer publicação, não apenas pela Coroa, mas também pela Igreja, que detinha ainda grande relevância política e social nos primeiros séculos pós-descobrimento.

O *Boletim Oficial*, que já havia sido publicado antes, não foi o único recurso utilizado pelo Estado durante o período colonial moçambicano. Já na segunda metade do século XX, envolvido nas guerras de libertação das colônias (além de Moçambique, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe), Portugal já havia aplicado uma série de políticas de gênese fascista, como o Regime do Indigenato, um instrumento legal que autorizava a subordinação a cargos conforme recortes de raça, classe e cultura. O cenário se tornou ainda mais complexo com o fortalecimento dos movimentos considerados subversivos, o que ampliou medidas de tortura e execução de opositores. No âmbito do jornalismo, entre 1968 e 1973 circulou o jornal *Ressurgimento*, um tipo de operação psicossocial na qual “presos políticos teriam de confessar arrependimento e afirmar ser patriotas portugueses” (Saide, 2023, p. 200). A iniciativa, que exibiu cerca de 150 presos políticos “arrependidos”, era uma resposta à luta armada iniciada em 1964 pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), movimento político criado dois anos antes e que centralizou três frentes de luta anticolonial: a União

Democrática Nacional de Moçambique (Udenamo), a União Nacional Africana de Moçambique (Manu) e a União Nacional Africana de Moçambique Independente (Saide, 2023).

A formação da Frelimo, em 1962, também trouxe outro tipo de imprensa combativa no país, a imprensa de ruptura que surgiu com o desencadeamento da luta de libertação de Moçambique. Esse tipo de imprensa foi fundamental para o processo de libertação, pois era usado pelo movimento nacionalista (Frelimo) para desestabilizar o psicológico do exército português com publicações do uso da magia negra pelos guerrilheiros da Frelimo durante os combates. Massingue (2000) destaca a *Voz da Revolução* como o jornal que mais circulou imbuído deste objetivo. A autora acrescenta que este veículo de comunicação era distribuído de forma clandestina pela Frelimo, ou seja, não tinha uma editoração física, pois como referido anteriormente era proibida pelo decreto 12.271 a publicação de conteúdos que fossem contrários à ideologia e ao sistema de governação português. Este jornal circulou 11 anos, isto é, desde 1965 até 1976, depois da Independência.

Os processos da revolução que culminaram com a reconfiguração de todas as estruturas sociais e do governo coincidem com a Revolução dos Cravos em Portugal, no dia 25 de abril de 1974. Esse evento marcou o fim da ditadura salazarista e abriu espaço para um jornalismo pouco mais liberal em Portugal, onde surgiram oito novos semanários, dois diários, nove jornais partidários e uma centena de publicações periódicas (Figueira, 2012, p. 11).

Em 1975, Moçambique conquistou sua independência após uma década de luta armada contra o colonialismo português. Esse marco histórico inseriu o país no grupo de nações independentes, seguindo o exemplo de outras nações africanas, como Líbia (1951), Marrocos e Tunísia (1956), e Gana (1957). A guerrilha pela independência, liderada pela Frelimo, foi influenciada pelos êxitos alcançados por esses países na busca pela autodeterminação.

Jardim (1976) argumenta que até a independência de Moçambique, a situação midiática no país era marcada pela ausência de emissoras de televisão locais. O governo português estabelecia uma conexão através de correspondência, estabelecendo uma espécie de sucursal da emissora pública portuguesa RTP em território moçambicano. Essa emissora transmitia conteúdos que favoreciam uma gestão governamental branca, destacando paisagens idílicas e utilizando os *assimilados*⁸ para sugerir uma harmonia sem divergências com os povos nativos moçambicanos.

⁸ Assimilados era um grupo de pessoas que se identificavam com a nacionalidade portuguesa, mas eram africanas; falavam a língua portuguesa, mas faziam o mesmo com as línguas locais moçambicanas; frequentavam hospitais convencionais, mas ao mesmo tempo não abdicavam dos saberes dos curandeiros (Mindoso, 2017). Enfim, a sua condição de assimilado sugeria uma constante negociação entre uma “cultura” portuguesa e outra africana.

1.4 PERÍODO PARTIDO-ESTADO (DE 1974 A 1990): A NOVA REPÚBLICA

Após a Proclamação da Independência, em 25 de junho de 1975, o então governo liderado pelo partido Frelimo (anteriormente, um movimento nacionalista-libertador) utilizou a imprensa para estabelecer um prazo de 24 horas para que os portugueses deixassem Moçambique. A saída forçada e abrupta dos portugueses não foi bem recebida, resultando na perda de muitas fortunas (Jardim, 1976). Segundo o autor, surgiu posteriormente a teoria de que os portugueses insatisfeitos com a maneira como deixaram o país passariam a financiar a Renamo durante a guerra civil que eclodiria dois anos mais tarde. É importante destacar que a Renamo surgiu a partir de uma dissidência da Frelimo tendo sido financiado no primeiro momento pela Rodésia do sul (atual Zimbábue) que via a Frelimo como ameaça, já que o seu governo apoiava o movimento libertador ZANU-PF (União Nacional Africana do Zimbábue). Quando Zimbábue conquista a independência em 1980, a África do Sul, a partir do regime do apartheid assumiu o financiamento e treinamento da Renamo.

Em 1977, dois anos depois da independência do país, o governo da Frelimo aderiu aos princípios marxistas-leninistas (Macagno, 2010). Fruto de uma política de “modernização autoritária” (Ribeiro; Fonseca, 2019), a decisão culminou na adoção de um sistema socialista, que misturou na política oficial as categorias “partido”, “estado” e “nação” (Sumich, 2010). Baseada no regime do “homem novo”, a Frelimo sustentou práticas coercitivas que iam do âmbito de escolha do modelo político à exigência do abandono de práticas culturais e religiosas (Fernando, 2020), o que gerou, respectivamente, insatisfação e organização popular.

Esse abandono a práticas culturais e religiosas, representava de forma direta a rejeição e repressão de tradições consideradas incompatíveis com os ideais socialistas. O novo regime via a religião, sobretudo o catolicismo e o islamismo, como instrumentos do colonialismo e incentivava o ateísmo e a lealdade ao Estado. Práticas culturais como rituais ancestrais, feitiçaria, curandeirismo e cerimônias tradicionais foram combatidas por serem consideradas supersticiosas e obstáculos ao progresso e à construção de uma sociedade moderna e socialista. Essa política resultou na marginalização de líderes religiosos e tradicionais, substituídos por estruturas do partido, e foi acompanhada por campanhas de educação ideológica. Apesar da repressão, muitas comunidades resistiram, mantendo suas práticas em segredo. A partir da década de 1990, com o fim da guerra civil e a abertura política, essas práticas voltaram a ganhar espaço na sociedade moçambicana.

O resultado concreto foi uma guerra civil (1977-1992) que colocou lado a lado a Frelimo, responsável pela libertação da colonização portuguesa e que se tornou o primeiro e único partido político do país até a Constituição de 1990, e o Movimento Nacional de Resistência, que posteriormente transformou-se em Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), que nasceu de práticas paramilitares com características terroristas (Fernando, 2020) e agregava minorias brancas (Macagno, 2010).

Em uma triste ironia geopolítica, um dos regimes mais radicais da África enfrentou a desvantagem de compartilhar fronteiras com dois dos regimes de minorias brancas mais agressivos e reacionários do continente: a Rodésia (atual Zimbabwe) e a África do Sul. Pouco após a independência de Moçambique, ambos utilizaram sua superioridade para garantir que a Frelimo não obtivesse sucesso⁹ (Sumich, 2010, p. 15, tradução livre).

A Renamo, porém, não pode ser reduzida a meros interesses internacionais, já que o partido Frelimo adotou políticas de insatisfação popular, sobretudo no aspecto de intolerância às culturas tradicionais. O fato concreto é que o conflito, que resultou em aproximadamente 1 milhão de mortes e 5 milhões de refugiados para países vizinhos (Fernando, 2020), terminou em 1992, com a assinatura dos acordos de Roma (na Itália) e, por conseguinte, com a realização das primeiras eleições. No pleito realizado em 1994 a Frelimo venceu, mas a oposição contestou os resultados. Atualmente, a Frelimo e a Renamo são duas das três bancadas que compõem o parlamento (Assembleia da República) junto do partido Movimento Democrático de Moçambique (MDM), sendo que a Frelimo usufrui de uma situação privilegiada, tendo em conta que ocupa a maioria dos assentos, além da máquina administrativa do país.

A saída abrupta dos portugueses deixou um vácuo na comunicação social moçambicana e os jornalistas locais tinham o desafio de produzir um jornalismo com identidade local alicerçado à ideologia marxista ora instaurada no país. Massingue (2000, p. 34) descreve que se seguiu nesta fase “a existência da autocensura talvez mais nociva que a censura institucionalizada agravado pelo sistema centralizado de gestão editorial que começava na Direção do partido-único (a Frelimo) que passava pelo Estado e chegava nas redações”. Essa interferência teve repercussões significativas nas rotinas de produção jornalística, uma vez que, após a produção dos conteúdos noticiosos, os jornalistas eram obrigados a aguardar 24 horas antes de publicá-los. Isso se devia à necessidade de submeter as informações a diversos setores de verificação, incluindo o Ministério da Informação (Namburete, 2014, p. 102). Essa prática,

⁹ No original: “En una triste ironía geopolítica, uno de los regímenes más radicales de África tuvo la desventaja de compartir fronteras con dos de los regímenes de minorías blancas más agresivos y reaccionarios del continente: Rodesia y Sudáfrica. Poco después de la independencia de Mozambique, los dos emplearon su superioridad para asegurarse de que el Frelimo no tuviera éxito”.

na época, foi eficaz na manipulação da opinião pública, uma vez que permitia um controle estrito sobre o fluxo de informações disponíveis para o público, o que contribuiu de certo modo na incapacidade de formar indivíduos suficientemente capazes de atuar de forma ativa no cenário político e social como explica Walter Lippmann (2010). Massingue (2000) sugere que a ilustração em questão carrega consigo a significância de que os jornalistas passaram a desempenhar o papel de funcionários ligados a uma causa política, em detrimento de atuarem como profissionais da comunicação social. Na realidade, segundo a interpretação da autora, esses profissionais não estavam verdadeiramente envolvidos na prática jornalística; ao invés disso, limitavam-se a disseminar a propaganda do partido Frelimo. Essa dinâmica assemelha-se ao que já estava estabelecido durante a época colonial sob o regime de António Salazar, quando a manipulação e veiculação de informações estavam alinhadas a determinados interesses políticos.

A autora justifica essa tese com o paradoxo ilustrado no livro organizado por Albino Magaia, em 1994, sobre a Informação em Moçambique, que dizia:

Quem fazia uma denúncia ou crítica ao Governo da Frelimo era acusado de estar a servir o “inimigo” e de destruir as “conquistas populares”. Você se calava e as pessoas passavam a desacreditar em você, portanto tinha um encontro com o presidente da República, Samora Machel, e este incitava as denúncias de situações anómalas. Portanto, quando denunciava era logo acusado (Não pelo presidente é claro), de estar a fazer críticas fora das estruturas (Magaia, 1994 apud Massingue, 200, p. 30).

Foi instaurada nesta época a ideia de que a informação produzida pelos meios de comunicação social deveria ir de acordo com os objetivos propostos pela Frelimo, o então governo do país, e deveria priorizar os princípios de *informar, educar, mobilizar e organizar o povo*.

Para combater essa imprensa partidária, tendencialmente pró-Frelimo, a Renamo criou a sua estação radiofônica chamada a *Voz da Renamo* que, de acordo com Massingue (2000), começou a operar clandestinamente na África do Sul e depois em Moçambique. A autora afirma que a programação da emissora era caracterizada por propagandas anti-frelimistas, assim como a divulgação da propaganda da própria Renamo como a salvadora *da opressão social*.

Segundo Miguel (2008), nos anos 1980 uma série de mudanças começou a ocorrer no leste europeu, o que resultou no desmonte das repúblicas soviéticas. Como os Estados Unidos faziam no bloco capitalista, a União Soviética financiava o regime nos países socialistas. Por esta mesma época, Moçambique passava por reveses econômicos muito sérios, a ponto de a inflação ter aumentado, chegando a atingir 70% no ano de 1994 (Sumich, 2010). A infraestrutura econômica foi destruída, assim como a produção agrícola e a produção industrial

foram interrompidas, o que exigiu ampliação das importações. A implementação do Programa de Reabilitação Económica (PRE), em 1987, foi uma condição para que o país pudesse receber ajuda do capital financeiro estrangeiro, o que fez com que a Frelimo, segundo Miguel (2008), adotasse um capitalismo de vertente neoliberal:

As empresas estatais deveriam ser reestruturadas e, tanto quanto possível, privatizadas. Deviam ser introduzidos critérios rígidos de rentabilidade. Deviam ser depositados mais esforços na agricultura privada e em pequena escala através de termos de troca e de um aumento da oferta dos bens de incitamento necessários. O comércio devia ser liberalizado e o sistema de preços fixos devia ser abolido (Mazula, 2000 *apud* Miguel, 2008, p. 94).

As mudanças econômicas decorreram em mudanças políticas. Por meio do Decreto Presidencial nº 72/83, de 29 de dezembro (Moçambique, 1983), o país passou a legislar sobre a diminuição da intervenção estatal nos órgãos de informação. Cabia, contudo, ainda ao Ministério da Informação, segundo o artigo 2º:

a) Dirigir e coordenar todas as actividades da Informação escrita, falada, televisiva, áudio-visual e gráfica assegurando a cobertura dos acontecimentos nacionais e internacionais e a sua difusão; b) Orientar a difusão da Informação para o exterior de acordo com os objectivos da nova ordem internacional da Informação; c) Dirigir e desenvolver a acção de formação e especialização técnico-profissional (Moçambique, 1983, p. 13).

Miguel (2008) destaca que o avanço pontual na legislação não significava, sobremaneira, a inibição de práticas como autocensura, aspecto que fazia parte da cultura profissional e que criava desafios à liberdade de imprensa. Para a inversão deste cenário, promulgou-se a Lei de Imprensa (Moçambique, 1991), a qual redefine a atividade e também definiu direitos e deveres dos profissionais que atuam na área. Ao abrigo da mesma lei foi criado o Conselho Superior de Comunicação Social, “órgão através do qual o Estado garante a independência dos órgãos de informação, a liberdade de imprensa e o direito à informação, bem como o exercício dos direitos de antena e de resposta” (Moçambique, 1991, p. 12).

É possível inferir, com base no trabalho do Miguel (2008), que foi a partir da promulgação da Lei de Imprensa que houve possibilidade para o desenvolvimento de uma imprensa minimamente independente, o que no contexto moçambicano significa a existência de iniciativas jornalísticas desvinculadas do governo, no entanto dependentes no sentido comercial (publicidades). Trata-se, portanto, de uma tentativa de diferenciação entre algo que, conforme Sumich (2010), se tornou homogêneo na primeira fase pós-independência de Moçambique: “partido”, “estado” e “nação”. Embora surja uma imprensa liberal de origem

privada, isso não garante automaticamente um espaço amplo e sólido para a formação da opinião pública.

É importante destacar também que no período pós-independência foi inaugurada a primeira emissora televisiva genuinamente moçambicana, a Televisão de Moçambique (TVM). Essa iniciativa, de caráter governamental, teve como objetivo transmitir em sinal aberto uma Feira Internacional de Maputo (Facim). Este evento estava implementado no contexto mais amplo das medidas voltadas para a melhoria da situação financeira do país. Assim, “o primeiro sinal televisivo em Moçambique foi transmitido em 1979, a partir da Facim. Dois anos depois, em 3 de fevereiro de 1981, a recém-estabelecida emissora passou a operar em condição de televisão experimental (TVE)”. É justamente essa data que é considerada oficialmente como marco inicial da emissora e da transmissão televisiva no país.

1.5 PERÍODO LIBERAL (1990): A SEGUNDA REPÚBLICA

É fundamental compreender que esse período de desenvolvimento liberal coincide com um tempo histórico que culminou com o fim dos 16 anos da guerra civil que causou mais de 1 milhão de mortos, e com a promulgação da Constituição de 1990 (Moçambique, 1990) projetada para um regime democrático, inclusive com a possibilidade de realização de eleições diretas disputadas em um sistema pluripartidário (Siteo Junior, 2021). Esse contexto só foi possível devido à mudança forçada de postura de Frelimo que, ao ver a União Soviética desmoronar ao término da Guerra Fria, teve que selar um acordo de paz com a Renamo (Miguel, 2008).

O ponto mais alto nesta fase foi a adoção de uma nova Constituição da República em 1990, a qual no seu artigo 74 garante a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa bem como o direito à informação para o povo. A nova Constituição deu o aval para a publicação da primeira Lei de Imprensa (Lei nº 18/91) do país. O documento estabelece princípios como liberdade de expressão, autonomia a jornalistas, acesso a fontes de informação, proteção da independência e sigilo profissional, bem como o direito de criar jornais e outros meios de comunicação. Apesar das reações contrárias de um sistema de poder baseado em um cenário de violência, garantiu a diversidade de opiniões nos meios de comunicação e o surgimento da imprensa privada.

A diversidade de vozes e a liberdade de expressão que a Lei da Imprensa e a Constituição da República de 1990 abriram espaço para o aparecimento de uma mídia nunca antes praticada em Moçambique, a mídia privada. Emergiu nos anos 1980 a *Mídia Fax* e, mais

tarde, em 1994, o *Jornal Savana*, propriedade da cooperativa Mediacoop. No mesmo ano foram criados ainda os jornais *Demo*, *Imparcial* e *Aro Juvenil*, e em janeiro de 1995 surgiu o *News letter Zero*, todos com sede em Maputo. Surgiram também nas províncias novos veículos. Em Manica nasceu o *MegaJornal*; na província de Niassa, o jornal *Amanhecer* (Massingue, 2000).

Entre as estações de rádio surgiu ainda na capital do país a *Rádio Capital*, a *Rádio Miramar*, pertencente à Igreja Universal do Reino de Deus. Surge em seguida a *Rádio Klint*. Nas províncias o destaque vai para a *Rádio Encontro*, que surge na província de Nampula, norte de Moçambique (Massingue, 2000).

A democratização do país trouxe a multiplicidade de ofertas de empresas jornalísticas e competitividade no setor de mídia em Moçambique, mas a liberdade para a constatação da multiplicidade de vozes continua uma incógnita e refém do poder político. Se justifica esta afirmação com o surgimento de várias empresas midiáticas pelo país e as tentativas de censuras que persistem, como o caso de assassinato do jornalista Carlos Cardoso, em 2001, na cidade de Maputo¹⁰.

Essa imposição do poder político nos veículos de comunicação do país ficou ainda mais agravado com a explosão dos ataques terroristas no norte de Moçambique. O relatório do Instituto de Comunicação Social da África Austral (MISA-Moçambique, 2021), uma organização não governamental que atua na defesa da liberdade de imprensa, aponta que os jornalistas que desafiam as autoridades para cobrir casos relacionados com ataques terroristas, sofrem ameaças de morte ou são dados como desaparecidos. O caso mais emblemático foi o rapto e o assassinato do jornalista Ibrahim Mbaruco. Segundo relatório do MISA (2021), Mbaruco foi um jornalista da rádio comunitária de Palma¹¹ que ficou sob custódia das Forças de Defesa e Segurança (FDS) de Moçambique (militares) por relatar a violação dos direitos humanos por parte das FDS contra a população, durante a sua custódia, enviou uma mensagem a um colega, em que dizia: “Estou cercado de militares”. Depois dessa mensagem, nunca mais foi visto.

¹⁰ O assassinato de Cardoso foi um duro golpe para o jornalismo moçambicano, demonstrando os riscos enfrentados por jornalistas investigativos no país. Muitos veículos de comunicação passaram a exercer maior cautela na cobertura de temas sensíveis. Este momento gerou maior comoção e pressão por parte da sociedade civil e internacional já que o caso investigativo que levou a morte daquele profissional de mídia denunciava esquemas de corrupção, especialmente relacionados a fraudes bancárias envolvendo altos membros do governo da Frelimo.

¹¹ Palma é um dos 17 Distritos da Província de Cabo Delgado e está situado no extremo Nordeste da Província e dista à 484 km da Capital Provincial – Pemba, e Limita-se: A Norte-República Unida da Tanzânia, através do rio Rovuma; A Sul – Distrito de Mocimboa da Praia, através do rio Meranvi; A Este – Oceano Índico, através do Canal de Moçambique; e A Oeste-Distrito de Nangade.

Este caso não é isolado, pois ainda na província de Cabo Delgado, local onde ocorrem esses ataques hediondos, as FDS ameaçaram de morte o jornalista Izidine Acha da STV, além de aprisionar ilegalmente, agredir e torturar o jornalista Amade Abubacar no distrito de Macomia. Esses casos são apenas um escopo menor de uma grande intolerância midiática perpetrada pelo poder do dia em Moçambique depois da “democratização da profissão jornalística”.

É por isso que Siteo Junior, no texto “a televisão e o soberano desconhecido em Moçambique: os efeitos de vigiar e punir os analistas” (2021), afirma com dados a existência de uma entidade (soberano desconhecido) que *desdemocratiza* a atividade midiática através da vigilância e agressão aos jornalistas e analistas na sociedade após a sua participação nas redes televisivas. Segundo o autor, esta entidade que ostenta a identidade de um soberano desconhecido emergiu durante a inserção da mídia privada, isto é, durante a transição político-social de 1990.

Esta entidade com poder regulador, que presta atenção aos instrumentos de comunicação social e estabelece uma certa hierarquia de atenção como forma de controlar o que é dito, e consequentemente disciplinar os que deseja como um mecanismo de mudança de direcção ou resistência às novas modalidades do desenvolvimento mapeados pela nova Constituição da República (Siteo Junior, 2021, p. 17).

As ameaças e as agressões a profissionais de mídia colocam os jornalistas moçambicanos em posição de medo, fato que já vivenciaram nos dois regimes anteriores à democratização de 1990, o que provoca sérios desafios para a produção de um jornalismo investigativo.

Segundo Nhanale (2022), a Constituição de 1990 democratizou a imprensa moçambicana, agregando uma mídia nunca vista no país, a integração dos veículos de iniciativa privada. Essa democratização trouxe uma variedade de ofertas midiáticas, mas não a multiplicidade de vozes. De acordo com o autor, isso se justifica pela manutenção do mesmo partido político no poder desde a independência em 1975. Isso pode significar a “transferência da herança de controle dos mídia do período colonial e do partido-estado para o multipartidário” (Nhanale, 2022, p. 9). O autor continua:

Esse fato pode ser visto também na perspectiva de que a imprensa, criada no contexto monopartidário, mantém estruturas de lideranças que perpetuam as relações de dependência editorial com as estruturas do partido Frelimo, assim como do governo. Essa imprensa tem sido, em muitas ocasiões, caracterizada pelo chamado “jornalismo de desenvolvimento”, muito associado à retórica dos próprios governantes de que a imprensa, em vez de expor os erros da governação, deve agir como sua aliada principal (Nhanale, 2022, p. 10)

Enfim, a entrada de uma imprensa privada em Moçambique trouxe consigo uma separação dos veículos de comunicação, onde uns estão nitidamente identificados como pró-governo e outros anti-governo. Pode-se classificar os órgãos públicos como a Televisão de Moçambique, Rádio Moçambique e Jornal Notícias como pró-governo na medida em que as suas produções noticiosas tendem a ser classificadas de ações de contra informação, visando levar a opinião pública nacional a considerar a boa gestão do partido Frelimo. Em Moçambique, existe uma linguagem popular conhecida como “isto a TVM não mostra”. Esta expressão é frequentemente usada para destacar situações políticas ou sociais graves, como alunos estudando debaixo de árvores por falta de salas de aula, extrema pobreza, a falta de infraestruturas públicas etc. Esse fato reforça ainda mais a narrativa de que os órgãos públicos estão a serviço do partido Frelimo e seu governo. Por outro lado, a imprensa anti-governo que geralmente é representada por veículos de comunicação independente, buscam construir enquadramentos críticos às realizações do governo e do partido Frelimo, muitas vezes estimulando a desvalorização do trabalho do governo e dos dirigentes do partido Frelimo. Vale, no entanto, ressaltar que esta atuação crítica vai até determinado ponto, pois muitas vezes resulta em ameaças, agressões e assassinato dos jornalistas responsáveis.

Essa polarização midiática foi muito bem evidenciada durante a cobertura da greve dos médicos em 2013, quando estes profissionais exigiam, entre outros, a melhoria do salário base.

A cobertura da greve dos médicos, no início de 2013, mostrou o intenso uso dos meios de comunicação social do setor público em ações de contrainformação, visando levar a opinião pública nacional a considerar a greve dos médicos ilegal. Por seu turno, os meios de comunicação independentes buscavam construir enquadramentos que apresentassem a visão dos médicos em greve e dos que consideravam as reivindicações dos médicos como sendo justas (Nhanale, 2014, p. 10).

Essas caracterizações evidenciam mais uma vez que o partido dominante, a Frelimo, herdou o modelo de governo dos sistemas que antecederam a época democrática na medida em que prende, agride os profissionais de comunicação e seleta quem ou o que deve ou não receber uma cobertura jornalística da mídia pública.

1.6 ELEIÇÕES E COBERTURA MIDIÁTICA

As eleições representam um espaço de maior aplicabilidade da democracia em um estado. Rocha da Silva (2016) afirma que o processo eleitoral “dá voz aos cidadãos, permite escolher a liderança política e espelha o nível da democracia do país em questão”. Em 1990, Moçambique estava passando por reveses políticos e sociais resultado das conversações entre

a Frelimo e a Renamo como forma de ultrapassar os 16 anos do conflito armado. Entre os pontos dessa negociação, estava a abertura do país para um sistema democrático, saindo assim de um estado de partido-único (República Popular) para o multipartidarismo (República de Moçambique). A consolidação dessas negociações ocorreram em 1992 com assinatura de Acordos Gerais de Paz na Itália por intermédio da Comunidade de Santo Egídio, colocando o fim a guerra civil iniciada em 1977 entre o governo da Frelimo e o grupo armado Resistência Nacional Moçambicana (Renamo).

Rocha da Silva (2016) afirma que, a partir dessa altura, um país devastado pela guerra tornava-se uma democracia presidencial, detentora de sufrágio universal, direto e secreto. A autora ressalta ainda que, em Moçambique, decorrem simultaneamente as eleições presidenciais, por sistema majoritário, e as eleições parlamentares, por sistema proporcional. Isso significa que o partido que mais obtiver votos, proporcionalmente, é o partido que terá maior número de deputados na Assembleia da República (Congresso). A CNE (Comissão Nacional de Eleições) e a STAE (Secretariado Técnico de Administração Eleitoral) são as únicas instituições responsáveis por organizar atos eleitorais no país.

De acordo com o Portal do Governo de Moçambique, o cenário eleitoral de Moçambique envolve mais de 50 partidos políticos, e 14 coligações devidamente registradas, sendo os mais proeminentes o partido Frelimo, Renamo e mais tarde o Movimento Democrático de Moçambique. Desde 1994, já foram realizadas sete eleições gerais e seis eleições municipais.

As primeiras eleições em Moçambique foram vistas como um grande avanço. Em 1994 e 1999, a participação dos eleitores foi alta, variando entre 75% e 88%. Rocha da Silva (2016) destaca essa participação massiva como um indicador importante de sucesso democrático. Outro ponto ressaltado pela autora é a cobertura das campanhas eleitorais, onde os veículos públicos, como Rádio Moçambique e TVM, tiveram maior destaque, o que se justifica pela ausência de uma imprensa privada até 1992. No entanto, eleições posteriores foram marcadas por altos índices de abstenção e denúncias de fraudes.

A hegemonia eleitoral nesta época estava a cargo da Frelimo, que abandonou as suas estruturas autoritárias e a Renamo, um grupo armado que passou a representar um partido ativo no cenário político nacional (Luís de Brito, 2013).

Essas primeiras eleições são muito importantes, pois estavam consolidando Moçambique em um estado democrático. As eleições gerais de 1994 e 1999 foram vencidas

pela Frelimo, e a Assembleia do Povo¹², que representava o Congresso no governo do Partido-Estado, passou a ter denominação de Assembleia da República, com a Frelimo ocupando os maiores assentos do congresso. Esta configuração, com a Frelimo dominando o espaço eleitoral, prosseguiu para as eleições que seguiram, em 2004, 2009, 2014 e 2019.

Em relação às primeiras eleições municipais, realizadas em 1998, em 33 municípios, representava um outro processo de descentralização política. De acordo com Luís de Brito (2013), estas eleições foram marcadas por um boicote dos partidos da oposição, liderado pela Renamo. O boicote foi um protesto contra a lei que seleccionava vilas e cidades controladas pela Frelimo como municípios, excluindo estatutariamente outras regiões controladas pela Renamo. A Renamo nesta época tinha aceitação de mais da metade do total de eleitores moçambicanos como é possível ver na tabela a seguir.

Tabela 1: Percentagem nas províncias em que cada partido teve maior votação

	Frelimo	Renamo
Niassa	69,4	30,6
Cabo Delgado	97,2	2,8
Nampula	21,2	78,8
Zambézia	10,8	89,2
Tete	28,4	71,6
Manica	16,5	83,5
Sofala	0,0	100,0
Inhambane	97,1	2,9
Gaza	100,0	0,0
Maputo Prov.	100,0	0,0
Maputo Cid.	100,0	0,0
Total	47,9	52,1

Fonte: Luis de Brito, 2013

O boicote da Renamo fez com que a afluência média às urnas fosse de 15%, ou seja, praticamente sem nenhuma oposição, o que fez com que a Frelimo vencesse 27 dos 33 municípios em disputa eleitoral naquele ano (Nuvunga, 2012).

¹² De acordo com a lei n° 11/78 de 10 de agosto, a Assembleia do Povo era o órgão supremo do poder de Estado na República Popular de Moçambique. A Assembleia Popular exprime a vontade do Povo moçambicano, promove a realização dos objectivos da República Popular de Moçambique definidos pela FRELIMO e determina as normas que orientam a vida económica e social.

As municipais de 2003 contaram com a participação de todos partidos e congregações políticas, incluindo a Renamo. Disputadas em 33 vilas e cidades, a Renamo venceu algumas cidades, com destaque para o segundo maior município do país, a cidade da Beira. Nuvunga (2012) afirma que a vitória da Renamo em alguns municípios daquele ano foi “significativa porque, pela primeira vez na história do país, partes importantes do território eram administradas por políticos que não pertenciam ao partido dominante, a Frelimo”. Para Luís de Brito (2013), a conquista da Renamo em vários municípios representava o desgosto dos cidadãos com o governo da Frelimo.

As terceiras eleições municipais foram realizadas em 2008, com a adição de mais 10 vilas à categoria de município, perfazendo um total de 43 municípios que foram disputados. Nuvunga (2012) observa que estas eleições trouxeram uma nova dinâmica eleitoral com a Renamo perdendo boa parte dos municípios ganhos nas eleições anteriores. De acordo com o autor, a oposição (Renamo) estava enfraquecida com a candidatura independente de Deviz Simango na cidade da Beira, pelo recém-criado Movimento Democrático de Moçambique (MDM), após a sua expulsão no partido Renamo.

Em 2013, 2018 e 2023 realizaram-se as quartas, quintas e sextas eleições municipais respectivamente. Como denominador comum, a Frelimo controlou mais municípios e dividiu com a oposição as principais cidades do país. A Frelimo sempre venceu na capital Maputo e sempre perdeu na segunda e terceira maiores cidades, Beira e Nampula respectivamente.

Vale, no entanto, ressaltar que as eleições municipais de 2013¹³ e gerais de 2014 foram descritas como tendenciosas e fraudulentas na medida em que beneficiaram em larga medida um partido em específico, o que gerou debates sobre a partidarização de instituições de gerência eleitoral (Deutsche Welle, 2013). Esse fato aliado ao ataque que as Forças Governamentais perpetuaram contra a vida do líder da Renamo no distrito de Gorongosa, centro de Moçambique, a Renamo anuncia o fim do Acordo de Paz assinado em Roma em 1992, instalando-se em Moçambique um clima de instabilidade com confrontos armados entre as forças de segurança e a Renamo.

Acredita-se que outro fator que pode ter contribuído negativamente nas eleições de 2013 e 2014, especialmente nas municipais, foi a cobertura jornalística desigual, e muito tendenciosa ao partido Frelimo, destacado em vários estudos como de pesquisa a momentos pós-eleitorais.

¹³ A Renamo não concorreu às eleições de 2013 em todos municípios alegando a falta de transparência dos órgãos eleitorais no processo de recenseamento, além das demais incongruências apresentadas por aquela formação política. O MDM venceu algumas principais cidades naquelas eleições tornando o segundo maior partido da oposição naquela modalidade eleitoral.

De acordo com o relatório do Centro dos Estudos Interdisciplinares (CEC, 2013), nas eleições municipais de 2013, a Frelimo foi o partido que recebeu a maior cobertura eleitoral, com 47.3% da cobertura total feita pela imprensa moçambicana, em particular a Rádio Moçambique e a Televisão de Moçambique, por sinal veículos públicos. A Frelimo é seguida pelo MDM, com 41.5%. Os restantes 16 partidos políticos e movimentos cívicos ficaram com uma cobertura de 11.2% como podemos ver na tabela 2.

Tabela 2: Cobertura midiática por partido político

Partidos Políticos e Associações Concorrentes	TENDÊNCIA DA COBERTURA POR PARTIDOS POLÍTICOS				
	Cobertura total oferecida por cada Partido Político		Tendência da Cobertura		
			Claramente negativo/desfavorável	Claramente positivo/favorável	Neutral (nem positivo nem negativo)
	Count	%			
AAUPEC	6	0.5	0.0	0.0	100.0
ASSEMONA	16	1.3	6.3	12.5	75.0
ANRM - Associação dos Naturais e Residentes da Manhica	2	0.2	0.0	50.0	50.0
JPC - Associação Juntos Pela Cidade	30	2.5	0.0	30.0	66.7
ASTROGAZA - Núcleo da Macia	0	0.0	0.0	0.0	0.0
CINFORTÉCNICA	2	0.2	0.0	0.0	100.0
FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique	569	47.3	4.1	34.4	61.2
MDN - Movimento Democrático de Moçambique	499	41.5	6.0	18.1	74.0
PAHUMO - Partido Humanitário de Moçambique	27	2.2	3.7	22.2	74.1
PARENA - Partido de Reconciliação Nacional	9	0.7	0.0	22.2	77.8
ALIMO - Partido Aliança Independente de Moçambique	0	0.0	0.0	0.0	0.0
PPLM - Partido do Progresso Liberal de Moçambique	0	0.0	0.0	0.0	0.0
PE- Partido Ecologista	18	1.5	0.0	38.9	55.6
PT - Partido Trabalhista	5	0.4	0.0	0.0	100.0
MPD - Partido Movimento Patriótico para a Democracia	5	0.4	40.0	0.0	60.0
PVM - Partido os Verdes de Moçambique	1	0.1	0.0	0.0	100.0
PDD - Partido Para a Paz Democracia e Desenvolvimento	12	1.0	8.3	0.0	91.7
PIMO - Partido Independente de Moçambique	1	0.1	0.0	0.0	100.0
TOTAL DA COBERTURA	1202	100.0	68.4	228.3	1186.0

Fonte: Cec, 2013

De acordo com um estudo anterior (Damião; André, 2023), o mesmo aconteceu nas eleições gerais de 2014 e 2019, quando veículos públicos e alguns privados ofereceram maior tempo a Frelimo em detrimento de outros partidos. A *Rádio Moçambique*, por exemplo, teve maior número de conteúdos publicados nas eleições de 2019, com 38,1% do total, onde 39,5% focou no candidato do partido Frelimo, 24,1% para o candidato do MDM e 27,0% para a Renamo. Por seu turno, a TVM que cobriu 1027 conteúdos na campanha: 44,5% deste dedicado ao partido Frelimo, 26,7% à Renamo, e 22,9% ao MDM (MISA, 2019). O relatório do MISA

(2019) ressalta ainda que a Frelimo teve a maioria das peças com tom positivo e neutro, enquanto a Renamo e o MDM lideraram no tom negativo.

A desigualdade nas coberturas eleitorais, principalmente da imprensa pública, constitui uma irregularidade, uma vez que a Constituição da República de Moçambique atribui o tempo igual na cobertura de eventos eleitorais para todos os partidos políticos com representação na Assembleia da República. Pode-se assumir que esta abordagem coloca a TVM como um veículo do Governo e não do Estado como a lei e os Estatutos preconizam.

Essa cobertura, muito destacada pelas pesquisas de Nhanale (2021), CEC (2013) e Misa (2019), nas quais a Frelimo emerge como o partido com maior priorização midiática, influenciou a massificação do uso de mídias digitais pelos partidos da oposição. O partido Renamo, por exemplo, tem se destacado muito nas redes sociais, concretamente no Facebook, onde transmite ao vivo os acontecimentos e o decurso da campanha eleitoral.

A página da Renamo no Facebook tem milhares de seguidores, o que ajuda a disseminar o manifesto eleitoral num contexto em que a mídia tradicional em especial os veículos públicos são tidos como tendenciosos.

O surgimento da internet transformou as barreiras comunicacionais, aproximando as pessoas e desempenhando um papel crucial na conscientização e na mobilização em torno de questões sociais, políticas e ambientais (Bugs, 2019, p. 31). Ainda que essa internet apresenta desafios significativos, iluminando o conceito de privacidade e massificando a disseminação de informações falsas, além de cicatrizar a dependência excessiva das tecnologias.

Em Moçambique, a internet ganhou espaço após as eleições de 2004 quando esta ferramenta foi disponibilizada para o público, pois antes só os membros do Governo podiam usufruir (Tsandzana, 2018). Entretanto a internet continua sendo um desafio para uma boa parte dos moçambicanos. De acordo com a pesquisa do Instituto Nacional de Estatística (INE) realizada em 2019, apenas 14% da população tem acesso à internet fixa em casa. Ainda assim, as plataformas digitais como Facebook e Whatsapp são uma realidade naquele país sul africano.

A chegada de plataformas como Facebook, YouTube e Google revolucionou a interação tradicional. Ramírez (2021) explica que essas plataformas geraram esperanças e expectativas ao melhorar o acesso a conteúdos e a troca de ideias, o que ajudou na instantaneidade na difusão da informação. O autor também destaca que o jornalismo foi uma das áreas mais impactadas por estas redes sociais. As plataformas como Google e Facebook, por exemplo, facilitam a disseminação de notícias, ampliando o acesso e aumentando o envolvimento e a participação do público.

Essas plataformas também se tornaram espaços democráticos para cidadãos residentes em nações menos liberais como Moçambique onde a mídia tradicional, sobretudo os veículos públicos, têm sido excludentes na difusão de opiniões contrárias com as do regime da Frelimo (Tsandzana, 2018). Nessas situações, os cidadãos maioritariamente políticos da oposição e membros da sociedade civil têm optado por abraçar as redes sociais para difundir os seus pensamentos em relação a assuntos candentes da sociedade moçambicana.

De acordo com Marília Fattori:

Perdeu-se a fé nos veículos tradicionais pois, além da percepção de que o que era divulgado não correspondia à realidade, a informação era compartilhada entre os usuários, numa via de mão dupla, em que emissor e receptor do conteúdo se tratavam de pessoas comuns, ao contrário da comunicação estabelecida entre mídia tradicional e espectador. A comunicação nas redes sociais acontece de forma que as pessoas se sentem próximas, diferentemente do distanciamento criado pelos meios tradicionais, por se tratarem de corporações (Fattori, 2013).

Em outras palavras, Fattori (2013) está argumentando que as plataformas sociais criaram uma sensação de proximidade e autenticidade. Isso pode ser considerado ideal para um processo de campanha eleitoral, pois permite que o candidato e os possíveis eleitores compartilhem o mesmo espaço, facilitando as interações entre eles.

É importante perceber igualmente que a massificação dessas ferramentas de mídias sociais contribui para a proliferação de desinformação principalmente em períodos eleitorais. Nos últimos dez anos, o fenômeno das *fakes news* “cujo impacto inicial foi amplamente observado nos Estados Unidos durante as eleições de 2016, rapidamente se disseminaram para o Brasil dois anos depois, tornando-se uma poderosa ferramenta de vantagem política” (Cruz, 2024, p. 12). Em palavras simples, a desinformação é o processo de difusão de informação de interesse público, sem no entanto a observância de veracidade, desde que a informação circule e se torne real (Silva, 2019). O autor menciona que este fenômeno que ganhou maior dinamismo nas ferramentas de mídia social, destruí reputações e o fomenta ódio. Enquanto Chaves e Melo (2019) entendem que a desinformação gera desconfiança entre os atores políticos e confunde a opinião pública. Ainda que essas plataformas digitais intensifiquem a proliferação de *fake news*, elas se tornam um adágio em nações com democracia frágil ou contestada.

Ramirez (2021) afirma que as plataformas digitais têm desempenhado um papel cada vez mais central na comunicação contemporânea, especialmente no campo do jornalismo. Essas ferramentas tecnológicas têm conquistado uma crescente simpatia na sociedade moderna, transformando a maneira como as pessoas consomem e compartilham informações. Esse

fenômeno não apenas reflete a evolução da tecnologia, mas também tem implicações significativas para a democracia e a participação no cenário político-social.

No contexto atual, as plataformas de mídia social, como o Facebook, Twitter e Instagram, não são apenas lugares para conectar-se com amigos e familiares, mas também se tornaram fontes primárias de notícias e informações. Muitos veículos de comunicação tradicionais migraram para essas plataformas, adaptando seu conteúdo para alcançar um público mais amplo, o que possibilitou que notícias e análises chegassem a um público global em tempo real, criando um ambiente de informação instantânea e acessível (Ramirez, 2021).

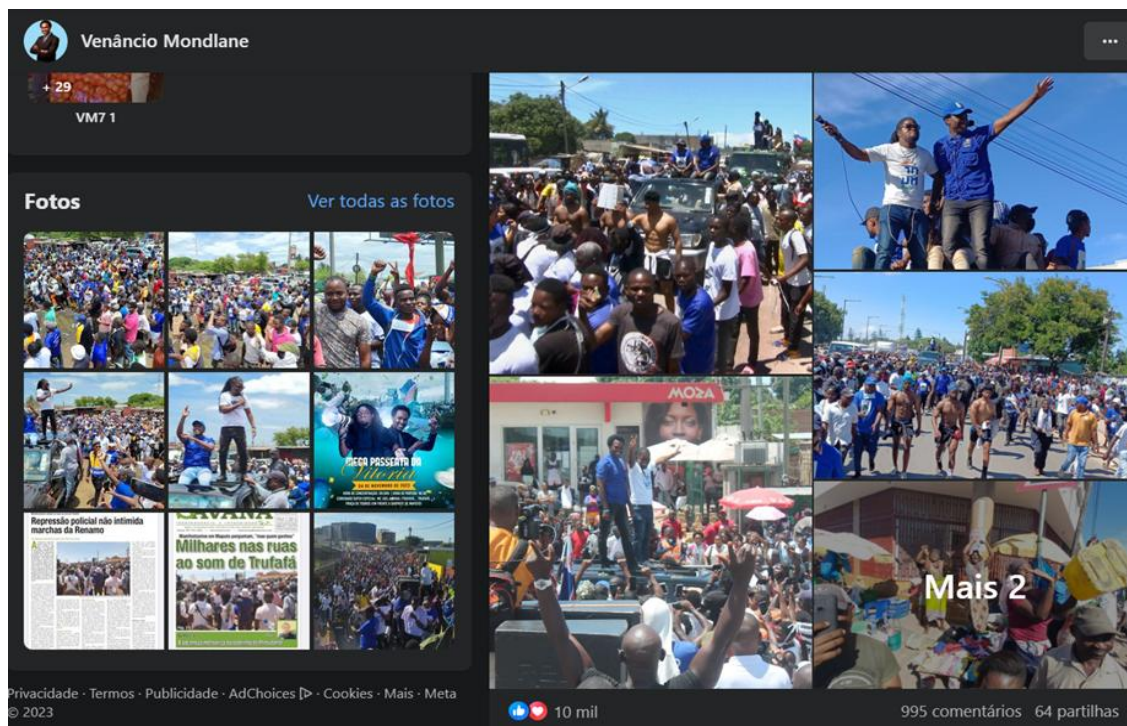
Além disso, as redes sociais e outras plataformas de comunicação têm permitido que os cidadãos exerçam sua democracia de maneiras inovadoras. As discussões políticas, a mobilização social e a expressão de opiniões agora ocorrem em grande parte online. Isso tem dado voz a grupos e indivíduos que anteriormente poderiam ter sido marginalizados na arena pública, ampliando o espectro de perspectivas políticas e sociais. Entretanto, essas ferramentas tecnológicas não são tão gloriosas como parecem, elas carregam discriminações sobretudo preconceito racial além da proliferação da desinformação. Silva (2019) destaca casos emblemáticos que ilustram o que chama de “suposição de criminalidade e a negação das realidades raciais”. Nesta perspectiva, o autor menciona que o Facebook foi acusado de ocultar manifestações sobre violência policial contra pessoas negras, evidenciando um viés na moderação de conteúdos relacionados a questões raciais. Paralelamente, o Twitter foi criticado por não banir discursos de ódio nazistas, permitindo a perpetuação de ideologias extremistas na plataforma. Adicionalmente, Silva aponta que algumas empresas exibiram anúncios que abordavam crimes especificamente direcionados a afro-americanos, revelando um padrão alarmante de discriminação e preconceito racial nas práticas publicitárias dessas companhias.

A plataforma de mídia social, o Facebook foi muito utilizado pelo partido Renamo e seu candidato nas eleições gerais de 2014. Isso aconteceu depois da plataforma popularizar-se em 2010 com a publicação de manifestações de “revolta contra o custo alto de vida”. Chaimite (2014) *apud* Tsandzana (2018), afirma que este foi o momento que abriu uma nova página na história das mobilizações coletivas em Moçambique.

Nas páginas da Renamo no Facebook e do seu candidato à prefeitura da cidade de Maputo, albergam boa parte das suas campanhas eleitorais ao transmitirem em paralelo com a mídia tradicional. As páginas desempenharam um papel significativo nas eleições de 2023, permitindo que membros dos partidos da oposição transmitissem ao vivo o processo de contagem e divulgação preliminar dos resultados eleitorais. Isso revelou, em tempo real, vários

casos de ilícitos eleitorais cometidos por supostos membros do partido Frelimo e pela Polícia, uma instituição frequentemente acusada de ser partidarizada. A vitória atribuída a esse partido desencadeou protestos (ver na figura 2) que resultaram na morte de mais de 15 pessoas em todo o território moçambicano.

Figura 2: Protestos contra resultados eleitorais



Fonte: Pagina do Facebook de Venâncio Mondlane

Durante os protestos, circularam nas redes sociais informações de que a Rádio Moçambique, a Televisão de Moçambique e o Jornal Notícias (veículos públicos) estavam expressamente proibidos de cobrir as manifestações e entrevistar certas personalidades ligadas aos partidos da oposição e à sociedade civil. As redes sociais, em especial, o Facebook assumiram a hegemonia transmitindo durante 45 dias de protestos em várias cidades do país. Embora as mídias digitais tenham ganhado muito espaço durante as eleições de 2023, não podem substituir a hegemonia da Televisão de Moçambique, ou seja, os veículos tradicionais continuam sendo a estrutura sólida da comunicação no país.

Para este trabalho, essa contextualização sobre o uso de mídias digitais nas coberturas eleitorais é fundamental, pois ela permite entender como o processo de cobertura eleitoral está sendo organizado pela entrada das novas formas de comunicação, especialmente pelas plataformas digitais. Assim, a TVM permanece como o foco principal desta pesquisa.

1.7 MÍDIA PRIVADA

A imprensa privada trouxe uma vertente diferenciada da produção jornalística, caracterizada por uma expressividade que afronta as autoridades da Frelimo. Segundo Nhanale (2022), a mídia privada moçambicana procura denunciar contextos de controle e opressão das liberdades de imprensa exercidas pelo governo, além de monitorar setores políticos e sociais. De modo geral, refere-se à mídia do setor privado a todos os veículos de comunicação em atividade no país que não recebem financiamento direto do Estado moçambicano e é gestado por particulares.

A imersão da mídia privada no país colocou o fim do monopólio da mídia estatal como a TVM que estava há 11 anos sem concorrente direto. Em Portugal o mesmo acontecia. Camboa (2011) afirma que a RTP estava há 35 anos monopolizando o espaço televisivo local até que, em 1992, com a adesão do país à União Europeia, o país teve que internacionalizar os veículos de televisão. O fato ocorreu porque uma das exigências para permanecer na União Europeia foi a democratização de setores midiáticos, o que levou Portugal a fazer uma revisão constitucional que resultou na aprovação da lei sobre a televisão, abrindo assim espaço para o aparecimento a SIC (Sociedade Independente de Comunicação, S.A.), considerada a primeira televisão do setor privado naquele país. Esse contexto é importante, pois apresenta algumas similaridades político-sociais entre os dois países que pode ser entendido como o resultado da colonização.

Ainda que o artigo 49 da Constituição da República de Moçambique atribui à mídia pública a obrigatoriedade de difundir e cobrir todos os eventos políticos partidários com representação na Assembleia da República, a mídia privada por sua vez tem o seu dever com a sociedade na transmissão dos acontecimentos eleitorais. Neste contexto, pretende-se abordar a mídia privada, especificamente a Soico TV e a TV Miramar, duas das principais emissoras de televisão do circuito privado em Moçambique. Ao analisar esses veículos de comunicação, destaca-se a representatividade do processo de cobertura eleitoral no setor da mídia privada em Moçambique.

Como já referido nesta pesquisa, as duas televisões têm uma conexão forte com a mídia brasileira, especificamente a rede Globo com a STV e a rede Record com a TV Miramar, o que coloca particularidade uma vez que a Globo e a Record possuem abordagens e características diferentes de cobertura. Entretanto, para as duas mídias privadas moçambicanas em análise nesta secção comungam a forma de abordagem na cobertura das eleições em Moçambique. Não existe na STV tanto na TV Miramar um programa específico dedicado exclusivamente a

cobertura de eleições como o DCE da TVM, estes veículos ampliam o bloco da informação no caso o telejornal albergando um espaço para a divulgação de alguns conteúdos relacionados com a campanha eleitoral.

Os telejornais das duas emissoras geralmente possuem entre três e quatro blocos. Nas épocas eleitorais, o terceiro e quarto blocos têm sido usados para difundir acontecimento ou campanha eleitorais nas principais cidades do país ou entre principais candidatos à eleição (Luabo, 2023). A não obrigatoriedade pela Lei da mídia privada em cobrir os acontecimentos eleitorais constitui uma abertura para que esses veículos selecionem qual candidato e partido fazer cobertura durante as eleições municipais, um fator igualmente condicionado pela falta de pessoal suficiente para cobrir 65 cidades e vilas, visto que para cada província existem apenas dois profissionais de comunicação, isto é, um repórter e um operador de câmara — a exceção é a capital do país, Maputo. Portanto, se um veículo de comunicação decide cobrir a campanha de um candidato da Frelimo em determinada região, ele também acaba cobrindo, de alguma forma, os candidatos de outros partidos que concorrem no mesmo local. Isso ocorre, em grande parte, para cumprir com os princípios fundamentais do jornalismo: a objetividade e a imparcialidade.

A situação acima descrita faz com que o bloco (dentro do telejornal) dedicado a eleições não dure mais que 38 minutos, como é possível ver na tabela a seguir.

Tabela 3: Duração diária do Bloco eleitoral da STV

Duração diária – Diário de Campanha – STV		
Data	Duração do Bloco “Diário de Campanha”	Duração Jornal da Noite
31/08/2019	00h:38min	1h:01min
01/09/2019	00h:22min	00h:46min
02/09/2019	00h:24min	00h:40min
03/09/2019	00h:26min	00h:52min
04/09/2019	00h:11min	01h:25min
15/09/2019	00h:18min	00h:53min
16/09/2019	00h:25min	00h:53min
17/09/2019	00h:24min	00h:48min
18/09/2019	00h:31min	01h:08min
19/09/2019	00h:25min	00h:51min
07/10/2019	00h:26min	00h:56min
08/10/2019	00h:18min	00h:57min
09/10/2019	00h:20min	00h:48min
10/10/2019	00h:21min	00h:54min
11/10/2019	00h:23min	01h:09min
Total	352 Minutos	781 Minutos

Fonte: Luabo, 2023.

A configuração deste quadro é proporcionalmente aplicada à Televisão Miramar e a outros veículos como a TV Sucesso, RAM TV entre outros de caráter privado. A cobertura eleitoral da mídia privada muitas vezes se assemelha a um resumo dos principais acontecimentos eleitorais do dia. Essa abordagem sucinta (se comparado com a programação eleitoral da mídia pública) não se justifica apenas pela ausência de uma obrigação constitucional, mas também pelo imperativo comercial que os veículos privados ostentam.

O Relatório de Monitoria da Cobertura Eleitoral, produzido pelo MISA Moçambique em 2018, aponta para uma neutralidade da *STV*, *TV Miramar*, *Jornal O País*, *Jornal Savana* e de tantos outros veículos de setor privado se comparados com as emissoras de caráter público como a TVM. Por exemplo, a cobertura da STV foi de “27.3 % em relação aos demais meios de radiodifusão. A distribuição da cobertura feita pela STV por partidos políticos é a seguinte: 34,2% foi para a Frelimo, 34,2% para Renamo, 31,6% para o MDM e 6% para outros partidos/movimentos cívicos” (MISA Moçambique, 2018). O relatório analisou o tempo em que cada partido e candidato recebia, a positividade e negatividades do discurso dos candidatos, enquadramentos etc. O relatório justifica a baixa cobertura aos partidos e movimentos cívicos sem representatividade na Assembleia da República pela falta de publicação dos horários e pela

inconsistência no exercício das campanhas eleitorais. Alguns partidos marcavam dias da semana para exercer atividades internas do partido (Dia da Reflexão) e, assim, não iam pedir o voto.

2 RADIODIFUSÃO MOÇAMBICANA

A radiodifusão em Moçambique é um universo rico e diversificado, refletindo a ampla variedade de vozes e experiências do país. Este ecossistema inclui tanto emissoras financiadas pelo Estado, como a venerável Rádio Moçambique e a Televisão de Moçambique, quanto iniciativas comunitárias, religiosas e comerciais. A rádio e a televisão sempre fizeram parte do cotidiano moçambicano, embora em certos períodos de forma rudimentar e clandestina. Essa narrativa nos leva a debruçar desta mecânica comunicacional desde os primeiros momentos das transmissões rádio-televisivas até o presente.

2.1 O RÁDIO

Nhanale (2022) destaca a limitada influência da imprensa em Moçambique na transmissão de informação, especialmente nas áreas rurais, devido aos elevados índices de analfabetismo e pobreza. Conforme dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), até 2023, 40% da população moçambicana, num total de 32 milhões de habitantes, permanece analfabeta. A disparidade entre os gêneros é evidente, com uma taxa de analfabetismo de 49,4% entre as mulheres e 27,2% entre os homens. Esse número, aliado à pobreza e à fraca distribuição da rede elétrica¹⁴, ressaltam a significativa barreira comunicacional em Moçambique que impacta a eficácia da imprensa como meio de comunicação de massa.

O rádio, por ser de fácil acesso economicamente e pelo uso de línguas locais nas suas transmissões, tornou-se o principal meio de comunicação no país. Nos últimos anos, embora este veículo continue sendo mais abrangente em termos de ampliação do sinal, a televisão se destaca como o meio de comunicação social mais visto com “84% dos moçambicanos vendo a televisão todos os dias contra 35,1% ouvindo a rádio e apenas 17,1% lendo jornais diariamente” (Intercampus, 2011). Estudos indicam que o sinal da RM abrange mais de 95% do território nacional, sendo transmitido em português, inglês e nas diversas línguas nacionais¹⁵. No que diz respeito às televisões, a Televisão de Moçambique (TVM) é única com caráter público e mais

¹⁴ De acordo com a reportagem da STV (2023), até 2023, 50% da população moçambicana tinha acesso à energia elétrica.

¹⁵ Segundo Ndapassoa (2012) atualmente, a Rádio Moçambique (RM) utiliza nas suas emissões as seguintes línguas nacionais nas respectivas províncias: CiMakonde (Cabo Delgado); Emakhuwa (Nampula, Cabo Delgado e Niassa); Kimwani (Cabo Delgado); Kiswahili (Cabo Delgado); CiYao (Niassa); CiNyanja (Tete e Niassa); Elomwe (Zambézia); Echuabo (Zambézia); CiSena (Tete, Sofala e Zambézia); CiNdau (Inhambane e Sofala); CiManyika (Manica); Ciutee (Manica); CiBarwe (Manica); XiTswa (Inhambane); GiTonga (Inhambane); XiChangana (Maputo e Gaza); XiRhonga (Maputo); e CiCopi (Gaza e Inhambane).

abrangente, cobrindo atualmente todas as capitais provinciais, distritos e vilas municipais e as outras 15 estações são de caráter privado.

A Rádio Moçambique nasceu durante o período em que o país esteve sob domínio do colonialismo português, concretamente no dia 18 de março de 1933 na cidade de Lourenço Marques, atual cidade de Maputo. O surgimento deste meio de radiodifusão foi graças à dedicação de alguns cidadãos portugueses, como Aniano Mendes Feira, Augusto Gonçalves e Firmino Sarmento (Massingue, 2000). Estes apelidaram a *Rádio de Grémio* dos radiófilos da Colónia de Moçambique. A autora conclui que, por imposição do governo de Lisboa, que determinava que o Grémio só podia ser instituições do Estado, a então estação radiofônica teve seu nome alterado para *Rádio Clube de Moçambique*.

Massingue (2000) explica que até a instalação da *Rádio Clube de Moçambique*, já era muito conhecida a importância desse meio de comunicação de massa. Embora a posse de um aparelho de rádio fosse limitada pelas condições econômicas da época, o rádio desempenhava um papel crucial na disseminação de informações tanto a nível nacional quanto global.

O rádio desempenhou um papel crucial na luta e na resposta a desastres naturais, tais como terremotos e cheias. Roque (1988 *apud* Massingue, 2000) argumenta que os serviços radiofônicos foram amplamente elogiados durante as cheias dos rios Incomati e Umbeluzi em fevereiro de 1937. Na ocasião, o governo português utilizou a rádio para transmitir informações sobre os perigos enfrentados pelas autoridades locais, proporcionando uma cobertura abrangente do que era considerado uma catástrofe natural.

Devido ao status que a Rádio ganhou na cobertura desse caso, um ano depois, isto em 1938 na segunda maior cidade do país, Beira, emergiu o segundo meio radiofônico, da propriedade Aeroclube da Beira. Dezesesseis anos depois, em 1954, apareceu a segunda emissora de rádio naquela cidade, a Rádio *Pax*, a primeira estação religiosa controlada pelo arcebispo da Beira (Massingue, 2000).

O meio rádio foi se alastrando para outras províncias ao longo do tempo devido à chegada de mais portugueses ao país que se instalaram principalmente nas cidades do norte de Moçambique. Fonseca (1997) afirma que o avanço do processo de colonização e a criação de linha férrea que ligava o centro do país e a cidade de Nacala (norte de Moçambique), através da empresa Caminhos de Ferros de Moçambique, trouxeram muita mão de obra portuguesa para a região norte do país, o que significou uma ampliação da rede de radiodifusão para a região.

Massingue (2000) categoriza o surgimento das rádios em Moçambique com base no critério de prioridade. Segundo esse princípio, a implantação das emissoras de rádio estava

condicionada ao número de portugueses que habitavam na região. Em outras palavras, se uma determinada região contasse com mais de 10 mil moçambicanos nativos e nenhum português, era negada a possibilidade de os habitantes locais ouvirem rádio. Outro fator que merece menção é que, desde o surgimento do rádio, a música sempre fez parte da programação. Nas estações de rádio em Moçambique eram transmitidas apenas músicas de origem portuguesa e estrangeira, o que só veio a mudar a partir dos meados da década 1950, quando introduziram pela primeira vez a música de origem negra. Esse fator desencadeou na difusão do primeiro programa de língua local na *Rádio Clube de Moçambique* em Lourenço Marques (atual Maputo). Massingue (2000) acredita que foi neste período que introduziram o primeiro programa de língua africana designado de *A Hora Nativa*. Este programa, de acordo com a autora, era transmitido a partir das 18 horas nos domingos, em língua *ronga*¹⁶ e com três horas de duração. Num período em que o país registrava altos índices de analfabetismo, o uso de línguas locais nas transmissões radiofônicas ajudou na popularização deste meio de comunicação.

Com a Independência do país em 1975, a Frelimo começou a integrar para o seu governo todos os veículos que outrora pertenciam ao colono. A *Rádio Clube de Moçambique* passou a se chamar de *Rádio Moçambique* e hoje está instalada em todas as capitais provinciais e faz transmissões em todas as línguas locais.

Segundo o estudo da ONU (2019), hoje em Moçambique existem mais de 150 estações de rádio das quais alguns são tuteladas pelo Instituto de Comunicação Social (ICS), uma instituição pública, que tem por objetivo principal facilitar a comunicação para o desenvolvimento da região rural.

2.2 A TELEVISÃO

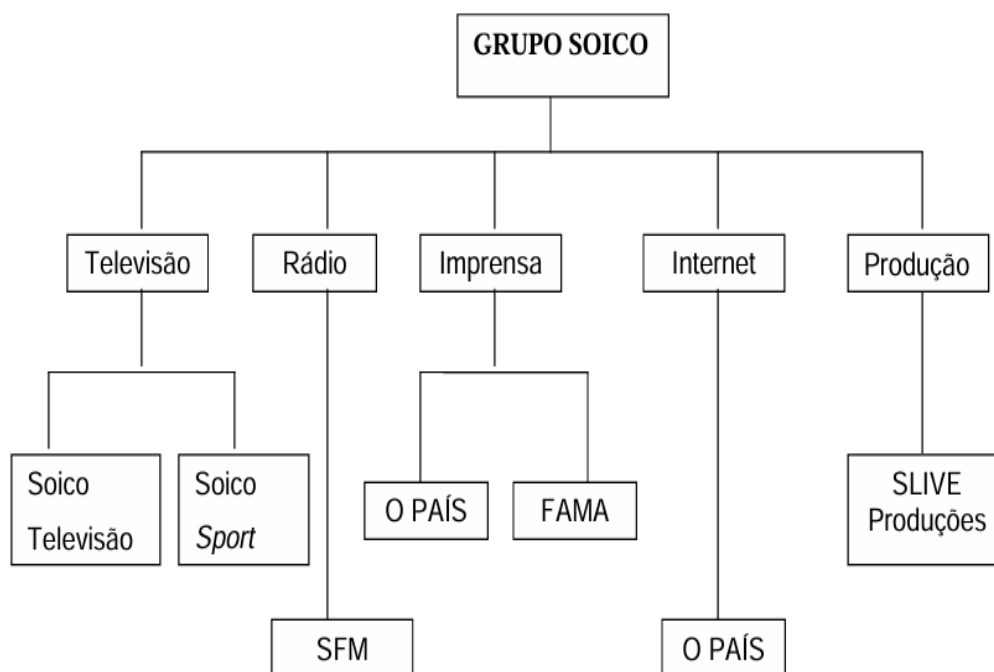
Sobre a televisão, o pesquisador João Miguel (2008), quando trata de mídia e política em Moçambique, *cataloga* sete meios televisivos de sinal aberto. Dentre as operadoras estão a Televisão de Moçambique, RTP-África, Televisão Miramar, que é uma propriedade da brasileira Rede Record e da Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd), Soico Televisão, TIM, TV Maná Moçambique, KTV e a Rádio e Televisão Klint criada em 1993. No entanto há toda a necessidade de atualizar essa lista tendo em conta que este estudo foi realizado entre 2007 e

¹⁶ Ronga, também referido como XiRonga, Chironga, ShiRonga ou GiRonga, é uma das línguas originárias da província e cidade de Maputo, em Moçambique. Faz parte do ramo tsua-ronga das línguas bantu. Tem cerca de 650 mil falantes em Moçambique e 90 mil na África do Sul.

2008, e desde então novas operadoras de televisão surgiram no país. Um exemplo é a Televisão Sucesso, fundada em 2016, do empresário e antigo apresentador da TVM, Gabriel Júnior. Dessa lista, encontramos igualmente o segundo canal da Televisão de Moçambique, a TVM2 que, de acordo com Siteo Junior (2021), foi uma necessidade de se descentralizar da primeira TVM como forma de dar espaço à vasta programação que desafiava os horários da primeira emissora em março de 2012. Este canal não veiculou por muito tempo, assim como a Rádio e Televisão Klint, criada em 1993 e extinta em 2002.

A estrutura organizacional da rede privada de radiodifusão difere substancialmente da mídia pública. Um exemplo notável é a STV, uma estação de televisão privada comandada pelo grupo Soico. Essa distinção na gestão e na operação das empresas de radiodifusão privadas ressalta as diferenças fundamentais entre os setores público e privado no contexto da radiodifusão, a STV tem a sua estrutura segmentada da seguinte forma.

Figura 3: Estrutura do funcionamento da Soico Televisão (STV)



Fonte: Gabinfo¹⁷ *apud* Muatiacale (2007)

Essa estrutura oferece uma visão organizada da segmentação das emissoras do setor privado. Embora possam haver diferenças entre elas, a essência está centrada nessa estrutura.

¹⁷ O Gabinete de Informação, abreviadamente designado GABINFO, é um organismo central do Estado subordinado ao Primeiro-Ministro, goza de personalidade jurídica e é dotado de autonomia administrativa.

Sitoe Junior (2021) afirma que depois de 2012 surgiram mais emissoras de televisão em Moçambique, a destacar: 1) Gungu TV, do empresário Gilberto Mendes, criada na necessidade de se ter uma televisão da Companhia Teatral Gungu; 2) CTV, canal experimental voltado à música e ao cinema; 3) Eco TV, pertencente aos empresários moçambicanos; 4) Top TV, que já foi do empresário e membro do partido Frelimo Helder Muteia.

Depois desta fase, com o anúncio do Instituto de Comunicação de Moçambique em 2021 para a substituição da transmissão analógica para transmissão digital, surgiram várias estações de televisão no país, o que possibilitou assistir à televisão através de um sinal aberto partindo das suas próprias escolhas (Sitoe Junior, 2021, p. 11).

Como já mencionado, a radiodifusão pública (TVM e Rádio Moçambique) é mais abrangente porque tem ao seu favor as transmissões em línguas locais. Antes de 1975, a língua portuguesa não era oficial em Moçambique; apenas após a independência foi reconhecida como tal. Durante esse período, as línguas bantus eram predominantes, já que mais de 80% da população era analfabeta até 1975. A aprendizagem da língua portuguesa geralmente ocorre na escola, visto que em casa e em outros espaços sociais ou culturais, as línguas bantus predominam.

De acordo com o Censo de 2007, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, até 2007, 25% da população declarou o emakhuwa¹⁸ como língua materna, o que faz dela a mais falada no país. Já cerca de 90% dos moçambicanos não têm o português como língua materna, o que confere uma maior importância às línguas maternas ou locais no cotidiano (RFI, 2016). De acordo com Instituto Nacional de Estatística (INE, 2017), além do emakhuwa, o changana¹⁹ segue como a segunda língua mais falada, e na terceira posição está a língua oficial portuguesa.

O changana é falado não apenas em Moçambique, mas também em outros países da África, como África do Sul, Suazilândia e Zimbábue. No entanto, suas variantes linguísticas contribuem para a dificuldade em determinar com precisão o número de línguas maternas existentes em Moçambique. Segundo alguns pesquisadores, como Sitoe e Ngunga (2000), há apenas 20 línguas faladas em Moçambique, além do português. Por outro lado, um estudo da Universidade Eduardo Mondlane (2014) indica a existência de mais de 40 línguas, incluindo o português. Essa disparidade decorre, em parte, da consideração de certas variantes linguísticas

¹⁸ O Emakhuwa, língua materna nas províncias de Nampula, Niassa, Cabo Delgado e Zambézia, continua a ser a mais falada em Moçambique com 5,8 milhões de falantes. E o português é falado por 3,6 milhões de moçambicanos (INE, 2017).

¹⁹ Changana-Tsonga é um grupo linguístico que inclui três línguas mutuamente inteligíveis faladas, principalmente, nas três províncias moçambicanas do sul do Save (Inhambane, Gaza e Maputo).

como línguas locais. Por exemplo, o emakhuwa possui mais de cinco variantes reconhecidas. No entanto, independentemente do número exato de línguas locais em Moçambique, é inegável que essas línguas exercem influência significativa no cenário jornalístico do país.

Ndapassoa (*apud* RFI, 2016) afirma que a Rádio Moçambique (RM) aparece como um símbolo nacional quando o assunto se trata da diversidade linguística. A RM transmite a sua programação em português, inglês e em 19 línguas nacionais. O autor diz ainda que os conteúdos da rádio são produzidos na sede, em Maputo, e nas outras dez redações instaladas nas províncias. “A informação, quando é produzida, é entregue aos profissionais das diferentes línguas, que fazem a tradução para cada uma das línguas daquele mesmo conteúdo”.

O mesmo processo acontece na Televisão Moçambique, onde nas redações provinciais, os profissionais das línguas locais são responsáveis pela tradução dos noticiários que passam na língua oficial. Essas traduções são feitas de acordo com as línguas mais faladas de cada região. Na província de Nampula, por exemplo, além do emakhuwa existem outras línguas faladas, como o chuabo. Entretanto, estatisticamente, a língua emakhuwa é a mais predominante na capital provincial de Nampula, o que a coloca como primordial para as transmissões noticiosas.

Nas cidades de Maputo e Matola, a TVM transmite a sua programação em português e na língua changana. O processo é o mesmo: os repórteres da língua portuguesa fazem a matéria e os repórteres em línguas locais, por sua vez, fazem a tradução do português para o changana, fato que permite o fluxo normal da informação.

É importante referenciar também que as transmissões em línguas locais surgem como resposta a assegurar o fluxo de informação e de comunicação para mais de 80% da população que não falava o português em 1975, após a independência em Moçambique.

Antes da multipartidização, apenas uma emissora de TV existia no país. Hoje, em Moçambique, aproximadamente 30 emissoras de televisão estão ativas e alicerçadas a plataformas como a *Multichoice*, *Zap* e *TMT* que são serviços de televisão digital terrestre por subscrição.

2.3 A TELEVISÃO DE MOÇAMBIQUE (TVM)

Em Moçambique, o primeiro sinal de televisão foi transmitido durante a Feira Internacional de Maputo (Facim), marcando o início das transmissões da Televisão de Moçambique. Isso ocorreu em 1979, quando a emissora entrou no ar pela primeira vez. Desde

então, a televisão tem desempenhado um papel fundamental na disseminação de informações e entretenimento no país. Segundo Miguel (2003, p. 31),

Tudo começou quando uma empresa italiana expôs, na referida feira, equipamento de captação e transmissão de imagens e som. Este equipamento, instalado inicialmente num estúdio improvisado no recinto do evento, viria a ser usado, a partir de 1981, para a formação dos primeiros profissionais moçambicanos de televisão.

Miguel (2008) afirma que a emissora recém-criada estava sob titularidade de Televisão Experimental (TVE) e só a partir de 1991 “passou a ser designada Televisão de Moçambique (TVM). Seguidamente, em 1994, pelo Decreto-Lei nº19/94, de 16 de junho, assumiu a designação de Televisão de Moçambique – Empresa Pública (TVM – EP)”, juntamente com a Rádio Moçambique, que, através do mesmo decreto, passou também a ostentar a condição de pública”.

Os veículos de comunicação em Moçambique com designação de público são regidos pela Lei número 18/91, de 10 de agosto, cujos fundamentos estabelecem que:

- a) Constituem o setor público da Imprensa a radiodifusão nacional, a televisão nacional, a agência de notícias nacional e as demais empresas e instituições criadas para servir o interesse público neste domínio.
- b) Os órgãos do setor público têm como função principal:
 - Promover o acesso dos cidadãos à informação em todo o país;
 - Garantir uma cobertura noticiosa imparcial, objetiva e equilibrada;
 - Refletir a diversidade de idéias e correntes de opinião de modo equilibrado;
 - Desenvolver a utilização das línguas nacionais.

De acordo com Miguel (2008), esses fundamentos destacam a concepção do funcionamento de um veículo de comunicação pertencente ao setor público em um país onde representa um “autêntico” espaço democrático. No entanto, o autor também esclarece que a observação prática revela uma disparidade significativa entre o cenário público descrito na legislação e o retratado pelas mídias públicas. Dessa forma, o autor argumenta que é imperativo realizar esforços adicionais para efetivar o que está estipulado na legislação.

O Estatuto da Televisão de Moçambique estabelece que as emissões televisivas devem obedecer a padrões específicos de conteúdo e qualidade, garantindo assim a promoção de valores culturais e educativos na programação. Este documento estipula que:

- a) TVM guia-se, no âmbito da sua actividade, pelos princípios consagrados na Constituição quanto à liberdade de imprensa, pela legislação atinente à comunicação social e pelos estatutos da Empresa.
- b) TVM considera que a existência de uma opinião pública informada, activa, interveniente e participativa é condição fundamental da democracia e da dinâmica de

uma sociedade aberta, sem fronteiras regionais, nacionais e culturais aos movimentos de comunicação e opinião.

c) TVM orienta-se pelos princípios deontológicos da comunicação social e pela ética profissional dos jornalistas.

d) A TVM pratica um jornalismo baseado em critérios de rigor profissional e criatividade editorial.

e) TVM estabelece as suas opções editoriais sem hierarquias prévias entre os diversos sectores de actividade.

f) A TVM privilegia, nos seus espaços informativos, assuntos nacionais ou acontecimentos internacionais com impacto na vida do País.

g) TVM apenas veicula propaganda partidária nos períodos eleitorais, nos termos da lei (Moçambique, 1990).

Todos os veículos de comunicação social de carácter público em Moçambique têm um Presidente de Conselho de Administração (PCA) eleito pelo governo em exercício. Isso contraria, em princípio, o previsto no artigo 11 da lei de imprensa, de que “os órgãos de informação do sector público cumprem as suas obrigações livres de ingerência de qualquer interesse ou influência externa que possa comprometer a sua independência” (Muatiacale, 2007, p. 42). A autora menciona as preocupações levantadas por Miguel (2003, p. 54) sobre a prática do governo de nomear o PCA para os veículos do setor público. Essa prática suscita receios de que o governo exerça controle sobre as mídias públicas. Miguel (2008) destaca as observações de Fernando Lima para reforçar essa desconfiança:

As empresas públicas moçambicanas têm salvaguardas legais para que seus jornalistas exerçam sua profissão de forma independente. Já os seus conselhos de administração não têm legitimidade para proclamarem independência dado que são nomeados pelo governo, sem quaisquer outras contrapartidas. Ao nível da imprensa, dos postulados legais que regem o setor, é necessária uma revisão urgente para formas mais consentâneas com a atual fase do processo democrático (Miguel, 2008, p. 121).

O outro elemento que caracteriza ainda mais esta desconfiança sobre o veículo estar a serviço do governo e do partido Frelimo, e não do público, como a legislação prevê, é a seleção de analistas que debatem a vida política, social e cultural do país. Observando atentamente a programação da TVM e considerando a experiência profissional deste autor na emissora, é possível inferir que os debates promovidos pela Televisão de Moçambique tendem a favorecer o partido no poder. Isso é evidenciado pelo fato de que a maioria dos convidados dos painéis são membros do partido Frelimo, que discutem questões políticas e sociais em linha com suas ideologias e cor partidária. Miguel (2008, p. 121) sugere que para superar essa situação é necessário que os meios de comunicação de carácter público garantam “a diversidade de opiniões, com personalidades e competências que assegurem clara isenção e independência”.

Os processos de seleção, nomeação e fiscalização periódica devem ser realizados de forma multilateral e participativa.

Miguel (2008) afirma ainda que o encerramento e o início das transmissões na TVM são antecidos pelo toque de um Hino Nacional. Sobre a distribuição de sinal, a Televisão de Moçambique se destaca em relação a outras emissoras de televisão ao possuir sucursais da emissora em todas as capitais provinciais. Essa presença geográfica abrangente confere à emissora uma vantagem significativa em termos de alcance e cobertura. Muatiacale (2007) refere que “sem pretendermos questionar a qualidade de seu conteúdo, a TVM possui maior número de telespectadores, o que lhe garante até agora a hegemonia na audiência em relação às outras emissoras que não cobrem o país na sua totalidade”.

A TVM possui sucursais nas dez capitais provinciais e a sua sede na capital do país, a cidade de Maputo (Ver na figura 3). De acordo com o site oficial da TVM, as delegações que também recebem nome de centros provinciais da emissora estão organizadas da seguinte forma, do sul ao norte do país:

- a) CTC – Centro de Televisão Central, Maputo;
- b) CTP – Centro de Televisão Provincial da Matola - Maputo;
- c) CTP – Centro de Televisão Provincial de Xai-Xai - Gaza;
- d) CTP – Centro de Televisão Provincial de Inhambane - Inhambane;
- e) CTP – Centro de Televisão Provincial de Chimoio - Manica;
- b) CTP – Centro de Televisão Provincial da Beira, Sofala;
- f) CTP – Centro de Televisão Provincial de Tete - Tete;
- g) CTP – Centro de Televisão Provincial de Nampula, Nampula;
- h) CTP – Centro de Televisão Provincial de Quelimane, Zambézia;
- i) CTP – Centro de Televisão de Pemba, Cabo Delgado;
- j) CTP – Centro de Televisão Provincial de Lichinga, Niassa.

Figura 4: Mapa de Moçambique ilustrando as cidades em que a TVM está presente



Fonte: Renato; Chalucane (2019)

De acordo com os Estatutos da TVM, essas delegações representam o cumprimento do objetivo da emissora, o de “levar a televisão a todo o país”. Até 2016, a TVM havia instalado Centros Emissores em 16 cidades e vilas municipais, cuja potência variava entre 5 e 1000W. Estes Centros recebem o sinal do satélite e fazem a retransmissão da emissão. No entanto, supõem-se que as dificuldades técnicas de manter esses centros emissores e a entrada da digitalização televisiva em 2021 foram os motivos que levaram à remoção de todos os centros emissores nas vilas municipais, ficando apenas nas cidades capitais.

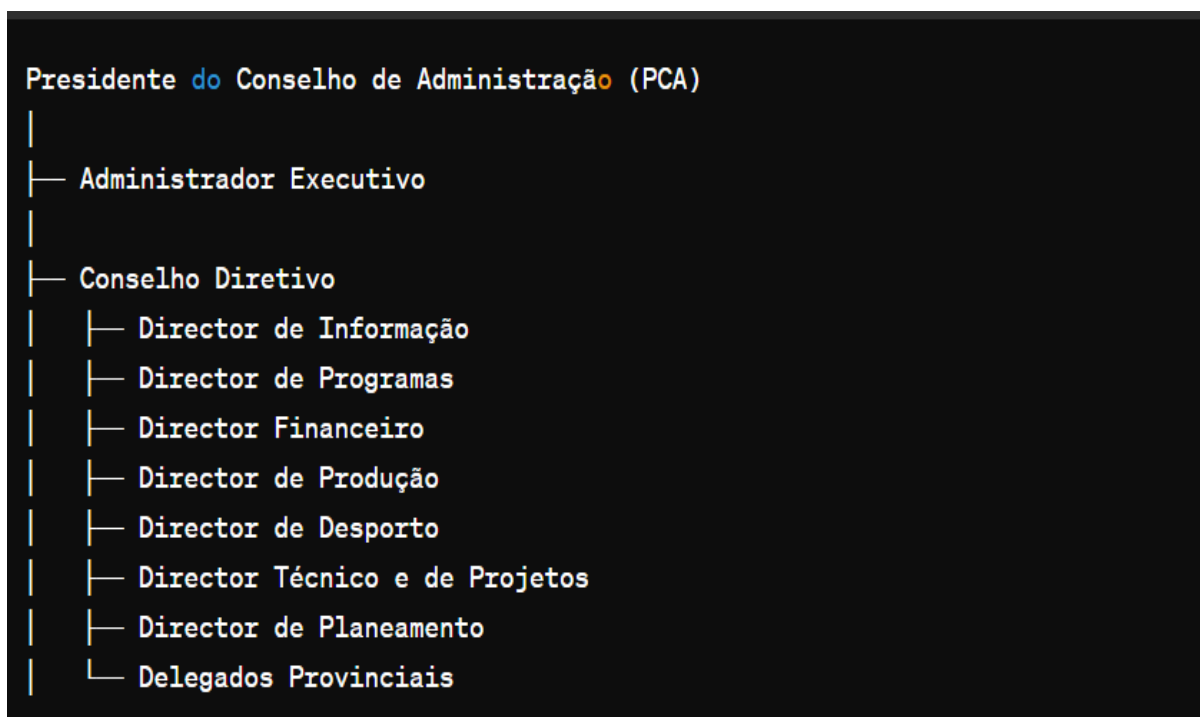
Em média, cada delegação provincial da TVM possui 15 funcionários, entre operadores de câmeras, repórteres, secretarias, editores de vídeo, seguranças, etc.²⁰.

Na delegação da cidade de Nampula, por exemplo, além do delegado provincial do centro emissor, possui também quatro repórteres, igual número de operadores de câmera, dois

²⁰ Em outras palavras, as delegações provinciais funcionam, portanto, como centros de produção de informação, com equipas de reportagem, edição e produção próprias, focadas na realidade local e na integração na rede nacional da TVM.

editores de vídeo, três profissionais para o jornal das línguas locais, um agente financeiro, um motorista e dois guardas. Ao todo, a Televisão de Moçambique tem mais de 500 profissionais em atividade. Veja a seguir a representação visual da estrutura organizacional desta emissora pública.

Figura 5: Organograma da TVM



Fonte: TVM (2024)

É importante também destacar que a Televisão de Moçambique iniciou suas operações em um momento crítico da história do país, durante um dos conflitos mais mortais pós-coloniais. Durante esse período, a TVM foi utilizada como veículo de propaganda contra a Renamo e destacava os bons feitos do governo da Frelimo (Muatiacale, 2007). Além da TVM fazia parte deste grupo a *Rádio Moçambique*, o *Jornal Notícias* e o *Diário de Moçambique*, afirma ainda a autora.

O modelo de televisão pública em Moçambique foi transposto do sistema colonial europeu, seguindo principalmente os exemplos da RTP em Portugal e da BBC na Inglaterra. Nesse modelo, o financiamento das emissoras é exclusivamente garantido pelo Estado, operando através de um sistema de arrecadação de impostos. Isso significa que todo cidadão moçambicano, ou residente no país, é contribuinte da radiodifusão nacional, uma vez que os impostos necessários para o funcionamento dessas emissoras estão incluídos nas contas básicas,

como as de fatura de água e energia. Assim, todos os cidadãos moçambicanos pagam, de forma obrigatória, as chamadas taxas de radiodifusão. Essas taxas são essenciais para subsidiar financeiramente os veículos públicos de comunicação, como a TVM, a Rádio Moçambique e o Jornal Notícias. Desse modo, o sistema de radiodifusão em Moçambique se mantém graças à contribuição direta dos cidadãos moçambicanos.

2.3.1 O Telejornal

O telejornalismo moçambicano ainda não foi muito abordado em pesquisas científicas, até o momento poucos estudos abordam sobre esta temática, sobretudo o telejornalismo da TVM. Esta fase da pesquisa baseia-se na dissertação de Leonilda Sanveca Muatiacale que trata das *estratégias discursivas dos telejornais moçambicanos*. Além do trabalho da Muatiacale (2007), este estudo baseou-se em fundamentos obtidos através de pesquisas sobre o telejornalismo no Brasil e em Portugal, estabelecendo uma ponte com o *Telejornal* da Televisão de Moçambique. É importante ressaltar que o telejornal da Televisão de Moçambique é denominado *Telejornal*. Para diferenciar entre o telejornal genérico e o *Telejornal* (nome dado ao jornal da TVM), utilizamos itálico para destacar o nome *Telejornal* quando nos referimos ao principal noticiário da TVM e mantemos o estilo normal ao nos referirmos ao telejornal, programa noticioso.

Nas emissoras de televisão, o telejornal tem sido o programa mais fluente. É através dele que ficamos informados sobre o que acontece no nosso meio e no mundo. Para Muatiacale (2007, p. 46), o telejornal é uma “fonte de informação, de produção e circulação de conteúdos simbólicos cada vez mais presentes na sociedade contemporânea que retrata os acontecimentos, os problemas sociais do cotidiano da população nos contextos nacional e mundial”.

É lógico pensarmos que o termo telejornal surge em paralelo com a televisão. Souza (2021) afirma que o primeiro telejornalismo no Brasil foi ao ar em setembro de 1950, a partir da PRF-3 TV Tupi de São Paulo, fundada pelo empresário dos Diários Associados Assis Chateaubriand. Este telejornal foi intitulado de *Imagens do Dia*. O autor defende que embora o telejornalismo tenha ocorrido em 1950, os preparativos se iniciam quatro anos antes, “quando o governo [Eurico Gaspar] Dutra iniciou o processo de concessão e o grupo Diários Associados começou a trabalhar para implantar a televisão no país” (Souza, 2021, p. 2). No entanto, Marques de Melo, quando trata de *fontes para o estudo da comunicação* (1995), observa que, embora tenha surgido na metade do século XX, o termo telejornalismo e suas rotinas de produção era pouco estudado na ciência brasileira até os anos 1990. Nesse sentido, destaca-se

o jornalista Walter Sampaio como o primeiro autor no Brasil a debruçar sobre o telejornalismo tratando de técnicas de produção e conceitos de elaboração de um produto audiovisual no seu manual *Jornalismo e Audiovisual*, publicado em 1971 (Mattos, 1990 *apud* Vizeu, 2014).

Entretanto, décadas depois do seu surgimento, tanto o telejornalismo quanto a televisão têm passado por diversos reveses políticos, econômicos e socioculturais que, de certo modo, impactam nas rotinas de produção jornalísticas e no produto final (Vizeu, 2014, p. 10). Estes fundamentos dialogam com o telejornalismo moçambicano, onde as transformações significam o envolvimento político dos poderes governamentais que suscitam um controle principalmente nas mídias do setor público.

Muatiacale (2007) afirma que quando surgiu o telejornalismo em Moçambique, no final dos anos 1970, isto é, 30 anos depois do Brasil, não havia pessoal com técnica e nem capacitado para assegurar a transmissão da nova forma de fazer jornalismo, por isso, o processo da implantação da TV em Moçambique teve que passar por vários desafios. Um deles foi a falta de equipamentos tecnológicos para ampliar o sinal de transmissão, um fato que comunga com o surgimento da televisão no contexto brasileiro, quando as empresas de TV tiveram que emprestar os profissionais de rádio, cinema e pessoal que trabalhavam no jornal impresso.

Os quase 70 anos da televisão brasileira foram construídos por muitos profissionais que talvez não planejassem atuar nesse veículo, mas que foram atraídos pela energia da inovação e pela magia de uma comunicação direta, ao vivo, em movimento e intensa, e, que não se preocuparam com o preconceito de quem atuava nas mídias tradicionais e considerava a televisão o grande mal para a cultura do país, algo que deixaria o povo absolutamente alienado e burro (Ricco; Vanucci, 2017 *apud* Souza, 2021).

O telejornalismo é concebido como uma parte essencial para “informar, disseminar ideologias vigentes em cada época histórica, despertar a curiosidade sobre os acontecimentos do mundo, como também esclarecer ao seu público, embora nem sempre, sobre os mecanismos de funcionamento da sociedade contemporânea” (Muatiacale, 2007, p. 46).

Becker (2005) traz uma importante contribuição sobre o tema ao referenciar que os telejornais desempenham um papel crucial na formação de confiança por parte do público e no encorajamento do investimento nos veículos de comunicação. Ao mesmo tempo, eles têm o poder de promover um senso de unidade nacional ao apresentar e compartilhar experiências que ressoam com a audiência em seu dia a dia. A autora acrescenta que os telejornais representam os acontecimentos populares sobretudo na ampliação das vozes socialmente ocultas.

Já Cajazeira *et al* (2015) conceitualizam o telejornalismo como sendo uma prática profissional do jornalismo aplicada à televisão. Os pesquisadores observam que o

telejornalismo constitui uma lógica própria ao aliar o imediatismo, agilidade e instantaneidade à imagem. As notícias nos telejornais, segundo Cajazeira *et al* (2015), podem ser relatadas sob vários formatos, como nota simples (matéria que não foi alvo de reportagem externa), nota coberta (com imagens acompanhadas de voz), e reportagens, a forma mais completa de apresentar a notícia.

Na visão de Silva (2013), os telejornais têm um papel significativo na formação de valores e comportamentos sociais, atingindo e exercendo influência sobre uma vasta audiência. O autor afirma ainda que um dos entraves para a realização de um noticiário televisivo é a conciliação da imagem e informação. A imagem deve sempre estar sincronizada com a informação para não contrariar o que é falado e o que a imagem está a mostrar. Cajazeira *et al* (2015, p. 4) argumentam que “nos casos em que há falta das imagens para uma notícia, recorre-se aos recursos gráficos como mapas, fotos e infográficos para que a notícia não fique incompleta”. O telejornal seria a composição de uma informação apresentada em áudio e imagem. Muatiacale (2007) sugere que a lógica de uma informação passando numa tela sincronizada por meio de uma imagem ou vídeo prende mais o telespectador do que numa notícia de gênero radiofônico. Isso mostra o maior poder que imagem em movimento tem no jornalismo televisivo.

Muatiacale (2007, p. 52) afirma que durante o marxismo pós-independência, o *Telejornal* da TVM publicava mais eventos ligados ao governo da Frelimo, onde mostrava as realizações daquela formação política “transmitindo os comícios populares do Presidente da República, além de acompanhar suas visitas pelo país”.

Inicialmente, o noticiário da noite da TVM, conhecido como *Telejornal*, era predominantemente assistido nas capitais provinciais, com um foco particular na cidade de Maputo. Isso se devia principalmente à disponibilidade do sinal de televisão e à expansão da rede elétrica nessa área. No entanto, à medida que a rede elétrica foi expandindo para regiões anteriormente consideradas remotas, como os distritos e postos administrativos, o *Telejornal* começou a ser assistido em todo o país (Muatiacale, 2007, p. 53).

Por muito tempo o *Telejornal* dominou os programas informativos no país, entretanto com o surgimento de novas emissoras de televisão, começa a disputa pela audiência. O aparecimento de novas emissoras consolidou a diversidade de fontes de informação e ampliou os programas de informação e entretenimento (Muatiacale, 2007). Também é possível observar que os jornalistas que são responsáveis hoje na direção e produção do *Telejornal* e de outros programas da TVM, outrora já operavam os noticiários dessa emissora durante o período do

partido-estado. O estudo de Massingue (2000) sugere que é por este motivo que os jornalistas dos órgãos públicos não produziam reportagens de outros partidos se não do partido Frelimo, ou seja, os eventos de outras organizações e partidos políticos que não fosse do Partido Frelimo, não tinham espaço na Televisão de Moçambique.

Segundo explica Muatiacale (2007, p. 53), as características básicas do *Telejornal*, “apesar de não atingir a maioria da população, não fogem dos telejornais de emissoras de outros países, que tenham mais tempo de transmissões e maior alcance de telespectadores”. A autora destaca ainda que, em termos de estilo, o telejornalismo moçambicano, em especial o *Telejornal*, tem traços característicos do modelo norte-americano e europeu, apesar do processo da implantação da rede televisiva em Moçambique seguir o padrão italiano (Miguel, 2008).

Muatiacale (2007) defende que os telejornais moçambicanos na atualidade possuem muitas semelhanças com os telejornais brasileiros, principalmente quando se trata de organização das notícias em blocos bem definidos e separados por comerciais. Este fato se deve muito pela questão das emissoras de televisão moçambicanas, principalmente as de setor privado, serem parceiras de veículos de TV brasileira, a exemplo da parceria da TV Miramar com a Record e da STV com a Rede Globo.

O *Telejornal* da TVM, no entanto, adota a abordagem europeia quanto aos âncoras. Desde sua estreia, mantém a singularidade de ter apenas um apresentador conduzindo o programa, o que contrasta com a prática comum nos telejornais brasileiros, que contam geralmente com dois âncoras.

Conforme o que se pode observar, o *Telejornal* compartilha algumas semelhanças com o *Jornal Nacional* da Rede Globo de Televisão, já que ambos costumam ser estruturados em três blocos distintos. Geralmente, no primeiro bloco são catalogadas notícias de maior destaque a nível nacional ou internacional. No entanto, as reportagens de abertura no *Telejornal* da TVM são os eventos orientados pela Presidência da República ou do seu partido e Governo. Muatiacale (2007, p. 52) considera que esta abordagem da TVM não é nova, pois os primeiros programas noticiosos desta emissora que, por sinal, coincidem com o período da guerra civil, relatavam “principalmente assuntos relacionados aos ataques armados dos guerrilheiros da Renamo, mostrando imagens de destruição de infraestruturas como pontes, escolas e hospitais”. Além disso, transmitiam os comícios populares do presidente da República e o acompanhavam em suas visitas pelo país.

No segundo bloco, a organização das reportagens já fica mais parecida com o *Jornal Nacional* da Globo, isto é, há uma mistura de acontecimentos. Dependendo da pauta cotidiana,

são transmitidas reportagens curtas sobre os eventos mais ou menos relevantes que ocorreram no país. Além de reportagens do âmbito social e político (as realizações dos governos provinciais e distritais).

No terceiro e último bloco são mais transmitidas as temáticas do esporte, reportagens internacionais, cultura e entretenimento. Na temática esporte são transmitidos eventos esportivos recentes, resultados de jogos, entrevistas com atletas e análises de especialistas. Em relação à cultura e ao entretenimento, passam reportagens sobre peças teatrais e ou de exposições, além de entrevistas com artistas e cobertura de eventos culturais.

De um modo geral, é importante referenciar também que a previsão do tempo sempre esteve presente nos noticiários televisivos. A apresentação do clima no *Telejornal* difere do Jornal Nacional e de outros telejornais brasileiros. No jornal moçambicano não há nenhum apresentador que possua um espaço específico para apresentar o quadro, como é feito no Jornal Nacional. No *Telejornal*, a informação sobre o tempo é exibida no rodapé. O rodapé que também é conhecido no mundo televisivo como *ticker* ou *Chiron* que significa a faixa de texto que é exibida na parte inferior da tela durante as transmissões televisivas. Geralmente essa faixa é usada para complementar as informações como o tempo e informações contextuais. Já em outros telejornais moçambicanos, principalmente do setor privado, a informação sobre o tempo é transmitida entre os blocos noticiosos.

Se destaca como a principal programação noticiosa da TVM, o *Bom dia Moçambique*, que é transmitido nas manhãs, o *Jornal da Tarde* que passa no horário do almoço que tem duração de uma hora e o *Telejornal* que passa as 8 horas da noite no horário de Maputo.

Na descrição do *Telejornal* da TVM, um ponto crucial a ser considerado é a sua duração. Em média, o Jornal Nacional, da rede Globo, tem cerca de 45 minutos, enquanto o *Telejornal* da TVM se estende por uma hora ou até mais, dependendo da agenda diária. Em contrapartida, a duração dos Jornais da Noite de outros veículos de informação em Moçambique, com exceção da TVM, assemelha-se mais ao padrão do Jornal Nacional, geralmente variando de 40 a 50 minutos.

A Televisão de Moçambique não só oferece uma variedade de programas, mas também se destaca por seu compromisso com a inclusão e a diversidade linguística como já referenciado. Além da programação noticiosa mencionada anteriormente neste capítulo, destaca-se igualmente o *Jornal em Línguas Moçambicanas*, um programa que desempenha um papel

crucial como um veículo de integração, especialmente considerando o alto índice de DW²¹. Esse dado é significativo, pois revela que apenas uma parcela reduzida da população possui fluência em português, já que esta é uma língua geralmente aprendida na escola. O *Jornal em Línguas Moçambicanas* preenche uma lacuna importante ao oferecer informações acessíveis e relevantes para aqueles que não têm proficiência em português. É uma iniciativa que promove a inclusão e fortalece os laços comunitários ao garantir que todos os cidadãos tenham acesso à informação, independentemente de sua proficiência linguística. Este programa é transmitido às cinco horas da tarde em todos centros provinciais da TVM, vulgarmente conhecidos como delegações.

Compõe ainda a grade de informação noticiosa da TVM, a *Janela Econômica e Notícias de Moçambique*. Este último, corresponde a informação que é difundida de forma resumida que passa de uma em uma hora a horários que não possuem noticiários.

Os discursos de aberturas do *Telejornal* e do Jornal Nacional são similares. Os dois telejornais começam com a escalada das principais notícias do dia. Muatiacale (2007, p. 56) aponta que com essa estratégia, os enunciadores buscam capturar a atenção do telespectador para que espera ansiosamente pelo desenvolvimento dos assuntos.

Em relação à autoria na apresentação de cada matéria, o *Telejornal* identifica os personagens ou nome das fontes da reportagem, além de elencar os responsáveis pela produção daquele conteúdo. Como, por exemplo, o nome do jornalista, do operador de câmera e também do editor.

Em relação às notícias internacionais, Muatiacale (2007, p. 61) argumenta que o *Telejornal* “recebe materiais de agências, como a BBC Londres, da RTP em Portugal, da SABC da África do Sul entre outras e são retransmitidas, às vezes, sem uma reedição prévia”. Os editores locais simplesmente se limitam a traduzir e a ler em *off* as notícias”. Assim como acontece em alguns telejornais brasileiros.

2.3.2 Diário da campanha eleitoral (DCE)

Um dos requisitos fundamentais para uma democracia representativa é a realização de eleições. Durante esse processo, o povo exerce sua vontade livremente ao escolher um

²¹ Moçambique tem uma taxa de analfabetismo de 39%, sendo que 27% são homens e 49% mulheres. Em termos urbanos a taxa é de 18% e no meio rural, 50%, sendo que 63% das mulheres rurais não sabe ler e nem escrever. Moçambique pós colonialismo tinha taxas de 93% de analfabetismo, passando a 72% na década de 80, 56% na década de 90, 44% no início dos anos 2000, e actualmente 39% (TVM, 2024).

candidato para liderar os destinos de sua nação, organização ou qualquer entidade relevante. Como resultado, os candidatos buscam ser eleitos ao publicarem seus manifestos eleitorais, com o objetivo de persuadir e cativar o eleitorado. Para alcançar esse fim, são desenvolvidas campanhas eleitorais ou propaganda eleitoral. Estas campanhas visam conquistar os votos do eleitorado, geralmente prometendo melhorias na qualidade de vida e em outros aspectos relevantes. Neste estudo, optamos por utilizar o termo “campanha eleitoral” para referir-nos a esse fenômeno político.

Salgado (2012) define campanhas eleitorais como sendo uma série de eventos planejados para comunicar determinadas mensagens a uma ou várias audiências, com o intuito de ganhar o apoio dessas audiências, podendo, por isso, ser iniciadas por uma série de atores, desde os comerciais aos políticos, consoante os objetivos e os contextos.

Já Dayan e Katz (1992 *apud* Salgado, 2012) chamam de campanhas eleitorais os acontecimentos programados nos quais o telespectador ou ouvinte é apresentado por grupo ou uma personalidade a uma agenda que lhe fixa para estes acontecimentos. As campanhas eleitorais são momentos obrigatórios para uma convivência democrática coesa, pois possibilitam interligar o eleitor do seu eleitorado através da mídia.

A campanha eleitoral em Moçambique envolve uma variedade de atividades destinadas a alcançar os eleitores e a promover os candidatos. Entre essas atividades, destacam-se os comícios, nos quais os candidatos se reúnem com a população de uma determinada região para apresentar suas propostas e discutir questões importantes. Além disso, as campanhas porta-a-porta desempenham um papel significativo, com os candidatos visitando as residências dos eleitores para compartilhar seus manifestos eleitorais diretamente com eles. Portanto, ao final do dia, as mídias transmitem, como notícias e reportagens, os comícios e as interações pessoais em informativos eleitorais como o Diário da Campanha Eleitoral.

Segundo Serrano (2007), a mídia desempenha um papel crucial na cobertura das campanhas eleitorais, sendo considerada uma peça fundamental no processo democrático. Ele ressalta que a cobertura televisiva é utilizada pelos partidos e políticos como uma estratégia para conquistar a confiança dos eleitores. Nesse sentido, os candidatos podem aproveitar esse espaço para introduzir temas que considerem relevantes para suas campanhas, mesmo que não estejam em destaque na agenda pública do veículo durante o período eleitoral. O autor conclui que a cobertura midiática é um instrumento de grande importância na arena política, pois proporciona espaços de debates e discussões nas rádios e televisões para todos os candidatos. Isso torna a competição eleitoral mais equilibrada, permitindo que diferentes perspectivas e

propostas sejam apresentadas ao público. Dessa forma, a mídia não apenas informa, mas também desempenha um papel ativo na promoção da pluralidade de ideias e na garantia de um processo eleitoral mais justo.

No Brasil, existe o que chamam de Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), que se refere a um “espaço reservado legalmente a candidatos a cargos proporcionais e majoritários, transmitido por emissoras de rádio e televisão de todo o país, simultaneamente” (Santos, 2014, p. 6). Este espaço surge na década 1950 inicialmente pago e só depois com a promulgação do artigo 78 da Lei Número 2.550 de 1955, passou a ser gratuito para todos candidatos e partidos, conclui o autor.

O quadro do *Telejornal* da TVM, especificamente o Diário da Campanha Eleitoral, guarda algumas semelhanças com a proposta do HGPE no Brasil, embora o primeiro tenha proposta jornalística e o segundo publicitário.

O Diário da Campanha Eleitoral (DCE) é um quadro do jornal da TVM voltado à divulgação de conteúdos e eventos ligados à campanha eleitoral e candidatos a uma eleição a cargos públicos ou estatais. Este programa que vai ao ar somente nas épocas eleitorais em Moçambique, geralmente depois das principais notícias da emissora (*Telejornal* e *Jornal da Tarde*), tem a duração de quatro a cinco horas para cada bloco. O DCE está inserido nos principais serviços noticiosos da Televisão de Moçambique, fato que altera a programação normal e o funcionamento do veículo. Isto é, o *Telejornal* que normalmente dura uma hora tem seu espaço reduzido para atender as informações de gênero eleitoral.

O DCE surge como resultado do artigo 49 que estabelece os Direitos de antena, de resposta e de réplica política.

1) Os partidos políticos têm o direito a tempos de antena nos serviços públicos de radiodifusão e televisão, de acordo com a sua representatividade e segundo critérios fixados na lei. 2) Os partidos políticos com assento na Assembleia da República, que não façam parte do Governo, nos termos da lei, têm o direito a tempos de antena nos serviços públicos de radiodifusão e televisão, de acordo com a sua representatividade para o exercício do direito de resposta e réplica política às declarações políticas do Governo. 3) O direito de antena é também garantido a organizações sindicais, profissionais e representativas das actividades económicas e sociais, segundo critérios fixados na lei e 4) Nos períodos eleitorais, os concorrentes têm direitos a tempos de antena, regulares e equitativos nas estações da rádio e televisão públicas, de âmbito nacional ou local, nos termos da lei (Moçambique, 1990).

É importante referenciar também que a Constituição moçambicana não especifica a minutagem que cada partido ou candidato tem na transmissão dos seus conteúdos, isto fica a critério do órgão, no caso a TVM. Entretanto, a Lei de Imprensa especifica que o tempo deve ser equitativo para todos candidatos, Coligações e partidos políticos.

O DCE é transmitido em dois blocos noticiosos. Primeiro, a partir das 13h30, depois das notícias do *Jornal da Tarde*, e o segundo bloco vai ao ar às 21h, depois do *Telejornal*. O formato da apresentação é o mesmo adotado no *Telejornal* que é de único apresentador ou âncora, só que neste quadro, não é apresentada previsão do tempo. Isso significa que o DCE é só e exclusivamente a publicação de eventos eleitorais.

Geralmente, o âncora que é escalado para o primeiro dia da cobertura eleitoral tem sido o mesmo até último dia da campanha (ver Figura 5), isso proporciona uma maior coesão narrativa e uma conexão mais sólida entre o apresentador e os espectadores.

Na primeira edição, transmitida após o *Jornal da Tarde*, a maioria dos conteúdos consiste em notícias do segundo bloco do dia anterior, com algumas exceções. Já na segunda edição, ocorre com muito mais prescindência a publicação de conteúdos eleitorais, com a divulgação de materiais provenientes dos partidos ou coligações políticas. Conforme levantamento para esta pesquisa, este bloco apresentou entre 150 e 170 conteúdos eleitorais.

Figura 6: Apresentação do Diário da Campanha



Fonte: TVM, 2023

O Diário da Campanha Eleitoral é o principal programa de transmissão de conteúdos eleitorais no país a olhar pela inclusão de todos partidos e coligações políticas. Diferentemente dos programas eleitorais dos veículos de mídia do setor privado que restringem a sua cobertura

eleitoral apenas nas capitais provinciais e mais atento a ilícitos eleitorais, o DCE da Televisão de Moçambique é mais completo ao cobrir os postos administrativos, distritos no caso da campanha para as eleições gerais, vilas municipais, cidades no caso das eleições municipais.

2.3.3 Estrutura do DCE

O Diário da Campanha Eleitoral é um programa que varia conforme o tipo de eleição. Nas eleições municipais, inicia-se entre 15 a 16 dias antes do dia da votação (o dia D). Já nas eleições gerais, a cobertura eleitoral se inicia de 45 a 47 dias antes da votação. Esse período permite um dia de reflexão para candidatos e partidos antes da ida às urnas.

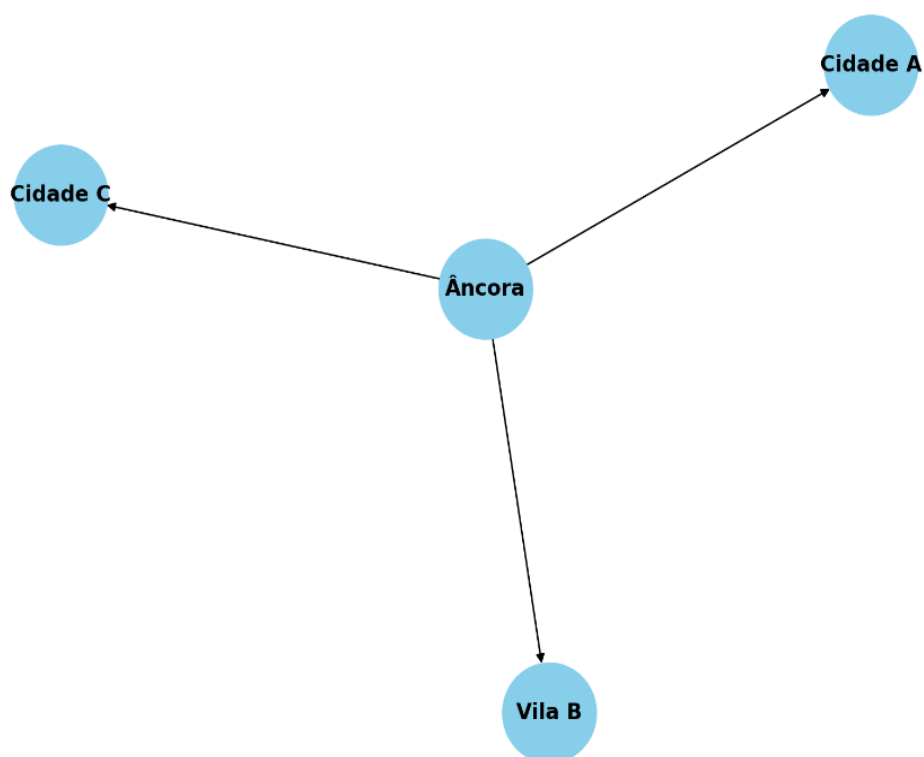
No DCE o tempo não está padronizado, significa que a cobertura dos conteúdos daquele dia determina o tempo de duração do programa. Conforme os conteúdos em análise, pode-se determinar o tempo de três a quatro horas de duração do DCE. Durante esse tempo, há três intervalos comerciais, um espaço dedicado a anúncios publicitários que tem duração de dois a três minutos.

O DCE possui uma escalada de um minuto na qual o âncora realça frases de grande impacto dos acontecimentos da campanha, especificamente naquele dia. De acordo com Rezende (2000, p. 147), a escalada é formada por chamadas impactantes que abrem a transmissão do *telejornal*. No DCE da TVM o âncora fala dos eventos de grande destaque como, por exemplo, o incidente que matou 12 pessoas na cidade de Nampula durante os comícios de Filipe Nyusi²² na campanha eleitoral. Além desses casos impactantes, o âncora geralmente começa a introduzir o programa saudando e detalhando com frases como: “Boa noite, já estamos no ar com mais um Diário da Campanha Eleitoral que já está no seu segundo, terceiro, quarto ou décimo terceiro dia (Especificando o dia da campanha) rumo às eleições municipais de 11 de outubro de 2023”. Estes elementos, ainda que sejam recorrentes, procuram chamar atenção do telespectador.

Em seguida, o âncora faz a chamada da matéria, conhecida como Cabeça do VT. De acordo com Rezende (2000), a cabeça do VT geralmente inicia chamando as informações mais relevantes. No DCE da TVM, essa abertura prioriza os conteúdos relacionados aos candidatos do partido Frelimo, de acordo com os relatórios do Centro dos Estudos Interdisciplinares (CEC-2013) e *Media Institute of Southern Africa* (Misa-2019).

²² O quarto Presidente da República de Moçambique.

Figura 7: Esquema representativo do Âncora durante a cobertura do DCE



Fonte: Autor com base nos conteúdos do DCE de 2023.

Como o esquema ilustra, o âncora no contexto da DCE é o ponto de referência e de conexão entre as coberturas feitas das 65 cidades e vilas moçambicanas. É a figura que faz com que a transição entre os diferentes segmentos (cidades e vilas) seja fluida e contextualizada, além de ser responsável por resumir as informações e fazer considerações finais após as reportagens feitas em vilas e cidades onde a campanha decorre.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para a análise desta pesquisa, realizamos um levantamento qualiquantitativo que seguiu determinadas etapas. Numa primeira fase foi realizada uma análise de conteúdo (AC) dos dados colhidos durante 12 dias da campanha eleitoral para as eleições municipais de 2023, isto é, a cobertura jornalística televisiva do dia 26 de setembro a 9 de outubro de 2023, período que representa a totalidade da cobertura eleitoral das municipais do ano passado em 2023. Em seguida, aplicou-se uma entrevista a dois profissionais de comunicação da Televisão de Moçambique de modo a compreender melhor a construção de notícias nesta emissora, principalmente de âmbito eleitoral.

3.1 ANÁLISE DO CONTEÚDO (AC)

A análise de conteúdo pode ser um método para “analisar dados provenientes das comunicações, buscando compreender os significados e os sentidos das mensagens, que vão além de uma leitura comum” (Cardoso; Oliveira; Ghelli, 2021).

Os autores apontam que a análise de conteúdo passou por vários reveses ao longo do tempo e só ganhou maturidade na sua fundamentação teórica quando Bernard Berelson e Paul Lazarsfeld publicaram, em 1948, uma obra sobre a temática, o que veio a materializar as regras e princípios desta metodologia. Os autores afirmam que “em 1977, na França, foi publicada a obra *L'analyse de contenu*, de autoria de Laurence Bardin. Esta obra é considerada a mais significativa no campo da análise de conteúdo” (Cardoso; Oliveira; Ghelli, 2021, p. 2).

Bardin (1977) afirma que a análise de conteúdo constitui uma técnica elementar para estudar várias pesquisas que envolvam elementos como cartas, diários íntimos, mas também relatórios oficiais e artigos de jornal. A autora observa ainda a existência de uma atitude interpretativa no uso desta ferramenta técnica-metodológica.

Análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (Berelson; Lazarsfeld, 1948 *apud* Bardin, 1977, p. 20). De acordo com Herscovitz (2008), este método é altamente eficaz na identificação de tendências e padrões na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos. Além disso, desempenha um papel na descrição e categorização de produtos, gêneros e formatos jornalísticos. Esta conceitualização corrobora com a pesquisa em alusão ao observar os conteúdos jornalísticos difundidos durante uma época eleitoral. Shoemaker e Reese (1996 *apud* Herscovitz, 2007, p. 124) reforçam esta

afirmação ao referenciarem que a AC “ajuda a entender um pouco mais sobre quem produz e quem recebe a notícia e também estabelecer alguns parâmetros culturais implícitos e a lógica organizacional por trás das mensagens”. Esse método se encaixa com a presente pesquisa, enquanto buscamos entender o processo de produção de conteúdos eleitorais pela Televisão de Moçambique no quadro do Diário da Campanha durante as eleições municipais de 2023.

A análise de conteúdo é um instrumento crucial de investigação que assume diversas formas, cada uma contribuindo para a melhoria da sua aplicação na comunicação. Bardin (1977) destaca que as principais técnicas de Análise de Conteúdo são: Análise Categorical, Análise do Discurso, Análise de Avaliação, Análise de Enunciação, Análise de Expressão e Análise das Relações (Co-ocorrências e Estrutural).

Entretanto, dentre essas técnicas se destaca mais a análise categorial que, de acordo com a autora, é a base que descreve as principais fases de uma análise de conteúdo. Essa técnica é mais antiga e funciona:

Por operações de desmembramento do texto em unidade, em categorias segundo reagrupamentos analógicos. Entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou análise temática, é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos diretos (significações manifestas) e simples (Bardin, 1977, p. 153).

Para esta pesquisa, vamos nos basear na abordagem de Ferreira (2022), autor o qual afirma que a análise de conteúdo exige criar categorias claras, objetivas e previamente definidas em livro de códigos publicizados. Essas categorias ajudam a classificar os aspectos a serem ou não analisados. Com base nisso, produzimos um livro de códigos para catalogar as 108 inserções publicadas entre os dias 26 de setembro a 9 de outubro no DCE. Nesses conteúdos publicados pela Televisão de Moçambique, nos focaremos para a cobertura feita para os candidatos à Prefeitura das cidades de Maputo, Matola e Nampula.

As avaliações e/ou categorias observadas nesta pesquisa são:

- Data: dia em que o conteúdo foi exibido;
- Duração: tempo de duração de cada segmento estudado (medido em segundos);
- Cidade: referente aos municípios que abrangem o estudo (Maputo, Matola ou Nampula);
- Partido: a filiação partidária do candidato (Frelimo, Renamo ou MDM);
- Candidato: a quem se refere o conteúdo, ou seja, o personagem da campanha e do período eleitoral como Rасаque Manhique, candidato da (Maputo/Frelimo), Venancio Mondlane (Maputo/Renamo) e Augusto Mbazo (Maputo/MDM). Já no município da Matola, por exemplo, concorreu pelo partido Frelimo Júlio Parruque e para a Renamo

António Muchanga e Augusto Pelembe para o partido Movimento Democrático de Moçambique. Já em Nampula, considerada a capital do Norte de Moçambique, a disputa envolveu Luis Guikira da Frelimo, Paulo Vahanle da Renamo, e Carlos Saide do MDM. Importa referir que o município de Nampula estava sob comando intercalar dos partidos da oposição (Renamo e MDM) há mais de uma década.

- Editorias: saúde, educação, transporte e infraestrutura, segurança pública.
- Língua: Se pretende com esta categoria observar as línguas apresentadas pelos candidatos durante a campanha eleitoral, uma vez Moçambique dispõe, além do português, de várias línguas locais.
- Fontes: durante as campanhas eleitorais em Moçambique, as delegações partidárias são divididas em várias comitivas que buscam conquistar o eleitorado. Com esta categoria, buscamos compreender qual método a TVM utilizava para escolher qual comitiva cobrir. A categorização de fontes para esta pesquisa toma por base as tipologias de Schmitz (2011) que classifica em oito grupos: oficial, empresarial, institucional, popular, notável, testemunhal, especializada e referência. Para o autor, as fontes são diferentes uma da outra e apresentam importância diversificada dependendo do contexto e uso.

Só para exemplificar, as fontes oficiais são personagens principais que podem ser representados pelos candidatos. Nas fontes institucionais seriam categorizadas todos indivíduos claramente identificados como membro partidário apresentado no GC ou no *off* do repórter, podendo ser secretários provinciais dos partidos políticos, delegados, lideranças regionais, locais e qualquer membro visualmente identificado por insígnias partidárias e nas fontes passivas é caracterizada por cidadão comum, representa o indivíduo sem nenhuma identificação partidária, podendo ser comerciantes, trabalhadores, aposentados, donas de casa, entre outros.

- Gênero noticioso: categoria dos conteúdos, ou seja, se o conteúdo pode ser identificado como uma notícia, reportagem, grande reportagem etc.
- Hierarquia no alinhamento: Esta categoria tem como objetivo analisar a frequência com que cada partido político foi destaque na abertura do Diário de Cobertura Eleitoral. A sistematização desses dados pode fornecer *insights* relevantes sobre possíveis tendências de favorecimento ou desproporcionalidade na cobertura jornalística entre os três principais partidos que disputaram as eleições municipais de 2023.

- Mudanças: abrange falas que não mencionam diretamente nenhum dos temas específicos analisados neste estudo, como emprego, saúde, segurança pública etc.

Esses dados que compõem o livro de códigos foram detalhados e inseridos em uma planilha (Ver *Figura 8 - Planilha de Coleta de Dados*) no *Google Sheets*, arquivada em uma pasta do *Google Drive* dedicada à pesquisa com o link²³.

O Diário da Campanha tem duas edições por dia: uma no período da tarde, entre 12h e 13h, e outra no período noturno, após o *Telejornal* das 20h. Para esta pesquisa, optamos por destacar a edição da noite, pois entendemos que os conteúdos transmitidos nesta edição são mais atualizados e oferecem uma visão completa das novidades produzidas pela TVM, exclusivamente para compor o Diário da Campanha Eleitoral daquele dia. Enquanto isso, a edição da tarde geralmente consiste em uma recapitulação das notícias apresentadas no Diário da Campanha do dia anterior.

No que diz respeito à categoria “fontes” buscamos compreender como era feita a seleção delas para compor as entrevistas ou os conteúdos difundidos no Diário da Campanha. É possível notar nos conteúdos a diversidade de fontes, sendo que em algumas ocasiões não são os candidatos, mas sim membros da comitiva eleitoral, e em outras são interpelados os possíveis eleitores. Ao considerar a importância de o candidato ser a fonte oficial nas coberturas jornalísticas televisivas, esta categoria nos ilustrou melhor a desigualdade qualitativa entre os candidatos e partidos políticos durante a cobertura eleitoral daquele veículo de comunicação do setor público.

A análise da categoria “línguas” tem por objetivo definir a predominância linguística nos conteúdos veiculados durante os dias da campanha eleitoral. No contexto da pesquisa, as três cidades em foco exibem uma rica diversidade linguística além do português, que é reconhecido como a língua oficial. Nestas cidades, destacam-se o Changana, falado principalmente em Maputo e Matola, e o Macua (também conhecido como Emakua ou Makhuwa) falado em Nampula. Por meio dessa categoria, observamos qual língua foi utilizada predominantemente pelas fontes durante o período analisado. Dessas duas línguas, o Xichangana ou Changana é mais próximo do pesquisador de que Emakhuwa falada no nordeste da província da Zambézia (região centro do país) e toda região norte de Moçambique.

²³ <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1zSVXIkndfP8blGNYsRkMxWd2mdAi3c7Z/edit#gid=1051042439>. Link para o acesso a planilha de coleta de dados.

Entretanto, como não estamos analisando o discurso eleitoral dos candidatos, a limitação em compreender a língua Emakhuwa não foi um problema para a pesquisa.

Já a “editoria” se refere a assuntos abordados pelas fontes durante a cobertura jornalística, que foram relacionados à Saúde, Transporte, Educação, Infraestrutura, Segurança pública etc. Esta categoria visou identificar qual assunto teve maior prioridade ou destaque pelas fontes de informação.

Figura 8: Planilha de Coleta de dados

ANTÓNIO DAMIÃO - Planilha de Coleta - Análise de conteúdo (1) .XLSX

Ficheiro Editar Ver Inserir Formatar Dados Ferramentas Ajuda

100% 123 Calibri 8 B I A

K12	A	B	C	D	E	F	G	H
8			CIDADE	PARTIDO	CANDIDATO	EDITORIA	FAIXA/TEMPO	TIPO (S)
9			1 - Maputo	1 - Frelimo	1 - Rasaque Manhique	1 - Governação Inclusiva	1 - Entre 1 e 30s	1 - Reportagem
10			2 - Nampula	2 - Renamo	2 - Venancio Mondlane	2 - Transporte	2 - Entre 2 min	2 - Pequena Repostagem
11			3 - Matola	3 - MDM	3 - Augusto Mbazo	4 - Saude/ Educação	3 - Entre 2 a 30s	3 - Noticia
12					4 - Luis Guiquira	5 - Saneamento		5 - Outro formato c/ pers.
13					5 - Paulo Vahale	6 - Mudanças		
14	ORDEM	DATA				INFORMAÇÕES SOBRE O NOTICIÁRIO		
15		DIA/MÊS	CIDADE	PARTIDO	CANDIDATO	TEMA	FAIXA/TEMPO	GENERO
16	1	7-out.	Maputo	Frelimo	Rasaque Manhique	Outras	2	Notícia
17	2	7-out.	Maputo	Renamo	Venancio Mondlane	Transporte	2	Notícia
18	3	7-out.	Maputo	MDM	Augusto Mbazo	Mudanças	1	Notícia
19	4	7-out.	Nampula	Frelimo	Luis Guiquira	Infra-estruturas	2	Notícia
20	5	7-out.	Nampula	Renamo	Paulo Vahale	Infra-estruturas	2	Notícia
21	6	7-out.	Nampula	MDM	Carlos Saide	Iniciativas Juvenis	1	Notícia

1 Coleta

Fonte: Autor, 2024

Bardin (1977) enumera três polos cronológicos que ajudam na organização de pesquisa em análise de conteúdo:

- 1) a Pré-análise;
- 2) a exploração do material;
- 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A pré-análise, de acordo com a autora, corresponde à sistematização das “ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações

sucessivas, num plano de análise”. Bardin (1977) destaca ainda que esta fase possui três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final. A segunda etapa é a análise do material. Nela, o material colhido é transformado em dados passíveis de serem analisados, por meio de operações de codificação. Já na última etapa há “confrontação entre teoria fundante, objetivos, hipóteses e achados da pesquisa (os indicadores), a fim de proceder inferências e redigir sínteses interpretativas” (Cardoso; Oliveira; Ghelli, 2021, p. 13). Nesta fase entram em cena os processos interpretativos, o que vai exigir um grande esforço do analista. Essa confrontação do material a partir de interpretação produz inferências que podem servir como resultados da investigação.

Para esta pesquisa e a olhar para o nosso objeto, entendemos que somente a quantificação e a categorização não nos permitia obter dados mais específicos e detalhados sobre o processo de produção dos conteúdos eleitorais da TVM. Neste sentido, decidimos para o segundo momento da metodologia, produzir uma entrevista que, combinada com a análise de conteúdo, nos proporcionou dados mais completos. No entanto, como estamos distantes geograficamente dos profissionais de comunicação envolvidos na cobertura daquele escrutínio eleitoral (entrevistados), optamos por realizar entrevistas virtuais ou mediadas por plataformas.

3.2 ENTREVISTA MEDIADA POR PLATAFORMA

A entrevista, de acordo com Gil (2008), é uma técnica na qual o pesquisador se apresenta diante do entrevistado para formular perguntas, visando obter dados que subsidiarão a investigação. No entanto, quando esse processo é conduzido por meio de plataformas digitais como *WhatsApp*, o *Microsoft Teams* ou *Zoom*, passa a ser denominado como entrevista remota ou online.

Na perspectiva de Leitão (2021), a entrevista é uma comunicação direta entre pesquisador e participante, que se configura necessariamente como um contato síncrono. Simplificando, trata-se de uma interação em tempo real, que pode ocorrer presencialmente ou não. A autora apresenta ainda três dimensões a partir das quais podemos compreender a entrevista: a dimensão temporal, a dimensão espacial e a dimensão estrutural.

Na dimensão temporal, Leitão (2021, p. 4) explica que a entrevista é sincrônica e interativa. “O entrevistado ou o entrevistador pode pedir esclarecimentos, interromper um ao outro, adicionar comentários espontâneos, de forma análoga a uma conversa cotidiana e

coloquial”. Neste contexto dimensional, a entrevista pode ser enquadrada por via presencial ou remota.

Na dimensão espacial, a entrevista é realizada em relação ao ambiente no qual se encontra o entrevistador e o entrevistado. Leitão (2021) diz que há contato face a face, no qual o pesquisador tem a seu dispor todas as informações (verbais, não-verbais e contextuais), tanto para melhor conduzir a interação quanto para perceber sutilezas expressas pelo entrevistado. Nesta dimensão há uma limitação na observância de certas características que só são visíveis em entrevistas presenciais. Por fim, a dimensão estrutural é conceitualizada pela “existência ou não de um roteiro que guie a condução da entrevista pelo pesquisador. As entrevistas são classificadas em livres (ou não estruturadas), semiestruturadas ou estruturadas, de acordo com a liberdade que o entrevistador tem de explorar” (Leitão, 2021, p. 8).

De acordo com Amado (2017, p. 209), “a entrevista é um dos mais poderosos meios para se chegar ao entendimento dos seres humanos para a obtenção de informações nos mais diversos campos”. Flick (2009), por outro lado, explica que a finalidade da entrevista reside em obter as percepções individuais dos entrevistados sobre um determinado tema. Nas duas abordagens funciona tanto a entrevista por via presencial quanto por via das plataformas digitais.

A entrevista presencial (face a face) “é a estratégia mais tradicional de coleta de dados qualitativos” (Schmidt; Palazzi; Piccinini, 2020, p. 2). No entanto, as restrições impostas pelo distanciamento geográfico forçam os pesquisadores a explorar alternativas para manter a eficácia na coleta de dados, especialmente nas técnicas de entrevista que, por sinal, é uma das ferramentas muito usadas para a coleta de dados por psicólogos, sociólogos, pedagogos, assistentes sociais, ou seja, profissionais que investigam problemas e questões humanas (Gil, 2008). Oliveira *et al* (2022, p. 6) ressaltam que nesta situação, “a entrevista podia ser realizada de diferentes maneiras, mas com rigor e autenticidade, como, por exemplo, face a face, pelo telefone, e-mail, e, atualmente, ela tem sido desenvolvida por meio de plataformas tecnológicas, como o *Microsoft Teams*, *Zoom*, *Skype*, *Google Meet*, *Facetime*, *WhatsApp*, entre outras”.

As entrevistas remotas possuem maior potencialidade para a coleta de dados. Schmidt, Palazzi e Piccinini (2020) avançam quatro pontos importantes que passamos a citar: (1) o primeiro está relacionado com os horários de realização das entrevistas, os quais se tornam mais flexíveis e podem ocorrer em finais de semana ou durante à noite, momentos em que, talvez, fossem incompatíveis presencialmente; (2) economiza os recursos financeiros e reduz o tempo na coleta de dados, pois não há necessidade de grandes deslocamentos; (3) a facilidade em tratar

de temas sensíveis também aparece como uma observação positiva, pois não estando face a face com o pesquisador, alguns entrevistados se sentem mais confortáveis em tratar de alguns assuntos que presencialmente não tratariam; e (4) acesso a grupos socialmente marginalizados e estigmatizados, comumente mais reticentes à exposição. Pode-se incluir nestes pontos, a probabilidade de maior participação das pessoas nestes estudos, pois se sentem mais à vontade devido à conveniência de poder responder as perguntas no conforto de suas casas.

De acordo com Schmidt, Palazzi e Piccinini (2020, p. 3), “as entrevistas online podem ser realizadas de forma síncrona, com interação simultânea (videoconferência, audioconferência ou troca de mensagens instantâneas) ou assíncrona, sem interação simultânea (e-mails e fóruns de discussão)”. Para esta pesquisa e com base no objeto de estudo e nas primeiras impressões das negociações com os participantes, optamos por utilizar o *WhatsApp*. A escolha dessa plataforma deve-se ao fato de que os participantes têm conhecimento limitado no uso de outras ferramentas digitais, tornando essas opções mais acessíveis para a realização da pesquisa.

As entrevistas plataformas também são caracterizadas por algumas limitações, dentre elas está a precariedade da rede de internet, o que pode comprometer a coleta de dados junto do entrevistado. A outra limitação observada nesta técnica é a necessidade de um conhecimento técnico adicional aos envolvidos (entrevistador e entrevistado) para o manuseio da plataforma digital escolhida. A necessidade de uma conexão de internet de qualidade, que consiga transmitir as videoconferências sem ocorrência de falhas e dispositivos eletrônicos com alta capacidade de armazenamento de dados também constitui uma implicância no processo (Campos, 2020 *apud* Oliveira et al, 2022, p. 2). O fator que talvez tenha maior implicância ou limita as entrevistas platformizadas é a falta da observação como método embutido na entrevista. As entrevistas presenciais têm um ganho adicional quando trazem a observação como técnica que pode incorporar elementos não ditos como linguagem corporal, entonação, expressões faciais, interação com o ambiente e até a dinâmica entre entrevistador e entrevistado. Portanto, esse auxílio metodológico não é verificável nas entrevistas platformizadas na medida em que é realizada a partir de equipamentos eletrônicos que podem limitar a questão da observação, muito disso propiciado por conta das barreiras geográficas entre os envolvidos. Para terminar, o pesquisador deve possuir mais de um instrumento eletrônico, além do gravador para proceder às entrevistas, isso significa que exige um esforço financeiro adicional se comparado com as entrevistas presenciais.

Os participantes da pesquisa são os jornalistas da TVM identificados nas cidades já mencionadas que participaram diretamente na cobertura das sextas eleições municipais realizadas entre setembro e outubro de 2023. No entanto, para a coleta destes dados, utilizou-se a estratégia de aproximação com os sujeitos, caracterizada por três etapas desenvolvidas por Oliveira *et al* (2022).

1) Abordagem inicial e convite para participação: nesta etapa, o pesquisador marca os primeiros contatos com os participantes da pesquisa. Este processo decorre através do telefone pessoal, por ligação ou por mensagem pelo *WhatsApp*, *Facebook* ou *Instagram*, e-mail ou qualquer outro meio de comunicação; 2) Orientações sobre a pesquisa, métodos de entrevista remota e coleta de informações abrangentes: nesta segunda etapa se faz a apresentação mais generalizada do que se pretende com a entrevista e também constitui o momento para que os participantes possam sanar as suas dúvidas caso as tenham. “Nesse momento é enfatizado o anonimato de seu depoimento, incluindo seu nome e imagem” (Oliveira *et al*, 2022, p. 4). É também garantido que as informações só serão utilizadas e divulgadas para fins da pesquisa; 3) Entrevista propriamente dita: considerada a última fase, os participantes acessam a reunião e com a sua permissão, a reunião é gravada pelo entrevistador.

Para que fosse possível a realização das entrevistas com os jornalistas da Televisão de Moçambique nas cidades em estudo, foi necessário a Autorização do Comitê de Ética da UEPG, instância alicerçada ao Plataforma Brasil que tem por objetivo proteger os direitos, a dignidade e o bem estar dos participantes da pesquisa. Para esta pesquisa que envolve seres humanos, os participantes tiveram que assinar um termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na qual assegurou o sigilo dos envolvidos. O documento mensurou os possíveis riscos, benefícios e sobre os Termos de apresentação obrigatória. Assim que o termo foi aprovado pela Comissão de Ética²⁴, elaborou-se as perguntas para os entrevistados.

É importante destacar que a entrevista adotada neste trabalho teve como base, entrevistas semiestruturadas, escolhidas pela sua capacidade de explorar e combinar questões previamente definidas e respostas espontâneas dos participantes.

Manzini (2003) afirma que a entrevista semiestruturada requer uma série de cuidados anteriores à coleta propriamente dita, isto é, tem que desenhar um roteiro que vai se basear em elementos a ter cuidado como a forma e a sequência das perguntas, além de fazer com que o pessoal externo faça uma apreciação das perguntas outroras elaboradas. Mas o que é uma entrevista semiestruturada? Manzini (2003) a considera como um método de entrevista que

²⁴ Número do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE): 82905024.6.0000.0105

utiliza um conjunto de perguntas previamente elaboradas e organizadas, mas que permite ao entrevistador adaptar a ordem e inserir novos questionamentos com base nas respostas do entrevistado.

As entrevistas semiestruturadas flexibilizam e aprofundam a observância de conceitos sociais e humanos ao explorá-los em modelos não lineares. A partir desta técnica, ainda que complementar, acreditamos que conseguimos responder os objetivos desta pesquisa.

Durante a campanha eleitoral, analisamos o material coletado e identificamos três participantes principais. Dois jornalistas envolvidos na cobertura das eleições nos centros provinciais de transmissão da TVM nas cidades de Matola e Nampula. Nesses locais, assumiram papéis de destaque na produção e divulgação dos conteúdos eleitorais. Enquanto isso, em Maputo, vários jornalistas se dedicaram à cobertura das eleições. Dada a essa pluralidade, foi difícil pré-selecionar apenas um indivíduo, por isso, numa primeira instância optamos por destacar o chefe de redação, que observou todo trabalho jornalístico realizado naquela urbe. No entanto, as negociações para a realização desta entrevista arredondaram-se em fracasso, muito disso motivado pela situação política que o país viveu por conta da divulgação dos resultados das eleições gerais de 2024.²⁵ Tendo assim realizado apenas duas entrevistas nas três cidades em estudo, uma com jornalista da (TVM/Matola) e a outra com jornalista (TVM/Nampula).

O roteiro das perguntas produzido antes das entrevistas baseou-se nas análises feitas dos 108 conteúdos divulgados pela TVM no quadro DCE. Iniciou-se com perguntas de carácter pessoal de modo a trazer a trajetória dos jornalistas que fizeram a cobertura da TVM nas cidades em estudo, de seguida exploraram-se questões profissionais, fazendo uma ponte com a cobertura eleitoral. E por fim, elaboraram-se perguntas voltadas às tendências desiguais encontradas nos conteúdos. Uma dessas perguntas foi, *como vocês decidiram qual fonte entrevistar? Na minha análise, observamos que a cobertura de um determinado grupo aconteceu enquanto o candidato estava em outra região da cidade fazendo campanha. Poderiam explicar como essa escolha foi feita e quais fatores influenciaram a seleção da fonte?* Essa questão ressalta a necessidade de entender algumas inquietações que a análise de conteúdo não conseguiu responder.

²⁵ Entendemos que o não retorno das nossas tentativas de entrar em contato com o chefe de redação e até última instância com alguns jornalistas pode ser justificado pelos ataques contra dos profissionais da TVM protagonizados pelos manifestantes que acusam aquele veículo de manipular informações sobre as eleições de 2024 e as repressões violentas da polícia. Refira-se nesse contexto que esses ataques a esses profissionais têm maior intensidade na capital do país, cidade de Maputo.

A entrevista que correu de maneira individual por via de chamada pela plataforma Whatsapp, abordou a trajetória profissional e trouxe uma contextualização dos envolvidos para melhor interpretar as respostas advindas destes profissionais. No entanto, essa contextualização foi elaborada de forma cuidadosa de modo a evitar transparecer a identidade dos jornalistas, conforme acordado entre o pesquisador e os jornalistas.

4 COBERTURA DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2023

4.1 COMO A TVM FEZ O DIÁRIO DE CAMPANHA?

Neste capítulo, analisamos 12 dias da campanha utilizando as categorias estabelecidas pela metodologia da análise de conteúdo e a entrevista como técnica complementar. Começamos com algumas considerações iniciais, que incluem informações detalhadas sobre as cidades em análise, um pequeno contextual dos resultados eleitorais, seguido de análise dos dados coletados e entrevistas. A coleta de dados abrangeu um total de 108 conteúdos publicados, classificados nas categorias “pequena reportagem” e “notícia”. Observou-se que, na maior parte dos dias, foram divulgados nove conteúdos por dia, sendo três destinados a cada um dos três partidos políticos em análise.

A pesquisa foi conduzida nas três principais cidades de Moçambique: Maputo, a capital do país; Matola, uma cidade economicamente de destaque; e Nampula, a terceira maior cidade do país. Uma característica comum entre essas cidades é que nas últimas eleições municipais tiveram ocorrência de contestações graves por parte dos partidos da oposição. Estes partidos buscaram reivindicar os resultados eleitorais, alegando fraude perpetrada pelo partido que administra o Estado, a Frelimo.

De acordo com a Ucla (2019), Maputo é a capital da República de Moçambique e a maior cidade do país. Está situada no extremo sul, às margens da baía de Maputo. Política e administrativamente, Maputo é um município, com governo eleito e, até 13 de março de 1976, a cidade era denominada Lourenço Marques, em homenagem ao explorador português homônimo.

A cidade está dividida em sete distritos: KaMpfumo, Chamanculo, Maxaquene, Mavota, Mubukwane, Catembe e Inhaca.

A cidade, que já foi chamada Baía de Ka-Mpfumo, Baía Formosa, Baía da Boa Paz, Delagoa Bay e, a partir de 1782, Lourenço Marques, ascendeu à categoria de cidade em 1887. Capital colonial desde 1898, manteve o estatuto após a independência do país e passou a ser designada Maputo a partir de 1976, por diretiva de Samora Machel, o primeiro Presidente da República de Moçambique. Em 1970, a cidade contava com perto de 800 000 habitantes (Ucla, 2019).

A população ascendeu ainda mais na cidade com eclosão da guerra civil. Houve um aumento do fluxo populacional das pessoas que fugiam dos ataques armados nas regiões rurais, o que elevou o número de habitantes em 2007 para 1.094.315. Hoje a cidade de Maputo tem 2.216.460 habitantes, dos quais 1.066.608 são homens e 1.149.852 são mulheres (INE, 2020).

De acordo com a Ucla (2019), a cidade de Maputo possui o segundo maior porto marítimo da África Oriental e contém algumas linhas ferroviárias que fazem a “ligação com as Repúblicas de Esuatini, África do Sul e Zimbabwe, a rede rodoviária liga a capital Esuatini Mebabane, África do Sul, os principais centros urbanos e o maior aeroporto do país, tornam a cidade um polo estratégico no desenvolvimento sustentável de Moçambique”. A cidade de Maputo é crucial para o comércio internacional devido ao seu acesso direto ao Oceano Índico. Essa localização estratégica a torna um importante ponto de importação e exportação de mercadorias, especialmente para países sem litoral, como o Zimbabwe. Além da cidade de Maputo existe a província de Maputo, cuja área metropolitana, que inclui o município da Matola, tem uma população de 1.766.823 habitantes (INE, 2017). O nome Matola provém do Matsolo, um povo de origem Bantu que fixou-se naquela região entre finais de século II (Manuel, 2018). Segundo o autor, durante o período colonial, a cidade era designada de “cidade Salazar” o que veio a mudar para “Matola” a partir de 1975 com a conquista da independência do país. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (2017), a cidade de Matola fez parte do que se chamou de “Grande Maputo” a partir de 1980, uma política da Assembleia Popular gestada pelo único partido, o que retardou o desenvolvimento daquela urbe. Passados oito anos, Matola foi desintegrada da cidade de Maputo adquirindo o estatuto da capital da província de Maputo. Desde 1998, período em que se realizaram as primeiras eleições municipais em Moçambique, a cidade é administrada pelo partido Frelimo. Já a cidade de Nampula, por outro lado, é conhecida por moradores locais como a *rainha do norte*. Faz fronteiras com a República do Malawi e com a província central da Zambézia. Nampula deriva do bantismo M’phula ou Whampula. De acordo com o Censo de 2017, a cidade de Nampula suporta 743.125 habitantes.

Ainda nesse quesito contextual, é importante ressaltar que nestas três cidades houve disparidade de dados em relação à contagem e fixação dos resultados finais. Durante o processo da votação, a Lei Eleitoral moçambicana permite que cada partido político tenha pelo menos um delegado de candidatura para cada mesa de votação com vistas a deixar o processo eleitoral mais transparente. Depois da votação, os membros de mesa de voto (MMVs) começam a fazer a contagem dos votos válidos, em branco, nulos etc. Após o término do processo, cada delegado de candidatura elabora uma ata contendo todos os dados apresentados durante a contagem dos votos. Essa ata será utilizada para uma segunda contagem, chamada contagem paralela, que ocorre dentro de cada partido. Além disso, a ata serve como prova em caso de contestação dos resultados a serem divulgados pela Comissão Nacional de Eleições (CNE), o órgão oficial responsável.

O que aconteceu nas eleições de 2023 foi que a oposição — em particular, a Renamo —, a partir da contagem paralela apresentou informações de que seus candidatos venciam nas três cidades em estudo: Maputo, Nampula e Matola (Mais Integridade, 2023). No entanto, contrariamente a isso, os dados oficiais da CNE atribuíram vitória aos candidatos da Frelimo para os municípios de Maputo, Matola e Nampula, como podemos ver na tabela a seguir.

Tabela 4: Resultados finais para a cidade de Maputo

Inscritos	635,287				Partido	Votos	% válidos	Mand
Votantes	412,654	65.0%	% de inscritos		MDM	24,365	6.1%	4
Nulo	8,849	2.1%	% de votantes		Renamo	134,511	33.6%	30
Branco	3,309	0.8%	% de votantes		Frelimo	235,406	58.8%	37
Votos validos	400,496				ND	2,665	0.7%	
Mandatos	71				Others	3,549	0.9%	

Fonte: CNE, 2023.

Ainda que essa tabela aborde quantitativamente o processo eleitoral da cidade de Maputo, os dados são representativos para as restantes cidades em análise onde a Frelimo venceu as eleições municipais de 2023. Isto é, se por um lado a contagem paralela da Renamo e das organizações da sociedade civil atribuíam a vitória a este partido da oposição, por outro lado, instituições estatais de gerência eleitoral davam a vitória nestas cidades e nas demais 61 dos 65 municípios a candidatos do partido Frelimo.²⁶ Em outras palavras, a Frelimo só perdeu para o partido MDM na cidade da Beira, centro de Moçambique (Comissão Nacional das Eleições, 2023). De seguida, os resultados foram alterados após o Conselho Constitucional, órgão que atua como Tribunal Superior Eleitoral, analisar e avaliar as irregularidades identificadas durante o processo de contagem de votos. Com essa revisão, a Frelimo conquistou 60 municípios, enquanto a Renamo ficou com 4, e o MDM com 1.

A seguir, apresentaremos uma análise baseada nos conteúdos dos três principais partidos que concorreram às eleições municipais de 2023.

A tabela 5 mostra a quantidade de conteúdos publicados no Diário da Campanha Eleitoral durante os 12 dias que resultaram na publicação de 108 produções visuais de notícias

²⁶ Inconformados com os resultados, candidatos da Renamo recorreram ao Conselho Constitucional (CC) e a organismos internacionais ao nível da SADC e da União Europeia, além de convocar manifestações em todo o país. Por conta da pressão internacional e das acusações de fraudes eleitorais apresentadas pela Renamo, o Conselho Constitucional ordenou a realização de uma eleição completamente nova no município de Marroneu (centro do país), além de alterar quatro resultados, dando a vitória à Renamo em Vilankulo, Quelimane, Alto Molocue e Chiure (Deutsche Welle, 2023).

e reportagens pela TVM em 2023. Dos dados, a Frelimo e seus candidatos foram destaque em todas as cidades, ou seja, hierarquicamente em todas as cidades, a Frelimo aparece como o primeiro partido a ser apresentado pelo âncora seguido pela Renamo e Movimento Democrático de Moçambique.

Tabela 5: Quantidades de conteúdos por partido no Diário de Campanha da TVM

PARTIDO	NÚMERO	PERCENTAGEM (%)
Frelimo	108	34,17 %
Renamo	102	32,27%
MDM	106	33,54%
Total	316	100,00%

Fonte: Autor, 2024

Em relação ao número de conteúdos, o partido Frelimo lidera com 108 aparições. Já a Renamo aparece com 102 conteúdos e o MDM com 106.

Das vezes em que os conteúdos da Renamo e do MDM não foram apresentados no Diário da Campanha, os âncoras justificavam da seguinte maneira: “Houve sobreposição de agendas ou o partido reservou o dia para assuntos internos”. Foram quatro dias em que a Renamo não teve aparição no DCE, concretamente nos dias 27 de setembro, 1 e 8 de outubro entre os municípios de Maputo e Nampula, a quarta vez em que a conteúdos da Renamo não foram ao ar, a justificativa foi que houve problemas para exibir os conteúdos, isto ainda na cidade de Nampula no dia 28 de setembro. Já o partido MDM e seus candidatos não tiveram aparições duas vezes durante os 12 dias da campanha eleitoral. As justificativas que o âncora apresentava eram de que o partido não forneceu a sua agenda de campanha e a outra vez disseram que havia problemas técnicos para a exibição do conteúdo no DCE.

A primeira não aparição de conteúdos de candidatos do MDM no Diário da Campanha aconteceu no dia 27 de setembro na cidade da Matola, quando o apresentador do programa referiu que havia problemas técnicos para exibir a reportagem do candidato Augusto Pelembe. Isso depois de exibir os conteúdos dos candidatos do partido Frelimo e Renamo. A segunda não aparição aconteceu no dia 30 de setembro, quatro dias depois, isto na cidade de Nampula. A

justificativa, dessa vez, foi que o partido MDM não havia compartilhado a sua agenda de campanha com os repórteres da TVM sediados em Nampula.

O interessante é que as cidades em que a oposição tinha uma aparição intercalada no DCE são controladas eleitoralmente pela Renamo e MDM, como é o caso da cidade de Nampula que há décadas vem sendo administrada por prefeitos do partido Renamo e/ou MDM. Essa situação pode nos levar a supor que foi uma “atuação estratégica” da TVM para dar mais visibilidade midiático aos candidatos do partido Frelimo. Enfim, essas afirmações, tendo fundamentos ou não, comprometem diretamente a ideia de igualdade na difusão de fatos jornalísticos em épocas eleitorais como prevê a CRM²⁷ e os princípios basilares da prática jornalística como a objetividade e a imparcialidade.

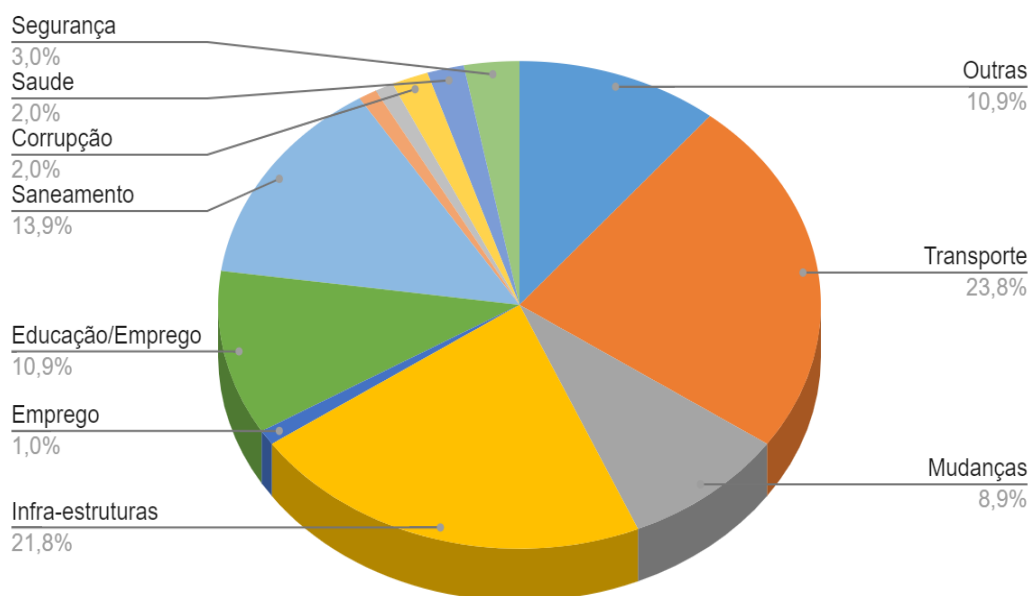
Na tabela apresentada, o partido Frelimo teve a maior quantidade de conteúdos exibidos pela emissora estatal, em comparação com a Renamo e o MDM. A Renamo recebeu 1,9 ponto percentual menor em comparação com o partido Frelimo, enquanto o MDM teve uma redução de 0,63 ponto percentual em relação à Frelimo e 1,27 ponto percentual de conteúdos publicados contra a Renamo. É importante ressaltar que, quantitativamente, essa diferença é muito pequena para afirmarmos com precisão que houve distribuição desigual de tempo nos conteúdos transmitidos no DCE.

O clima de ataques, que se intensificou desde o período pré-campanha, acabou por se estender para a campanha eleitoral, ofuscando temas importantes, como segurança pública, saúde, emprego e corrupção. É importante destacar que a corrupção e a segurança pública são grandes preocupações para as cidades de Maputo e Matola, em particular, e para o país como um todo. A corrupção tem atingido níveis alarmantes, enquanto a falta de segurança pública que geralmente se traduz em raptos e sequestros de empresários locais, onde alguns são forçados a abandonarem o país²⁸. Segundo um relatório da Agência de Informação de Moçambique (AIM), mais de 100 empresários, a maioria dos quais de origem asiática, já abandonaram Moçambique devido ao clima de insegurança (RTP, 2024).

Em relação aos temas, o mais destacado pelos candidatos foi, sobretudo, o transporte, que representa uma preocupação para as grandes metrópoles moçambicanas. Das análises feitas para esta pesquisa, o transporte foi o tema que mais recebeu destaque, com 23,8%, seguido por infraestrutura, com 21,8%, e saneamento, com 13,9%. O Gráfico 1 reúne os temas.

²⁷ Sigla para Constituição da República de Moçambique

²⁸ Mais de 100 empresários, em sua maioria de origem asiática, deixaram Moçambique devido ao aumento da insegurança causada por uma onda de sequestros no país nos últimos 12 anos (RTP, 2024).

Gráfico 1: Temas de destaque na Campanha Eleitoral

Fonte: Autor, 2024.

Conforme ilustrado no gráfico acima, os temas emprego, saúde, segurança pública e corrupção tiveram ao todo um destaque de apenas 8% (3 pontos percentuais para segurança; 2%, corrupção; 2% saúde; e o restante para emprego). O último tema (emprego) foi mencionado apenas por candidatos da oposição, e ainda assim, em apenas 1% das ocasiões. Isso mostra uma tendência dos candidatos do partido Frelimo em desviar-se de temas considerados negativos na medida em que estas temáticas representam um grande desafio do governo da Frelimo. Por exemplo, o desemprego em Moçambique afeta cerca de 18% da população em idade ativa nas províncias (Jornal O País, 2024). Comparado com os demais países da região da África Austral, Moçambique ocupa a segunda posição em termos de maior taxa de desemprego, ficando atrás apenas do Malawi. A segurança, por sua vez, talvez seja o tema com característica mais negativa para o atual governo devido aos incessantes sequestros dos empresários moçambicanos, portugueses e árabes. Nos últimos 10 anos, mais de 150 empresários foram raptados no país, segundo o relatório publicado em 2024 pela Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA).

Já os temas “educação” e “mudanças” ficaram com 10,9% e 8,9%, respectivamente. É importante reforçar que o tópico “Mudanças” abrange falas que não mencionam diretamente

nenhum dos temas específicos analisados neste estudo, como emprego, saúde, segurança pública etc. Por exemplo, se um candidato disser que precisamos mudar a atual administração sem se referir a nenhum desses temas, a fala é catalogada como “Mudanças”. Os dados mostram que esse tema foi mencionado por candidatos da Renamo e do MDM nas cidades de Maputo e Matola, bem como por candidatos da Frelimo e do MDM na cidade de Nampula, assim só os candidatos do MDM apareceram falando de Mudanças nas três cidades em estudo. Entendemos que o tópico só era apresentado pelos candidatos nas cidades em que a gestão estava sob administração de outro partido. Por exemplo, a Renamo só falava em mudanças nos municípios de Maputo e Matola, onde os prefeitos são do partido Frelimo. O mesmo aconteceu com a Frelimo na cidade de Nampula, administrada pela Renamo.

O outro tópico que encontramos nesta análise é “Outras” que foi predominante destacado pelos candidatos Rasaque Manhique (Maputo/Frelimo) e Julio Parruque (Matola/Frelimo). O tópico “Outras” refere-se a conteúdos em que os candidatos não estavam em campanha direta, mas participavam de eventos internos de seus partidos ou de celebrações nacionais. Um exemplo disso foi a aparição dos três candidatos da Frelimo nas comemorações do dia 4 de outubro, Dia da Paz e Reconciliação Nacional, data que marca o fim da guerra civil que durou 16 anos, além daquelas aparições dos candidatos com discursos mais genéricos, como a Frelimo no dia 4 de outubro, quando seu candidato disse “ter identificado os problemas da capital” sem ter mencionado nenhum.

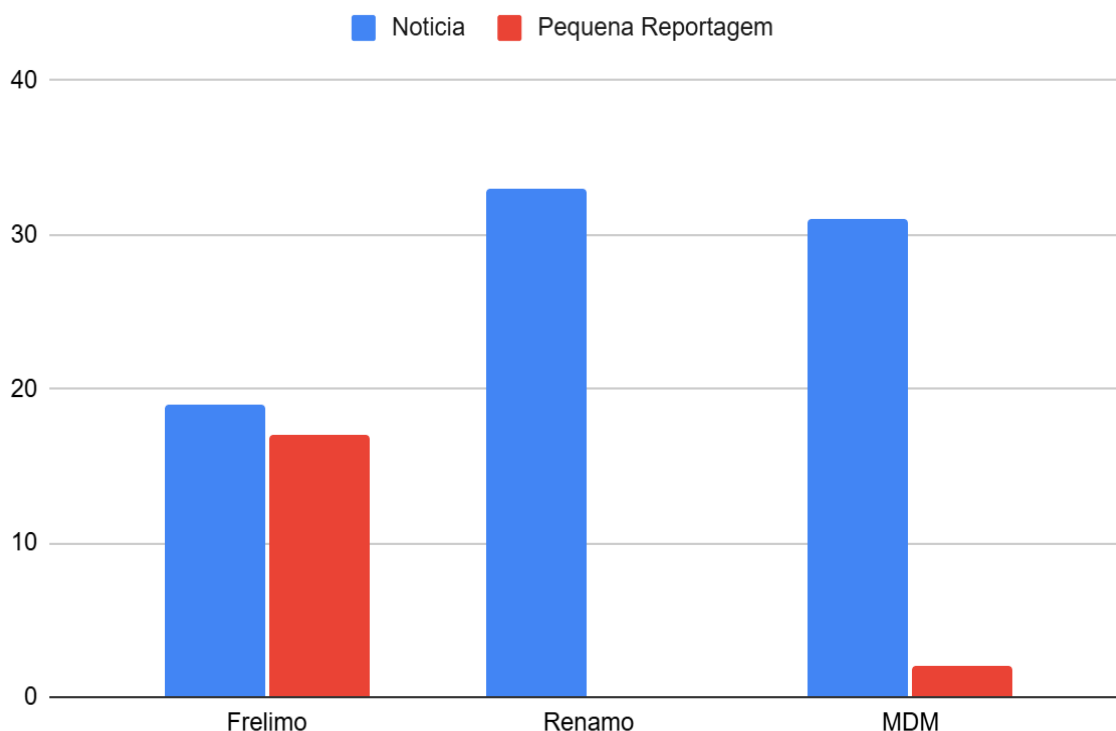
No Gráfico 1, este tópico aparece com 10,9%, enquanto os temas de saúde, emprego, segurança pública e corrupção somam apenas 8%. Isso revela que os candidatos da Frelimo nas cidades de Maputo e Matola deram maior prioridade a encontros internos do partido, deixando de lado questões de grande relevância social. Se formos supor a explicação para esse comportamento pode ser a confiança do partido e de seus candidatos na vitória nessas duas cidades. A confiança da Frelimo pode advir de fatores históricos, políticos e estruturais, isto é, o partido historicamente nunca perdeu as eleições na cidade de Maputo, resultado de cidade ser o centro administrativo e político do partido, o que pressupõe maior investimento da campanha eleitoral, forte processo de mobilização local e maior possibilidade de controle de veículos de mídia. Um dado importante observado ainda neste tópico (Outras) é a forma como ele era aplicado de maneira seletiva. Quando os candidatos do partido Frelimo priorizavam encontros internos sem sair para rua fazer campanhas recebiam cobertura eleitoral e a informação era transmitida no DCE, mas quando os partidos de oposição, como a Renamo, adotavam a mesma abordagem, a TVM quase não cobria. Uma justificativa apresentada foi: “A Renamo/MDM

reservou o dia para assuntos internos”, e, com isso, nenhuma reportagem sobre o evento foi exibida, ao contrário do que ocorria com os candidatos da Frelimo.

Sobre o “gênero jornalístico” destacam-se duas categorias nos conteúdos: a *notícia* e a *reportagem*. McQuail (2003) define o gênero midiático a partir do enquadramento da categoria do conteúdo. Isso significa que a forma como é construída uma informação é o que lhe faz pertencer a notícia ou reportagem. Nesta pesquisa, esses gêneros foram atribuídos a conteúdos a partir da sua desenvoltura ou aprofundamento, o que significa que quanto mais for detalhado um conteúdo, classificamos como pequena reportagem e quanto menor for atribuímos a peça o gênero notícia. Esses gêneros se distinguem pela extensão de duração do material ou pela profundidade dos acontecimentos que o repórter aborda sobre o evento. Em outras palavras, quanto mais detalhes e fontes o conteúdo apresentar, categorizamos como uma pequena reportagem, enquanto conteúdos que não ultrapassam dois minutos são classificados como notícias.

Não é surpreendente encontrar predominantemente esses gêneros em Moçambique, pois são os mais comuns na arena jornalística. Camilo (2022), ao falar do esquecimento da biografia cultural como um gênero jornalístico nas mídias moçambicanas, destaca que os gêneros mais prevalentes são a reportagem em pequena escala e a notícia por conta do seu imediatismo exigido nas redações.

Entre os conteúdos analisados, a notícia se destaca como o gênero predominante no *Diário da Campanha Eleitoral*, com 82 publicações, correspondendo a 83,2% do total. Em contraste, a pequena reportagem aparece em 17 conteúdos, representando 16,8%, conforme ilustrado no Gráfico 2.

Gráfico 2: Gênero presente na cobertura da DCE

Fonte: Autor, 2024.

As pequenas reportagens não chegam a ser reportagens em profundidade, mas em termos de minutagem são mais longas e muito mais detalhadas, trazendo um maior número de fontes, além de narrativa mais complexa se comparada com as notícias. Nessa pesquisa, as pequenas reportagens são aquelas que possuem mais de 3 fontes e com minutagem acima de dois minutos e trinta segundos. Entre as 17 publicações desse tipo, 15 são sobre a campanha da Frelimo, duas sobre o MDM e nenhuma sobre a Renamo. A primeira “pequena reportagem” foi ao ar em 27 de setembro, mostrando o candidato da Frelimo em *roadshows* nos bairros de Maputo. Nos dias 28 de setembro e um de outubro, o Diário da Campanha Eleitoral transmitiu outras reportagens também focadas no candidato da Frelimo na capital do país. Essa categoria foi ainda observada em outras duas edições do quadro DCE já na cidade de Matola nos dias três, quatro e cinco de outubro, totalizando seis conteúdos de pequenas reportagens referente ao partido Frelimo na região sul do país. As outras nove vezes em que essa categoria apareceu em relação à Frelimo, aconteceram na cidade de Nampula, onde, na maioria das vezes, figuraram membros de altos cargos do partido e do Estado. Um exemplo disso e de acordo com os dados aconteceu no dia seis de outubro, quando a campanha do candidato a prefeito de Nampula foi reforçada pela presença do presidente da República, Filipe Nyusi, que também

ostenta o cargo de presidente do partido Frelimo. O conteúdo caracterizado por pequena reportagem transmitido naquele dia teve a duração de três minutos e 28 segundos, sendo assim o maior conteúdo em termo de extensão de tempo transmitido do Diário da Campanha eleitoral da TVM das municipais de 2023.

No dia 1º de outubro, na cidade de Maputo, Augusto Mbazo (Maputo/MDM) fez a sua primeira aparição em uma peça noticiosa da TVM classificada como “pequena reportagem”. Nessa inserção, Mbazo foi mostrado distribuindo panfletos do partido e explicando sua posição no boletim de voto. Já no dia sete de outubro, também em Maputo, o DCE da TVM veiculou outra “pequena reportagem” envolvendo Mbazo. Dessa vez, ele apareceu ao lado de Lutero Simango, presidente do MDM, que reforçava a campanha eleitoral na capital. Durante a reportagem, Simango prometeu aos residentes da cidade que faria todo o possível para garantir que Mbazo cumprisse as promessas feitas ao longo da campanha.

Em relação ao gênero “notícia”, a Renamo aparece com 32 conteúdos do tipo, seguida pelo MDM com 31 e pela Frelimo com 19. É importante destacar que a Renamo e o MDM possuem um maior número de conteúdos nesse formato porque quase todos os seus materiais foram exclusivamente publicados como notícia, isto é, apenas duas produções foram categorizadas como “pequenas reportagens”. Portanto, em termos numéricos, a Frelimo apresenta 19 conteúdos do tipo “notícia” e 15 pequenas reportagens, enquanto o MDM conta com 31 conteúdos de “notícia” e apenas 2 pequenas reportagens. Já a Renamo possui somente 32 conteúdos do tipo “notícia” e nenhuma “pequena reportagem”. Esses dados reforçam, de forma quantitativa, as informações apresentadas na tabela 5 sobre a distribuição de conteúdo por partido no DCE.

A predominância da categoria “Pequena reportagem”, majoritariamente atribuída ao Frelimo nas cidades de Nampula (com nove conteúdos) e Maputo (com seis), parece estar diretamente relacionada à forte atuação dos candidatos da oposição, com destaque para a Renamo. Em Maputo, o partido conseguia reunir grandes multidões em suas campanhas, demonstrando uma expressiva base de apoio popular. Já em Nampula, a prefeitura estava sob a gestão da Renamo, o que tendencialmente ampliava a sua base de apoio, visibilidade e influência política local.

Esta categoria muitas vezes era acompanhada por entradas diretas ou ao vivo. Nesse sentido, em todos os conteúdos, 17 publicações eram “pequenas reportagens” e desses 12 tiveram semidireto e 10 destes se deram nos últimos seis dias da campanha. O primeiro dia em que se entrou ao vivo foi no dia três de outubro na cidade de Maputo na campanha do Rасаque

Manhique, candidato a prefeito pela Frelimo onde prometeu melhorar o sistema de saneamento na urbe com a construção de valas de drenagem nos bairros Chamanculo A e B. E pela extensão do conteúdo, o candidato da Frelimo apareceu em outro bairro (Malhangalene A) prometendo construir mais salas de aulas e vias de acesso. O segundo dia de transmissão ao vivo ocorreu na cidade de Nampula, com Luis Guiguirá, candidato da Frelimo, acompanhado pelos membros seniores do partido como o atual ministro da agricultura, Celso Correia, e o Secretário Geral do partido Frelimo, Roque Silva. Neste dia, a campanha daquele candidato teve a duração de três minutos e dois segundos onde durante um *showmício*²⁹ foram apresentadas as propostas do candidato Guiguirá e falou-se da importância de ir votar, já que o voto é facultativo em Moçambique. E por fim, as transmissões restantes estavam subdivididas em cinco entradas ao vivo para candidatos do partido Frelimo, quatro para o MDM e nenhum para os candidatos do partido Renamo. É possível observar ainda que estas transmissões ao vivo acontecem em comícios dos quais os jornalistas aparecem fazendo uma introdução da campanha destacando o candidato e a câmera faz uma movimentação panorâmica mostrando os apoiantes e membros daquela agremiação política. As transmissões diretas representam um dos poucos momentos em que o candidato junto dos seus apoiantes aparece num plano geral, as suas abordagens não são uniformes para cada candidato, ou seja, cada transmissão ao vivo seguia um formato diferente. Algumas começam com o jornalista aparecendo e descrevendo os fatos, seguida de *off* e terminando com outra aparição ao vivo, e, em outros casos as entradas diretas só tinham espaço no fecho da matéria.

Assim, das 12 transmissões ao vivo analisadas, nove foram dedicadas ao partido Frelimo, três ao MDM, e nenhuma aos candidatos do partido Renamo. Se considerarmos que as “pequenas reportagens” são conteúdos mais elaborados, com narrativas mais complexas e maior duração em comparação às “notícias”, a ausência da Renamo nesse formato reforça a desigualdade na cobertura eleitoral. Isso evidencia que, embora a diferença quantitativa seja pequena, qualitativamente não houve equilíbrio na transmissão do DCE.

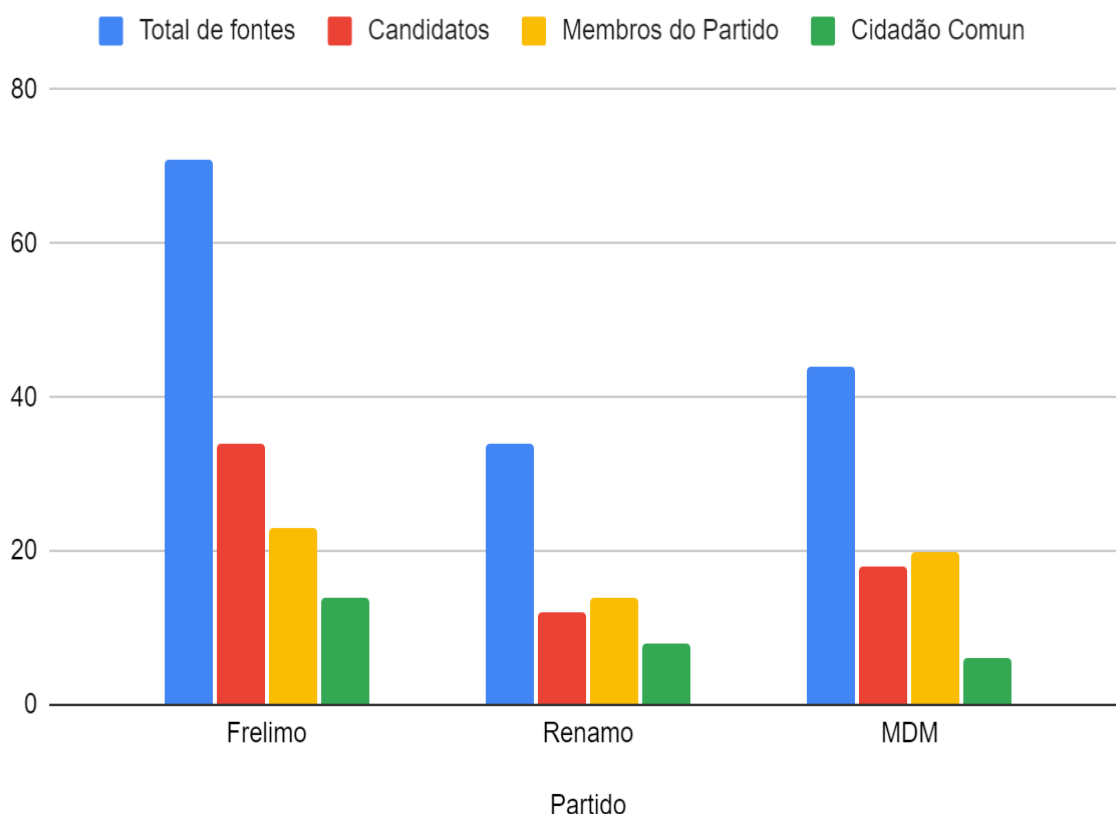
Sobre as “Fontes”, Gradim (2000, p. 102) destaca que nenhum veículo de mídia sobrevive sem uso dessas ferramentas, por isso, ela entende que fontes são “pessoas que os jornalistas observam ou entrevistam e quem fornece informações ou sugestões de pauta, enquanto membros ou representantes de um ou mais grupos (organizados ou não) de utilidade pública ou de outros sectores da sociedade”. As fontes podem ser tipificadas em várias

²⁹ De acordo com o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, o *showmício* é uma reunião pública de cidadãos que combina música e discursos de cariz político.

nomenclaturas e dependendo do contexto e autor. Lage (2002, p. 87), por exemplo, classifica as fontes em oficiais, oficiosas e independentes, enquanto Schmitz (2011) as classifica em oito grupos: oficial, empresarial, institucional, popular, notável, testemunhal, especializada e referência.

Tomando como base a tipologia do Schmitz (2011), há toda necessidade de contextualizar a interpretação dada a cada tipo de fonte. Portanto, esse enquadramento vai focar apenas nas fontes em que nos debruçamos nesta pesquisa como a fonte oficial, institucional e testemunhal. A fonte oficial, segundo o autor, refere a alguém em função de um órgão público e que se pronuncia em nome de um determinado poder constituído. Embora propensa a falsear a realidade, este tipo de fonte é a preferida em coberturas midiáticas. Já a fonte institucional é quem representa uma organização “geralmente ostenta uma fé cega naquilo que defende, o que coloca sob suspeita as informações que fornece” (Schmitz, 2011, p. 25). Já a fonte testemunhal expressa aquilo que uma determinada pessoas viu e ouviu, geralmente funciona como um álibi para impensas.

O candidato representa a fonte principal dentro de uma cobertura jornalística voltada a eleições. É a figura ideal com quem se pode receber informações em relação ao andamento da campanha eleitoral ou a eventos envolvendo uma polêmica durante esse processo. As suas declarações supostamente possuem mais propriedades e fornecem dados, propostas, opiniões exequíveis sobre essa etapa política. Podemos associar as fontes institucionais com os membros dos partidos que estão visivelmente identificados no GC de cada conteúdo exibido no quadro DCE da TVM e por fim, a fonte testemunhal seria a nossa fonte 3, ou seja, o cidadão comum que é identificado como apoiante a um determinado partido como ilustra o gráfico a seguir.

Gráfico 3: Presença de fontes no DCE

Fonte: Autor, 2024.

Como se pode observar no gráfico acima, o partido Frelimo concentra maior número de fontes em relação aos concorrentes. Durante os 12 dias da campanha eleitoral, a agremiação política aparece com um total 71 fontes, enquanto a Renamo aparece com 34 e o MDM com 44.

Do total de 71 fontes do partido Frelimo, 34 são fontes oficiais que representam os três candidatos do partido, 23 são membros dos partidos (fonte institucional) que aparecem para dar suporte aos seus candidatos e 14 são militantes (fonte testemunhal) do partido. Já os três candidatos da Renamo aparecem apenas 12 vezes, e os membros do partido 14, enquanto figura do cidadão comum aparece oito vezes; por fim, os candidatos do partido MDM aparecem 18 vezes. Os membros do MDM aparecem 20 vezes e os militantes aparecem seis vezes.

Observamos que o Diário de Campanha Eleitoral da Televisão de Moçambique publicou 12 conteúdos nos quais aparecem três tipos de fonte na mesma peça de notícias: o candidato, um membro do partido e um militante. Desses conteúdos, 11 foram dedicados aos candidatos do partido Frelimo nas três cidades analisadas. Nampula foi a cidade com o maior número de conteúdos deste tipo, com cinco peças, seguida por Matola, com quatro, e Maputo, com duas,

totalizando 11 peças. O único conteúdo restante foi dedicado ao candidato Augusto Mbazo (Maputo/MDM). O partido Renamo não teve nenhum conteúdo com a presença de mais de duas fontes, isto é, em nenhum momento a TVM trouxe na mesma notícia um candidato, um membro do partido e um militante.

Observamos ainda que em 34 peças que fazem parte dos conteúdos atribuídos aos partidos da oposição, 14 da Renamo e 20 do MDM, não aparecem fontes oficiais (os candidatos). Figuras centrais no processo eleitoral, os candidatos eram substituídos por militantes ou membros do partido. Por exemplo, no dia 29 de setembro, na cidade de Maputo, a TVM não cobriu a campanha do candidato da Renamo, Venâncio Mondlane. Em vez disso, a cobertura foi dedicada a um grupo de 10 a 15 militantes do partido que estavam no bairro Maxaquene, enquanto Mondlane percorria outras áreas da cidade com sua caravana, divulgando seu manifesto eleitoral ao vivo em suas redes sociais.

Quando essas figuras centrais são substituídas, como no caso acima, a narrativa da notícia muda. Só para exemplificar, o habitual *candidato Venâncio Mondlane para a cidade de Maputo prometeu construir valas de drenagem para escoar a água em épocas de chuvas no bairro Chamanculo* A se transforma em: *a Renamo no bairro Chamanculo, prometeu construir valas de drenagem para escoar a água em épocas de chuvas*, isto é, o candidato passa a ser representado pelo partido. Este fator aparece nas 34 peças de notícias atribuídas à oposição, abrindo assim um padrão da narrativa jornalística dentro do DCE.

Entendemos que a ausência dos candidatos da oposição em suas próprias campanhas reforça muito a ideia da existência de diferenciação de tratamento no processo de cobertura jornalística dentro do quadro Diário da Campanha da TVM. Isso fica evidente ao observar que os candidatos da Frelimo apareciam consistentemente em todas as suas campanhas, enquanto os candidatos da oposição eram substituídos ou alternados por outras figuras menos expressivas do partido, dependendo do conteúdo e da cobertura. Portanto, o maior acúmulo de fontes oficiais relacionadas às candidaturas da Frelimo destaca-se como um fator de disparidade entre os partidos. Isso porque partimos do pressuposto de que quanto mais o candidato aparece nas notícias para expor e defender seu manifesto eleitoral, maior é sua capacidade de persuadir e atrair o eleitorado. Dessa forma, essa vantagem estratégica proporciona aos candidatos da Frelimo uma posição privilegiada no cenário eleitoral, aumentando suas chances de sucesso nas urnas.

Outro elemento importante que encontramos e que pode ter favorecido a Frelimo dentro da categoria “fontes” é a aparição das esposas dos candidatos. O tema recebeu atenção no

quadro “DCE”. No dia 3 de outubro, a esposa do candidato³⁰ pelo partido Frelimo Rasaque Manhique apareceu no mesmo conteúdo com o marido a fazer campanha no mercado central de Maputo, enquanto o marido apelava a afluência às mesas de votação num showmício em Polana Caniço, outro lado da cidade de Maputo. Isso se repetiu já na cidade de Nampula nos dias 29 de setembro e 05 de outubro com o candidato da Frelimo, Luís Giquira. Verificamos igualmente que nenhum candidato da oposição teve o mesmo tratamento.

Observamos igualmente que a categoria “línguas” apresenta o português e duas línguas locais: o Changana e Emakwa. O Changana, como já referenciado neste trabalho, é falado na região sul do país, concretamente nas cidades de Maputo e Matola, enquanto Emakwa é a língua local mais falada do país por contemplar as províncias da Zambézia, Cabo Delgado, Niassa e, principalmente, na cidade de Nampula.

As línguas autóctones fazem parte do cotidiano de cada moçambicano. Nas zonas rurais, elas são faladas de forma exclusiva, enquanto nas áreas urbanas coexistem com o uso do português. Ainda que estas línguas tenham uma maior expressividade nas regiões rurais, elas são regionalizadas, ficando restritas a determinadas regiões, como o Emakwa, que só é reconhecida e falada no norte do país, enquanto nas restantes regiões do país faz-se o uso de outras línguas. Isso significa que o português é a única língua conhecida por todos, ainda que falada por poucos, ou seja, apenas 50,4% da população moçambicana (Souza, 2020).

Com essas características, as línguas locais acabam sendo elementos muito importantes para a comunicação interpessoal levada a cabo pelos candidatos em épocas eleitorais, pois só assim a comunicação flui em certas comunidades do país.

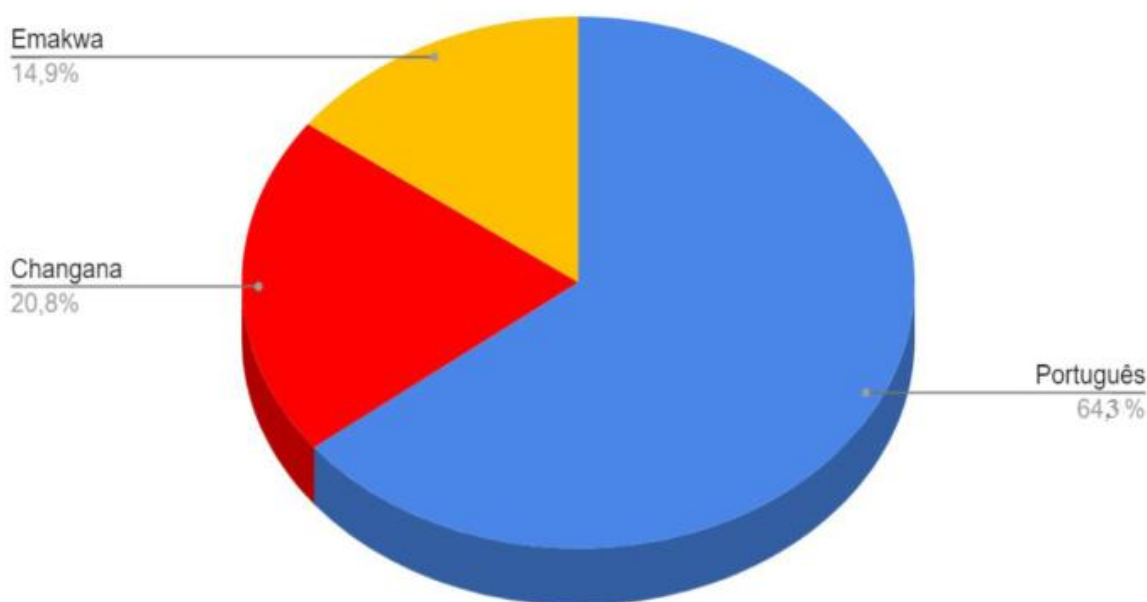
Em Moçambique, o português foi adoptado como língua oficial. Sob o ponto de vista ideológico, o português é também concebido como símbolo de unidade nacional, transcendendo, assim, no discurso oficial a sua conotação de língua colonial. Em Moçambique existem bolsas de falantes de outras línguas de origem estrangeira, que não sejam o Português, principalmente o Inglês, e outras de origem asiática, como Hindi, Urdu ou Gujrati. O inglês é falado com e pela comunidade de estrangeiros ligada a organizações internacionais e embaixadas, embora, devido aos contactos com os países limítrofes, como a República da África do Sul, haja muitos moçambicanos que usam frequentemente esta língua. As línguas de origem asiática são faladas entre membros da comunidade de imigrantes oriundos principalmente da Índia e Paquistão ou seus descendentes (Firmino, 2000, p. 4).

Em todas as eleições em Moçambique, os candidatos fazem uso direto das línguas locais, e a TVM desempenha um papel importante na difusão de programas nessas línguas.

³⁰ A esposa do candidato pode ser enquadrada no grupo “fonte institucional” na qual se pode incluir nas categorias de membros do partido, ainda que a sua personagem traga um outro dinamismo no contexto eleitoral.

Durante o estágio profissional realizado pelo autor em 2018 na sucursal da TVM, na província de Manica – que coincidia com um ano eleitoral –, foi possível presenciar o uso da língua Citewe na produção e divulgação de conteúdos, o que reforçava significativamente a comunicação entre eleitores e candidatos. As eleições municipais de 2023 não foram indiferentes neste quesito. Duas línguas locais foram destacadas no processo, além do português, considerada a língua oficial, o Changana e Emakwa foram muito utilizadas pelos candidatos nas cidades de Nampula e Matola, ainda assim, o português acabou sendo a língua dominante, como ilustra o gráfico a seguir.

Gráfico 4: Predominância da língua pelos candidatos



Fonte: Autor, 2024.

Como se pode observar, o português foi a língua mais usada pelos candidatos com 64,3%, seguido do changana com 20,8% e emakwa com 14,9%. Portanto, se apenas 50,4% da população moçambicana fala/entende a língua portuguesa então a outra metade fala as línguas locais e o uso dessas línguas durante um processo eleitoral acaba sendo mais do que importante na medida em que passa a ser mais um elemento estratégico para mobilizar e conquistar apoio dos eleitores. Importa referir nesse contexto que o DCE é um programa transmitido

integralmente em português, a língua oficial de Moçambique. As chamadas feitas pelo apresentador estão alinhadas a esse contexto linguístico. No entanto, as reportagens realizadas pelos jornalistas durante as campanhas podem, em alguns casos, ser apresentadas em línguas locais, dependendo do local da cobertura. Essa prática pode gerar desafios de compreensão para os telespectadores que não dominam as línguas utilizadas, uma situação que piora quando os conteúdos produzidos em línguas locais são transmitidos em bruto, ou seja, sem tradução para o português como acontece no DCE da TVM. Por exemplo, habitantes da província de Manica que assistem ao programa podem enfrentar dificuldades para entender uma reportagem feita na cidade de Nampula, onde a língua emakwa é amplamente falada. Esse cenário reforça o paradoxo na comunicação: por um lado as línguas locais fortalecem a representatividade cultural, por outro lado limita a perceptibilidade da informação. Ainda assim, durante a cobertura das eleições de 2023, o português foi a língua mais utilizada pelos candidatos da Frelimo e MDM.

A Frelimo aparece com 34 conteúdos falados em português, enquanto o MDM segue com 34 e por fim a Renamo com 28. Já em relação às línguas locais, o cenário muda: os candidatos do partido Renamo António Muchanga (Matola) e Paulo Vahanle (Nampula) aparecem com maiores números, com 11 e 7, respectivamente. Enquanto isso, Luis Giquira (Nampula/Frelimo) aparece duas vezes falando emakwa e Carlos Saide (Nampula/MDM) aparece uma vez e seu aliado político Augusto Pelembe (Matola/MDM) aparece falando Changana duas vezes.

A ausência de candidatos da Frelimo e do MDM a fazer campanha utilizando as línguas locais nas cidades de Maputo e Matola sugere uma possível vitória do partido e seus candidatos nestas duas cidades, pois se entendemos que o uso das línguas locais é importante para a aproximação com eleitorado predominante não escolarizado, como se justifica que certos candidatos com pretensão de vencer as eleições não se aproveite dessa estratégia?

A pesquisa demonstra ainda que a cidade da Matola foi a região onde os candidatos optaram por se comunicar predominantemente na língua local, ou seja, em Changana. Esse fenômeno sugere uma estratégia consciente de interação com o eleitorado local, aproveitando-se da familiaridade cultural e identidade linguística compartilhada. Esse enfoque pode ter sido percebido como uma forma eficaz de estabelecer conexões mais profundas com os eleitores, demonstrando sensibilidade às suas necessidades e preferências, além de apontar para a importância das línguas locais nas interações sociais. Nampula aparece como a segunda cidade onde os candidatos mais falam as línguas locais, o que pode ser justificado pelo alto índice de

analfabetismo que caracteriza a província e cidade de Nampula.³¹ E por fim, o quadro do DCE nos mostra que a cidade de Maputo foi a que menos falou em línguas locais.

A pesquisa analisou também a hierarquia do alinhamento dos conteúdos divulgados durante os doze dias em que a nossa coleta se cingiu. A hierarquia do alinhamento é um conceito técnico que descreve a estrutura ou a organização dos conteúdos jornalísticos por ordem de importância, isto é, os conteúdos que geralmente abrem o programa noticioso são amplamente classificados como de maior relevância (Camboa, 2011). Essa conceitualização dialoga diretamente com a ideia de pirâmide invertida ao destacar que as primeiras informações apresentadas num texto jornalístico possuem a maior relevância comunicacional, ainda que neste caso tratemos de conteúdos e não a construção de um texto noticioso.

O termo alinhamento é muito utilizado nas edições dos jornais em Moçambique principalmente em veículos de televisão. O primeiro contato com este termo técnico foi durante o meu estágio profissional num dos Centros de Transmissão de Televisão de Moçambique, onde o alinhamento se referia à organização dos conteúdos para apresentação no jornal local ou envio para a sede da TVM em Maputo. A ideia era segmentar os conteúdos a partir da relevância e interesse público. Os conteúdos com maior valor-notícia eram o destaque e apresentados logo no início do programa noticioso.

Durante os doze dias da campanha eleitoral, o DCE da TVM inseriu 108 conteúdos jornalísticos no seu quadro apresentando as diversas formas de campanha que eram feitas pelos três candidatos a prefeitos das cidades de Maputo, Matola e Nampula. É, no entanto, possível observar nesses dias que a inserção desses conteúdos começa sempre com a campanha do partido Frelimo, seguida pela Renamo e termina com o MDM. Por exemplo, no dia 27 de setembro de 2023, segundo dia da campanha eleitoral³² o âncora Holden Guedes começou por cumprimentar os espectadores e destacando que era o segundo dia da campanha eleitoral para as eleições municipais de 11 de outubro tendo destacado o seguinte:

Vamos as principais incidências de mais um dia de caça ao voto, O Secretário do partido Frelimo, Roque Silva foi reforçar a campanha eleitoral do seu candidato na cidade de Matola, província de Maputo, pediu voto para essa formação política com a promessa de continuar a melhorar as vias de acesso, iluminação pública nos bairros e expansão de água canalizada.

³¹ A taxa de analfabetismo global em Moçambique é de 39%. Segundo Filipe Nyusi, chefe de Estado moçambicano, as províncias de Niassa, Cabo Delgado e Nampula, no norte do país, e as províncias de Tete e Zambézia, no centro de Moçambique, são as que apresentam os maiores índices de analfabetismo.

³² Não tivemos acesso a todo material do primeiro dia da campanha, por isso a nossa coleta cingiu-se apenas nos a partir do segundo dia da campanha, conhecido também como dia 27 de setembro de 2023.

No quinto dia da campanha, 30 de setembro, Holden Guedes volta a abrir o programa com os mesmos dizeres introdutórios e colocando mais uma vez a Frelimo no destaque de abertura, no entanto desta vez no município de Nampula, província de mesmo nome onde disse:

As principais incidências da campanha eleitoral para o dia de hoje centram-se na cidade de Nampula onde o cabeça de lista (termo usado em Moçambique para designar candidatos às eleições municipais) da Frelimo para a Nampula, Luis Guikira trabalhou em Namicopo e prometeu acabar com o lixo bem como financiar projetos de empregabilidade para os jovens.

A sequência de apresentação dos conteúdos políticos na programação da emissora pública seguia, geralmente, uma ordem específica. Após abertura com informações sobre a campanha da Frelimo, seguiam os conteúdos dos partidos da Renamo e MDM. Muitas das vezes a Renamo e o MDM eram apresentados no quadro da seguinte forma: “O cabeça de lista da Renamo na cidade de Nampula foi pedir votos em Muzoroni tendo prometido concluir os projetos já iniciados neste mandato ou o cabeça de lista do MDM Carlos Saide promete construir uma ponte sobre o Rio Nicute”. A análise dos 108 conteúdos difundidos no DCE revela que em todas as ocasiões, a Frelimo foi consistentemente apresentada como o primeiro conteúdo na ordem de exibição.

4.2 O QUE OS REPÓRTERES FALARAM SOBRE O DCE

A realização das entrevistas foi um processo desafiador em parte pela situação sócio-política que Moçambique viveu após a realização e divulgação dos resultados eleitorais das eleições gerais realizadas no dia nove de outubro de 2024. Durante as conversas que tivemos com os participantes desta pesquisa, foi possível notar um comportamento de medo por parte dos entrevistados. Um dos entrevistados afirmou que, sem o anonimato, não poderia compartilhar nenhuma informação sobre a cobertura da campanha eleitoral. Ele justificou sua posição mencionando que o momento é extremamente sensível, já que o país enfrentava uma revolta popular, e a TVM estava sendo duramente criticada pela cobertura que fez durante a campanha eleitoral. O contato com o outro entrevistado foi ainda mais desafiador, pois ele inicialmente não respondeu às nossas mensagens. No entanto, graças à mediação do delegado de um dos Centros de Transmissão da Televisão de Moçambique, com quem temos uma certa proximidade, conseguimos estabelecer contato e agendar a entrevista.

No dia da entrevista, enfrentamos desafios adicionais devido às restrições governamentais no uso da internet, implementadas para conter possíveis escaladas de violência

durante as manifestações pós-eleitorais de 2024. Na primeira entrevista, realizada via WhatsApp, a conexão foi interrompida três vezes, mas foi possível retomá-la e concluir o processo. Enfim, as duas entrevistas tiveram, ao todo, uma duração de 58 minutos, sendo que a primeira teve 31 minutos e a segunda, 27 minutos.

Como forma de manter o anonimato dos entrevistados nesta pesquisa, os dois participantes são mencionados como entrevistados A e B. Os entrevistados não têm nenhuma trajetória política, portanto, durante as nossas conversas foi possível observar tendências ideológicas partidárias. O repórter A demonstrou uma posição de repulsa à ideia de que quem trabalha na Televisão de Moçambique faz parte do partido dominante (Frelimo), como popularmente se propala em Moçambique. O repórter B, embora não tenha se identificado como militante de qualquer partido político, apresentou certa relutância em compartilhar algumas informações. Esse comportamento pode ser interpretado como resultado de um possível receio de sofrer represálias, devido à falta de confiança plena na garantia de anonimato e no uso exclusivo das informações para fins acadêmicos. Alternativamente, essa reserva pode estar relacionada ao desejo de não comprometer sua postura ou identidade política. Enfim, não iremos contextualizar mais do que isso, pois incorre-se o risco de deixarmos escapar alguma informação que leve à identificação dos nossos entrevistados.

Na legislação moçambicana não há qualquer disposição legal que estabeleça a duração específica para os conteúdos relacionados à cobertura eleitoral, o que significa que fica a cargo dos veículos de comunicação. Na Televisão de Moçambique, o tempo máximo em que cada conteúdo de campanha eleitoral deve durar é de um minuto e trinta segundos. Isso significa que cada conteúdo que a TVM produziu sobre a campanha eleitoral não deve extrapolar esse tempo. No entanto, observamos na nossa análise, conteúdos com mais de dois minutos, portanto sobre isso, os nossos entrevistados foram unânimes em afirmar que em alguns casos em que os partidos aparecem com mais de duas fontes (nas nossas análises, só a Frelimo aparece com maior número de fontes) pediam autorização ao editor-chefe para alongar a duração.

Em princípio esse tempo [um minuto e 30 segundo] devia ser regular para todos os partidos políticos. Mas é claro que em alguns casos principalmente no partido Frelimo onde as suas campanhas exigiam muito mais tempo pelo maior número de fontes, pedimos autorização a sede-Maputo para esticar mais um pouco do tempo e assim conseguir enquadrar todas as fontes. Nessa questão para outros partidos era um pouco difícil, o editor chefe às vezes não permite esticar o tempo e dizia que tínhamos de cortar algumas fontes e deixar o conteúdo dentro do tempo. Não vou me alongar muito sobre esse assunto (Repórter A)³³.

³³ Entrevista concedida ao autor, entre 11 e 15 de novembro de 2024.

A nossa pesquisa parte do pressuposto que houve uma desigual cobertura eleitoral nas eleições de 2023 e a análise de conteúdo nos mostrou uma tendência que até certo ponto favorece qualiquantativamente a determinado partido político. Por isso, umas das questões feitas aos nossos entrevistados foi sobre a existência ou não de recomendações diretas da TVM sede-Maputo para que as coberturas ficassem mais no partido Frelimo em detrimento de outros. As respostas dos dois entrevistados foram unânimes sobre a não existência de nenhuma recomendação vinda do editor-chefe para direcionar mais a cobertura à Frelimo, pois em épocas eleitorais cada jornalista nas cidades em que decorre a campanha eleitoral tem a responsabilidade de agir como o editor, gerindo as pautas e a produção dos conteúdos eleitorais sem nenhuma interferência dos superiores. No entanto, o repórter A adicionalmente revelou que no grupo de Whatsapp onde eram apresentadas as pautas, lhes foram sugeridos pelo Chefe de Redação a priorizar primeiramente a cobertura dos candidatos do partido Frelimo, pois segundo este é o partido que frequentemente vai abrir o quadro Diário da Campanha Eleitoral.

Olha vou te falar uma coisa, mas por que me garantiu sigilo e você sabe muito bem como é o nosso país, e então reforço mais uma vez a ideia de sigilo pelo fato da informação que vou te revelar aqui. Nunca houve nada direto no sentido de “não pode cobrir aquele partido” ou “priorizem o candidato X ou Y”. Mas ainda assim, teve ou existiu aquela situação em que apresentávamos a pauta onde a Renamo ou outro partido da oposição tinham uma agenda que antecede a do partido no poder, você sabe de que partido me refiro, é o chefe de redação sugerir que deveríamos cobrir o partido Frelimo antes dos outros que só podiam fazer campanha no período da tarde porque estavam a espera de um membro do comitê nacional do partido que vinha da capital do país para reforçar a campanha naquela região. Isto sobrecarregava muito o nosso trabalho porque no período de 5 horas tínhamos que cobrir tantos partidos e alguns acabavam ficando de fora pela questão do *deadline*. Portanto tínhamos uma situação em que um partido da oposição agendou a sua campanha para o período da manhã, mas devíamos cobrir um outro partido e só assim podia se seguir para outros partidos (Repórter B).³⁴

Essa sugestão do Chefe de Redação corrobora com a categoria de análise “hierarquia do alinhamento”, na qual a Frelimo e seus candidatos aparecem com maior frequência a abrir e a receber o destaque no início daquele programa de divulgação de conteúdos eleitorais. Importante também referenciar que as nossas pesquisas não encontraram nenhum sorteio que colocasse a Frelimo em posição de destaque nas aberturas do DCE.

A sugestão de que devíamos esperar o partido Frelimo sair para as comunidades fazer a sua campanha e só assim começar com a cobertura jornalística, condicionava para que muitos partidos, principalmente os extra-parlamentares, não tivessem cobertura jornalística. Pois se a Frelimo começa a fazer a campanha no período de tarde

³⁴ Entrevista concedida ao autor, em 15 de novembro de 2024.

teríamos, no entanto, perdido uma manhã inteira, o que sobrecarregava as nossas tardes e desse modo só priorizávamos os partidos com assento na Assembleia da República como a própria Frelimo, Renamo e o MDM (Repórter A)³⁵.

Outro elemento destacado pelos entrevistados é que não houve uma intenção deliberada de privilegiar a cobertura da Frelimo em detrimento de outros partidos. Entretanto, um dos fatores que pode justificar a maior frequência de menções à Frelimo nas inserções do DCE é o nível de organização do partido. De acordo com o Repórter A, que possui mais de onze anos de experiência em cobertura eleitoral, o partido dominante demonstrou ser significativamente mais organizado e coordenado em suas campanhas em comparação aos partidos de oposição. Um exemplo citado é a ausência de um cronograma consolidado que reunisse todas as atividades dos partidos durante o período de campanha. Diante disso, os jornalistas precisavam contatar os assessores de imprensa de cada partido ao final de cada dia para obter informações sobre as atividades do dia seguinte e, assim, planejar a cobertura.

Embora essa prática fosse realizada com todos os partidos, em muitos casos os assessores dos partidos de oposição não atendiam às ligações ou forneciam as informações apenas no dia seguinte, o que prejudicava o planejamento dos jornalistas. Por outro lado, a Frelimo demonstrava maior proatividade: em alguns casos, antes mesmo de serem contatados, os assessores já enviavam mensagens detalhadas com a agenda completa do candidato, incluindo horários e locais das atividades. Além disso, a estabilidade na agenda da Frelimo e o apoio logístico oferecido em situações extremas, como auxílio no transporte, criavam um ambiente mais favorável para o trabalho jornalístico. Esses fatores, segundo o entrevistado, podem ter contribuído para que a cobertura da Frelimo fosse realizada com maior frequência e consistência.

Olha! as coberturas que nós fizemos aqui na Matola, foram totalmente imparciais, fizemos de tudo para poder trazer todos partidos, isto é, até os extra-parlamentares como a Nova Democracia (ND) e outros, como já disse antes, mas se o partido não colabora, não partilha agendas com antecedência, fica difícil fazer cobertura desses partidos. Outra coisa que ajudou muito talvez a Frelimo é que o partido era organizado, não alteravam os seus horários que marcavam para sair da sua sede e fazer as campanhas, ajudavam com transportes em casos extremos. Então havia um ambiente minimamente saudável para se trabalhar, ainda que não fosse perfeito (Repórter A).

Essa questão relacionada com o “financiamento partidário” direcionado aos profissionais de comunicação da TVM suscita sérias reflexões de ordem ética e moral. Tal prática pode comprometer significativamente a independência jornalística, fomentando a

³⁵ Entrevista concedida ao autor, em 11 de novembro de 2024.

produção de conteúdos potencialmente enviesados ou favoráveis aos candidatos do partido Frelimo, em decorrência dessa proximidade estabelecida.

Os entrevistados A e B apontam que o número de profissionais alocados para a cobertura eleitoral é insuficiente, considerando o elevado número de partidos concorrentes em cada município. De acordo com eles, a designação de apenas dois profissionais – um repórter e um operador de câmera – torna inviável a realização de uma cobertura abrangente e equilibrada. Esses profissionais enfrentam a tarefa de cobrir mais de três partidos, redigir as matérias, editar os conteúdos e, por fim, enviá-los para a redação central. Tal cenário acarreta uma sobrecarga de trabalho que pode comprometer a qualidade da cobertura e favorecer, ainda que involuntariamente, a priorização de determinados partidos em detrimento de outros. Esse cenário pode ser observado na cobertura eleitoral da Televisão de Moçambique, onde partidos como a Frelimo e o MDM recebem mais destaque em comparação à Renamo e a outros extra-parlamentares. Essa desigualdade de exposição pode comprometer os princípios básicos de equidade na transmissão de conteúdos eleitorais, previsto pela Constituição da República de Moçambique.

De acordo com o entrevistado B, o uso excessivo de fontes vinculadas ao partido Frelimo pode ter influenciado significativamente a dinâmica da cobertura eleitoral na emissora pública. Ele argumenta que essa prática resultou em uma predominância de conteúdos associados a essa formação política, os quais não apenas receberam maior tempo de exibição, mas também foram frequentemente fragmentados em diversas pequenas reportagens, distanciando assim de partidos como a Renamo que não teve apenas o gênero notícias com minutagem igual ou abaixo de um minuto e trinta segundos. O entrevistado acrescenta que a necessidade de enquadrar os “membros seniores do partido” dentro da mesma faixa de conteúdo eleitoral exigida pela emissora contribuiu para a extensão não planejada da minutagem previamente estabelecida para a cobertura.

Olha aqui em Nampula houve um esforço para que isso não acontecesse, mas eu acho que o que está por detrás disso pode ser o reforço que o partido Frelimo recebia do pessoal sênior do partido que vinha reforçar a campanha por aqui, já que a Frelimo não ganhava eleições aqui na cidade de Nampula há décadas, então fazia-se todo espetáculo possível que muitas vezes vinha cantores da capital para animar a campanha do seu candidato além de membro e deputados do partido. Então era preciso enquadrar todos em um único conteúdo eleitoral, aliás, tenho que te falar que não é permitido mais de dois conteúdos do mesmo partido, daí fazíamos esforço para em poucos minutos colocar três a quatro fontes no mesmo conteúdo (Entrevistado B).

Essas observações permitem compreender a extensão dos conteúdos classificados como pequenas reportagens, os quais foram majoritariamente atribuídos aos candidatos do partido

Frelimo durante a campanha eleitoral. Por exemplo, o uso excessivo e prioritário de fontes que extrapolam a figura do candidato, tais como representantes institucionais, especialistas ou membros de organizações alinhadas ao partido, consolidou uma narrativa favorável à Frelimo. Essa estratégia comunicacional contribuiu para a perpetuação de uma desigualdade na representação midiática entre os candidatos, especialmente no contexto de um processo eleitoral que deveria primar pela equidade editorial como manda a legislação moçambicana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos dias atuais, a cobertura jornalística de processos eleitorais está sendo marcada por momentos que fogem da regra elementar do jornalismo – a assimetria e a parcialidade na produção e divulgação dos fatos.

Este trabalho permitiu-nos discutir alguns pontos importantes que envolvem o campo da política e do jornalismo. Os outros pontos encontrados no trabalho que não abordam estas temáticas como, as origens dos primeiros povos a residir em Moçambique na região da África Austral, foram fundamentadas para enquadrar historicamente as dinâmicas sociais e culturais que influenciam o contexto analisado.

Este trabalho teve a proposta de analisar o processo de produção jornalística das eleições municipais de 11 de outubro de 2023 envolvendo três partidos políticos: Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) e Movimento Democrático de Moçambique (MDM) pela Televisão de Moçambique (TVM). É imprescindível referenciar que naquela eleição municipal, em especial, identificou-se uma cobertura pouco atípica para o contexto moçambicano, com circulação de desinformação e acusações entre os candidatos, uma realidade menos usual naquele país sul africano. No entanto, antes de entrarmos nas análises, é importante refletir também um pouco sobre o contexto da produção deste estudo.

O pesquisador é jornalista de profissão e sempre teve uma necessidade de aprofundar os estudos sobre o entrelaçamento político e midiático no contexto moçambicano principalmente em épocas eleitorais. Muito disso é motivado pela frequente repressão dos profissionais de comunicação pelo poder político e pelos conflitos classificados de manifestações e que em alguns casos resulta em ações violentas que caracterizam os períodos pós-eleitorais no país.

Para cumprir com o objectivo geral desta pesquisa aplicou-se uma série de procedimentos metodológicos e um quadro teórico alinhado com os objetivos específicos. A pesquisa retoma passos relacionados com a contextualização midiática e política em Moçambique destacando os três principais momentos: o período colonial, pós-independência e democrático. Se observa, no entanto, que estes períodos que marcam momentos importantes da história midiática e política de Moçambique, trazem um denominador comum, a repressão e uso frequente de veículos de comunicação do setor público para legitimar uma determinada ala partidária e seus respectivos dirigentes.

Durante os períodos destacados, os veículos de comunicação enfrentaram diversos desafios, com destaque para questões políticas e econômicas. Um exemplo significativo foi a entrada da mídia privada no cenário televisivo moçambicano, que, até então, contava apenas com um único canal de televisão estatal durante a transição da primeira para a segunda República. Esse novo contexto trouxe mudanças substanciais nas políticas financeiras dos veículos de comunicação públicos, como a Televisão de Moçambique (TVM), que passou a enfrentar maior concorrência na captação de receitas publicitárias, anteriormente uma importante fonte de financiamento ao lado dos recursos provenientes do Estado, o que corrobora com as afirmações de Bourdieu (2001, p. 58) quando diz que o jornalismo é um campo que está “sob a coação do campo econômico por intermédio dos níveis de audiência”. Isso levanta reflexões sobre os financiamentos que a TVM recebe, provenientes de um Estado liderado pelo partido Frelimo. Essa relação pode gerar um possível favorecimento ao partido nas coberturas jornalísticas, evidenciando como a dependência financeira pode vir a influenciar os processos editoriais de um veículo de comunicação.

Chegado aqui, depois da análise, podemos afirmar que são várias considerações finais decorrentes ao estudo, nesta pesquisa.

O capítulo 1 apresentou um quadro teórico a partir de uma contextualização política e histórica de Moçambique. Esses fatores indicaram o surgimento dos primeiros veículos de comunicação que circularam no país, além do aparecimento da primeira mídia televisiva que, por sinal, é o nosso objeto de estudo. É neste capítulo que também se apresentou a contextualização da justificativa e dos objetivos da pesquisa, tendo terminado no detalhamento dos três movimentos políticos sociais que o país viveu desde a chegada dos colonos portugueses.

O capítulo 2 classificou a radiodifusão moçambicana tendo destacado os veículos de comunicação do setor público, privado, religiosos e comunitários. Definiu-se veículos do setor público como sendo aqueles que funcionam inteiramente com recursos do Estado moçambicano, enquanto os privados sobrevivem a partir de iniciativas privadas como a STV do grupos Soico e a TV e Rádio Miramar da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). O capítulo também se preocupou em definir o telejornalismo no contexto global e moçambicano. Abordou ainda de forma específica a configuração da Televisão de Moçambique trazendo os constituintes daquele órgão como os centros provinciais emissores – de todo o território nacional, além do organograma deste veículo que tem o presidente do Conselho de Administração, seu expoente máximo.

O capítulo terminou destacando a composição do programa Diário da Campanha Eleitoral da TVM que apresenta apenas um único âncora se diferenciando assim do modelo de TV Brasileira. Observou-se ainda que este quadro foi desenhado para a publicação exclusiva de eventos eleitorais. E por fim, definiu-se as campanhas eleitorais a partir da legislação moçambicana.

No capítulo 3, foram detalhados os aspectos metodológicos empregados nesta pesquisa, que incluem a análise de conteúdo e a realização de entrevistas. Por se tratar de uma pesquisa de natureza quali-quantitativa, recorreu-se a bibliografias que exploram a interseção entre mídia e política para embasar teoricamente o estudo. A análise de conteúdo foi aplicada aos materiais veiculados pela Televisão de Moçambique durante a campanha eleitoral. Ademais, o capítulo apresenta os dados obtidos nas entrevistas realizadas com profissionais de comunicação diretamente envolvidos na cobertura do referido pleito eleitoral, com destaque para a observação das respostas fornecidas e o contexto em que foram elaboradas.

A realização das entrevistas exigiu do pesquisador negociações preliminares que resultaram na autorização primeiro da Comissão de Ética na Pesquisa, segundo, dos profissionais envolvidos e até de terceiros. Essa técnica metodológica foi aplicada de forma individual nos dias 11 e 15 de novembro de 2024, tendo sido registrada a partir de uma gravação e a posterior transcrição.

No capítulo 4 foi realizada a aplicação da análise de conteúdo e da técnica de entrevista. Inicialmente, contextualizou-se as regiões onde ocorreram as eleições municipais, destacando as três cidades analisadas: a capital Maputo, cidade da Matola e Nampula. Além disso, foram apresentados de forma parcial os resultados finais das eleições, com o objetivo de esclarecer como está estruturado o processo eleitoral moçambicano, considerando as diferentes realidades sociais e políticas do Brasil – Moçambique.

A coleta de dados ocorreu ao longo dos dois anos do mestrado, com maior intensidade durante os 12 dias da campanha eleitoral, de 26 de outubro a 6 de novembro de 2023. Esses dados foram fundamentais para analisar a quantidade de conteúdos distribuídos para cada partido, os temas que receberam maior destaque ao longo do processo, os gêneros jornalísticos utilizados, a distribuição de fontes por partido ou candidato, e a predominância de línguas locais. Por fim, os dados coletados, em conjunto com as entrevistas realizadas, forneceram os seguintes resultados.

A produção e a divulgação de informações em períodos eleitorais pela TVM foi desigual na medida em que os partidos da oposição tendem a ser negligenciados pelo quadro Diário da

Campanha Eleitoral ao aparecer poucas vezes e com menos constituintes em relação ao partido que administra o Estado moçambicano, a Frelimo. A justificativa dada sempre pelo âncora era de que os partidos da oposição não forneciam agendas aos jornalistas nas cidades em campanhas ou que houve uma sobreposição de agendas e, por isso, os repórteres só cobriam os candidatos do partido Frelimo. Uma constatação observada durante a análise dos conteúdos e também nas entrevistas com os jornalistas da Televisão de Moçambique.

Foi observado ainda que quantitativamente a Frelimo aparece com mais conteúdos embora com uma ligeira diferenciação, quase imperceptível de 34,17% contra 33,54% do MDM e 32,27% da Renamo. A Frelimo teve ainda mais fontes nos seus conteúdos, mais pequenas reportagens e maior protagonismo na hierarquia do alinhamento. O DCE sempre abria com notas de destaque a candidatos do partido daquela formação política. Nestas perspectivas, o MDM ficou na segunda posição e a Renamo no terceiro lugar.

Essa cobertura jornalística, que por sinal viola a Constituição da República de Moçambique e a legislação que regula a profissão jornalística, reflete a dificuldade na implementação de teorias políticas, especialmente a teoria da transição democrática. De acordo com Arturi (2001), essa teoria descreve a mudança gradual de um regime autoritário para um sistema multipartidário. Moçambique, por sua vez, é um país que passou por dois sistemas autoritários: a colonização e o marxismo-leninismo pós-independência. Durante esses períodos, a mídia pública era utilizada para promover os interesses do governo em vigor. Diante disso, e com os resultados obtidos nesta pesquisa, podemos afirmar que a transição para um sistema democrático, sob ponto de vista dos meios de comunicação, ainda não foi completamente alcançada no país.

Foi possível observar ainda que o método escolhido para esta pesquisa se mostrou bastante satisfatório aos propósitos do estudo, uma vez que permitiu mensurar os resultados esperados e responder ao objetivo geral proposto. A abordagem metodológica adotada mostrou-se eficaz na coleta e análise dos dados, garantindo a obtenção de informações relevantes para a compreensão do fenômeno investigado. No entanto, é fundamental reconhecer que algumas limitações foram identificadas ao longo do processo, as quais podem servir como pontos de reflexão para futuras pesquisas. Uma das principais limitações observadas refere-se à realização das entrevistas por meio de plataformas digitais. Embora essa abordagem tenha facilitado o acesso aos participantes e garantido a praticidade do processo, ela impediu a observação direta de elementos não verbais, como expressões faciais, gestos e tom de voz, que são cruciais para uma interpretação mais completa e contextualizada das respostas. Essa falta de interação

presencial pode ter limitado a captação de nuances emocionais e comportamentais, resultando em respostas menos espontâneas ou genuínas por parte dos entrevistados.

Além disso, a ausência de um ambiente presencial pode ter influenciado o nível de confiança entre os envolvidos, especialmente em questões consideradas sensíveis ou comprometedoras. Os entrevistados demonstraram, em alguns momentos, certo receio em abordar temas delicados, o que pode ter impactado a profundidade e a autenticidade das informações coletadas.

Em outro momento, esta pesquisa permitiu observar os pontos que necessitam ser analisados, estudados e aperfeiçoados, além de impulsionar a sua continuidade em outros estudos. É importante destacar que esta investigação se concentrou em um único veículo de comunicação – a Televisão de Moçambique. O estudo, portanto, pode ser expandido para incluir outros veículos do setor público e privado. Nesse sentido, propomos que jornalistas e pesquisadores considerem os canais de televisão privada generalistas, como a STV, TV Sucesso e Miramar, com o objetivo de realizar uma investigação comparativa com a pesquisa apresentada.

Do ponto de vista político, este desequilíbrio midiático contribui para a perpetuação de estruturas de poder hegemônicas, reforçando o domínio da Frelimo sobre o espaço público e restringindo a pluralidade necessária em sistemas democráticos. A televisão pública, ao invés de cumprir o seu papel como mediadora imparcial do debate eleitoral, atua como instrumento de legitimação do status quo político, colocando em risco a transparência e a equidade dos processos eleitorais.

Já no campo social, essa prática afeta diretamente o direito à informação dos cidadãos moçambicanos, especialmente em um contexto onde a televisão é o principal meio de comunicação para a maioria da população, incluindo grupos com baixos índices de alfabetização. Isso significa que a formação da opinião pública é moldada por uma narrativa dominante, que muitas vezes omite ou minimiza vozes dissonantes, enfraquecendo a capacidade crítica da sociedade civil e comprometendo o exercício da cidadania plena.

Além disso, a pesquisa evidencia que a histórica vinculação da TVM com o partido Frelimo, herdada do período de partido único e de influência marxista-leninista, ainda molda práticas jornalísticas contemporâneas, que resistem à imparcialidade editorial. Isso demonstra que, mesmo após a transição democrática formal iniciada nos anos 1990, persistem resquícios de um sistema de mídia controlado, que se reflete em padrões de cobertura enviesada durante momentos-chave como as eleições.

Portanto, do ponto de vista político-social, a pesquisa denuncia a necessidade urgente de reformas estruturais na comunicação pública moçambicana, que garantam a autonomia editorial, o pluralismo e o cumprimento efetivo da função democrática da mídia. Também aponta para a importância de fortalecer a sociedade civil e os órgãos reguladores independentes, de forma a assegurar que a cobertura jornalística não reforce desigualdades políticas, mas sim contribua para a consolidação da democracia no país.

REFERÊNCIAS

- AMADO, João. **Manual de investigação qualitativa na educação**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.
- ARTURI, Carlos S. Dossiê Transição Política. **Revista de Sociologia e Política**, n. 17, p. 7-10, nov. 2001.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa edições, 1977. Disponível em <https://disciplinas.usp.br>. Acesso em 19 abr. 2024.
- BECKER, Beatriz (2005). **A linguagem do telejornal: um estudo da cobertura dos 500 anos do Descobrimento do Brasil**. Rio de Janeiro: E-Papers Ed.
- BOLETIM DA REPÚBLICA. **Decreto Presidencial nº 72/83, de 29 de dezembro. Publicado em 29 de dezembro de 1983**. Disponível em <https://gazettes.africa>. Acesso em 29 abr. 2024.
- BRASIL. **Legislação Informatizada - Lei nº 2.550, de 25 de julho de 1955**. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2550-25-julho-1955-361095-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso 01 mai. 2024.
- BOURDIEU, Pierre. **Tudo sobre a televisão**. Oeiras: Celta Editora, 2001. ISBN 972-8027-74-4.
- BUGS, Geisa. **Tecnologias da informação e comunicação, sistemas de informação geográfica e a participação pública no planejamento urbano**. Rio Grande do Sul-Brasil, 2019.
- CAJAZEIRA, Paulo Eduardo; GOMES, José Jullian; BRINGEL, Pedro Andrade; PEREIRA, André Alves Rafael. **Os doze passos em telejornalismo**. Universidade Federal do Cariri: CEPEjor, 2015.
- CAMBOA. Ana Sofia de Castro. **A cobertura televisiva da campanha eleitoral para eleição do presidente da República, em Portugal: O destaque da TVI à campanha eleitoral para as eleições de 2011**. Universidade do Porto-Portugal, 2011.
- CAMILO, Marcio da Cruz. **Características do jornalismo declaratório em Cuiabá durante o período eleitoral: Uma análise do site MidiaNews**. Dissertação do mestrado. Cuiabá-MT, 2022. Disponível em <https://ppgcom.ufmg.com.br>. Acesso em 28 abr. 2024.
- CARDOSO, Márcia Regina; OLIVEIRA, Guilherme; GHELI, Kelma Gomes. Análise de conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.43, p.98-111/2021. Disponível em <https://revistas.fucamp.edu.br>. Acesso em 01 mai. 2024.
- CARVALHO, Guilherme; FIGUEIRA, João. Historiografia da censura à imprensa brasileira: tradição, permanência e particularidades. **Tempo**, Niterói-Rio de Janeiro-Brasil, v. 28, n. 3, 2022.
- CAU, Hilário Simões. **A Construção do Estado de Moçambique e as relações com o Brasil**. Porto Alegre, 2011.

CEC. **Análise da Cobertura Mediática: Eleições Autárquicas de 2013 – Moçambique**, Maputo, 21 de novembro de 2013.

Centro de Integridade Pública (CIP). **Resultados das eleições autárquicas de 2023: A Renamo ganhou 0, 4, ou 7 municípios?** Maputo, 2023. Disponível em <https://abrir.link/iriPf>. acesso em 26 ago. 2024

CHAVES, Mônica; MELO, Luísa. Educação midiática para notícias: histórico e mapeamento de iniciativas para combater a desinformação por meio da educação. **Mídia e Cotidiano**, Niterói, v. 13, n. 3, p. 62-82, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/38091>. Acesso em: 25 set. 2024.

CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES ECONÓMICAS DE MOÇAMBIQUE. Mais um empresário raptado no centro de Maputo. Disponível em <https://encurtador.com.br/V81Z1>. acesso em 07 dez. 2024.

CORTE, Marilene Gabriel Dalla; MOROSINI, Marília Costa; FELICETTI, Vera Lucia. Internacionalização da educação superior na perspectiva sul-sul: movimentos e contextos emergentes em tempos pandêmicos. **Revista Internacional de Educação Superior, Campinas, SP**, v. 8, n. 00, p. e022035, 2022. DOI: 10.20396/riesup.v8i00.8663797. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8663797>. Acesso em: 2 maio. 2024.

CRUZ, Matheus Felipe da. **O impacto das Fake News nas eleições**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

DEUTSCH WELLE. **Moçambique: CC dá vitória à RENAMO em quatro municípios**. Disponível em <https://encr.pw/e4m0w>. acesso em 21 nov. 2024.

EISA. Instituto Eleitoral para a Democracia Sustentável em África. **Formação de Voto e comportamento eleitoral dos Moçambicanos em 2004**. Maputo, 2005.

ESTATUTO DA TELEVISÃO DE MOÇAMBIQUE. Disponível em: <https://www.tv.mz>. Acesso em: 13 mar. 2024.

FATTORI, Marília. **Protestos e Manifestações: Redes Sociais X Mídias Tradicional**.

FERNANDO, C. T. As três (3) transformações históricas e políticas da Renamo e a causa interna da Guerra Civil em Moçambique. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 1-11, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3E9DhLe>. Acesso em: 23 mar. 2024.

FERREIRA, Petronilio Felipe Costa. **A terceira via a moda da casa: A cobertura dos Drops/Estadão nas eleições de 2022**. Ponta Grossa, 2022.

FIGUEIRA, João. **O essencial sobre a Imprensa Portuguesa (1974-2010)**. Angelus novus editora, Coimbra, Portugal, 2012.

FIGUEIRAS, Rita; RIBEIRO, Nelson. **O setor das mídias no espaço Lusófono (ORG)**. Universidade Católica: Lisboa-Portugal, 2019.

FIRMINO, Gregório. **A situação do português no contexto multilíngue de Moçambique**. FFLCH-USP, 2000.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, I. A; GARCIA, J. L. **A imprensa e a emergência do jornalismo no Moçambique monárquico**. Revista Brasileira de História da Mídia, Guarapuava, v. 3, n. 1, p. 115-123, 8 set. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3YG0j68>. Acesso em: 13 ago. 2023.

GABINFO – Gabinete de Informação. **Mapa de registo de órgãos de informação escrita**. Maputo: Gabinfo, 2015.

GRADIM, Anabela. **Manual de jornalismo Livro de Estilo do Urbi et Orbi**. Covilhã, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

HERSCOVITZ, H. **Análise de conteúdo em jornalismo**. In: Lago, C.; Benetti, M. (Org.). Metodologia de pesquisa em jornalismo. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 123-142.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. **Análise de conteúdo em Jornalismo**. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. **Metodologia de pesquisa em Jornalismo** (orgs.) - 2a edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. - (Coleção Fazer Jornalismo)

HESS, Stephen. **The presidential campaign: an essay**. Washington: The Brookings Institution, 1988.

HOHLFELDT, A.; GRABAUSKA, F. **Pioneiros da imprensa em Moçambique: João Albasini e seu irmão**. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 195–214, 2010. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/255>. Acesso em: 11 mar. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **Fluxo Populacional nas capitais provinciais**. Disponível em <https://www.ine.gov.mz/>. Acesso em 04 abr. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **Moçambique-projeções 2007 a 2040**. Disponível em <https://www.ine.gov.mz>. Acesso em 03 abr.2024.

INTERCAMPUS MOÇAMBIQUE. **Anuário 2011 de Audiências Diárias de Televisão, Rádio e Jornal**. Disponível em <http://www.intercampus.co.mz/noticias5.htm>. acesso em 29 abr. 2024.

JARDIM. Jorge. **MOÇAMBIQUE TERRA QUEIMADA. Intervenção**. Editorial Intervenção. Lisboa, 1976

JOANGUETE, Celestino. **Imprensa moçambicana: Do papel ao digital, teoria histórica e digitalização**. Centro de Estudos Interdisciplinares. Maputo, 2016.

JORNAL O PAÍS. **Taxa de emprego em Moçambique alcança 71,4% em 2022**. Disponível em <https://opais.co.mz/taxa-de-emprego-em-mocambique-alcanca-714-em-2022/>. Acesso em 10 dez. 2024.

KHAIINAUY. **Mapa de Moçambique e do continente Africano**. 2016. Disponível em https://br.freepik.com/vetores-premium/mapa-de-mocambique-na-africa-icone-mostrando-bandeiras-e-localizacao-de-mocambique_35755784.htm. Acesso em 11 de mar. 2024.

LAGE, Nilson. **Estrutura da Notícia**. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

LEITÃO, Carla. **A entrevista como instrumento de pesquisa científica em Informática na Educação: planejamento, execução e análise**. In: PIMENTEL, Mariano; SANTOS, Edméa. (Org.) Metodologia de pesquisa científica em Informática na Educação: abordagem qualitativa. Porto Alegre: SBC, 2021. (Série Metodologia de Pesquisa em Informática na Educação, v. 3) Disponível em: <https://metodologia.ceie-br.org/livro-3/>. Acesso em 20 abr. 2024.

LIVRO NA RUA. **Moçambique**. Thesaurus Editora. Brasília, 2011. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/95164821/792-livro-na-rua-mocambique>. Acesso em: 11 mar.2024.

LUÍS DE BRITO. Breve reflexões sobre autárquicas, eleições e democratização. Desafios para Moçambique 2013. IESE, 2016. Disponível em <https://abrir.link/exfjC>. acesso 19 jul. 2024.

MACAGNO, L. HARRY, West G. 2009. Kupilikula. O Poder e o Invisível em Mueda, Moçambique. Lisboa: imprensa de ciências sociais. 436 pp. Campos - Revista de Antropologia Social, Curitiba, v. 11, n. 1, p. 121-126, 30 jun. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3OHjO9W>. Acesso em: 21 mar. 2024.

MCQUAIL, Denis. **Teoria da comunicação de massas**, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

Manuel G. Mendes de Araújo. **Espaço Urbano Demograficamente Multifacetado: As cidades de Maputo e da Matola**, 2006.

MANZINI, Eduardo José. **Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada**. (In) Maria Cristina Marquezine, Maria Amélia Almeida, Sadao Omote (Orgs). Colóquios sobre pesquisas na educação especial. Londrina: Eduel, 2003, p. 11-25.

MASSINGUE, Maria Cremilda. **A imprensa, o Estado e a Democracia**. Promedia: Omaia Panachande. Maputo, 2000.

MCQUAIL, Denis. Teoria da comunicação de massas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

MENESES, M. P. **Silenciamentos de lutas em Moçambique: os jornais O africano / Brado Africano como espaços de reivindicação de cidadania**. Caligrama: Revista de Estudos Românicos, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 11, 29 abr. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3P6f3rS>. Acesso em: 21 abr. 2024.

MEYER, Thomas. **Media democracy: how the media colonize politics**. Cambridge: Polity, 2002.

MIGUEL, J. **Televisão e espaço público em Moçambique: o setor televisivo aberto**. 189 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/45AVFIL>. Acesso em: 8 fev. 2024.

MIGUEL, João. **Televisão e espaço público em Moçambique: o público e o privado**. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: Unisinos, 2003

MINDOSO, André Victor. **Os assimilados de Moçambique: Da situação colonial à experiência socialista**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2017.

MISA MOÇAMBIQUE. Relatório de monitoria da Cobertura dos Media das Eleições Gerais de 2019 em Moçambique. Maputo, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3OCiRiQ>. Acesso em 16 jul. 2024.

MOÇAMBIQUE. **Constituição da República de Moçambique**. Aprovada pela Assembleia da República em 02 de novembro de 1990. Maputo: Red de Seguridad y Defensa de América Latina, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3YMSR9s>. Acesso em: 11 mar. 2024.

MOÇAMBIQUE. **Definição dos princípios que regem a actividade da imprensa e estabelece os direitos e deveres dos seus funcionários. Lei nº 18/91, de 10 de agosto de 1991**. Maputo, 18, 1-22, 10 de agosto de 1991. Disponível em: <https://bit.ly/3YKOfAt>. Acesso em: 11 mar. 2024.

MUATIACALE, Leonilda Adelino Antonio. **Estratégias discursivas dos telejornais de Moçambique: análise crítica do Jornal Nacional e Jornal da Noite**. (Dissertação em comunicação e semiótica) 48 – PUC-SP, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp040429.pdf> Acesso em: 11 mar. 2024.

MULLER, Adauton Ezequiel; Silveira, Clarita Souza Baroni. Estudantes estrangeiros na educação superior e os desafios da permanência. **Conedu**. UFSM-Santa Maria, 2023.

NAMBURETE, Eduardo. **Desenvolvimento e crise do jornalismo em Moçambique**. In: HOHLFELDT, Antonio; MORAIS, Osvaldo J. de (Orgs.). *Perspectivas críticas da comunicação em Cabo Verde e Moçambique*. São Paulo: Intercom, 2014. p. 95-120.

NDAPASSOA, Antônio Miguel. **Entrevista com o professor Dr. Ndapassoa, um dos diretores da RM**. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=4DdqAmIecTI>. Acesso em 30 mar. 2024.

NGUNGA, Armindo; SITO, Bento. **Introdução à linguística bantu**. Maputo: Imprensa Universitária, 2004.

NHANALE, E. C. O sistema dos media e a política em Moçambique. *Revista Líbero*, [S.L.], v. 25, n. 50, p. 37-52, jan. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/45cVMui>. Acesso em: 21 mar. 2024

NHANALE, E.C. **O jornalismo e a democracia em Moçambique: a cobertura dos casos de corrupção nos jornais Domingo e Savana**. Tese de Doutorado, Barcelona: Espanha, 2017. Disponível em <https://www.tesisenred.net/handle/10803/456269>. Acesso em 29 abr. 2024.

NUVUNGA, Adriano. Tendências nas eleições municipais de 1998, 2003 e 2008. In: WEIMER, Bernhard (org.). **Moçambique: Descentralizar o Centralismo - Economia política, recursos e resultados**. Maputo: [IESE], 2012. p. [282- 29].

OLIVEIRA, Caroline Menezes; SPOLIDORO, Marcello Miranda Ferreira; SILVA, Mariana Lopes; GLAT, Rosana. **Entrevistas Remotas: a adaptação de metodologia de pesquisa nos tempos da Pandemia**. Conedu, 2022.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Em Moçambique, rádio é uma companhia de 75% da população.** 2019. Disponível em: Em Moçambique, rádio é companhia de 75% da população. Disponível em: <https://bit.ly/3YKHgrk>. Acesso em: 17 mar. 2024.

PORTUGAL. **A Constituição Política da República Portuguesa de 1933.** Aprovada em 1933 - 1974. Lisboa: Portugal. Disponível em <https://www.parlamento.pt> >. Acesso 29 abr. 2024.

RAMIREZ, Diego Garcia. **Atenção economia: A relação entre plataformas digitais e organizações de notícias.** Bogotá, Colombia, 2021.

RENATO, Miguel Basso; CHALUCUANE, Beatriz. **Lheísmo no Português de Moçambique (Lheism in the Portuguese of Mozambique)** - Estudos da Língua(gem). (UFSCar/Brasil, 2019).

RFI. **Português é o idioma oficial de Moçambique, mas 90% da população prefere outras línguas.** Disponível em <https://www.rfi.fr/br/%C3%A1frica/>. Acesso em 03 abr. 2024.

RIBEIRO, O.; FONSECA, D. da. Centros de reeducação em Moçambique (1975-1985): memórias, silêncios e discursos jornalísticos. Revista Lusófona de Estudos Culturais, Braga, v. 6, n. 1, p. 299–308, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3R4GZhh>. Acesso em: 21 mar. 2024.

ROCHA DA SILVA, Carolina. **As eleições e a democracia moçambicana.** Universidade Autónoma de Lisboa, 2016. Disponível em <https://abrir.link/SwBxm>. acesso em 19 jul. 2014

RTP. Raptos em Moçambique movimentaram pelo menos 30,5 ME desde 2014. Disponível em <https://abre.ai/k5sp>. acesso em 18 set. 2024

SAIDE, A. **A luta do Regime Fascista Português contra a “subversão” em Moçambique: o jornal ressurgimento, 1968-1973.** Revista Brasileira de História, [S.L.], v. 43, n. 93, p. 199-222, maio de 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3QGEtgS>. Acesso em: 21 mar. 2024.

SALGADO, Susana. Campanhas eleitorais e cobertura mediática: abordagens teóricas e contributos para a compreensão das interações entre política e media. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº9. Brasília, setembro - dezembro de 2012.

SANTOS, Ébida Rosa dos. **A propaganda eleitoral no rádio: aspectos históricos e legais.** Alcar Sul, Florianópolis, 2014.

SCHMIDT, Beatriz; PALAZZI, Ambra; PICCININI, César Augusto. **Entrevistas online: potencialidades e desafios para coleta de dados no contexto da pandemia de COVID-19.** Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social - REFACS [online], v. 8, n. 4, out. /dez. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/4bpluys>. Acesso em: 25 jan. 2024.

REZENDE. Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil.** São Paulo. Summus. 2000

SERRA, Carlos; HEDGES, David. **História de Moçambique (Vol. I e II): Primeiras sociedades sedentárias e impacto dos mercadores, 200/300 – 1885.** Livraria Universitária, Maputo, Moçambique, 2000.

SERRA, Carlos; HEDGES, David. **História de Moçambique: Primeiras sociedades sedentárias e impacto dos mercadores, 200/300 – 1885**. V. 1. Maputo, Moçambique: Livraria Universitária, 2000.

SERRANO, E. **Padrões Jornalísticos na Cobertura de Eleições**. *Media & Jornalismo*: 111-122, 2005.

SHOEMAKER, Pamela J.; REESE, Stephen. D. **Mediating the message, theories of influences on mass media content**. 2 ed. White Plains/NY: Longman, 1996.

SCHMITZ, Aldo António. **Fontes de notícias: acções e estratégias das fontes no jornalismo**. Editora Combook, Florianópolis, 2011.

SITOE JUNIOR, A. B. **A televisão e o soberano desconhecido em Moçambique: os efeitos de vigiar e punir os analistas**. *Veredas da História*, [s/l], v. 14, n. 1, p. 10-35, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rvh/article/view/51344>. Acesso em: 17 mar. 2024.

SILVA, Deborah Ramos; KERBAUY, Eleições 2018 e a forte influência das redes sociais. In: COSTA, Cristina; BLANCO, Patrícia (org.). **Liberdade de expressão: questões da atualidade**. São Paulo: ECA-USP, 2019, p. 125-143.

SILVA, Tarcízio. **Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e discriminação em código**. Salvador, 2019. Disponível em <https://lavits.org/wp-content/uploads/2019/12/Silva-2019-LAVITSS.pdf>. Acesso 30 jul. 2023.

SITOE, Bento. **Dicionário changana - português. Estão as línguas nacionais em perigo?** *Cadernos de Ciências Sociais*. Maputo: Escolar Editora, 2014, p. 37-75.

SOARES, Jéssica Ferraz Araujo. **Mídia e Política: A televisão como formadora de opinião, a cobertura do Jornal Nacional nas eleições presidenciais de 2014 e o Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita**. Brasília, 2015.

SOUZA, Jaciane. **Como é a língua portuguesa falada em Moçambique?** Maputo, 2020. Disponível em: <https://abrir.link/CTNXw>. Acesso em: 11 jan. 2025.

SOUZA, José Jullian Gomes. A memória do telejornalismo: Transformações tecnológicas e culturais do arquivamento, acesso e uso do arquivo de imagem na internet. v. 01 Edição 23, **Revista AlterJor**. São Paulo, 2021.

SUMICH, J. **Partido fuerte, ¿Estado débil?: Frelimo y la supervivencia estatal a través de la guerra civil en Mozambique**. *Revista Internacional de Sociología*, [S.l.], v. 37, n. 82, p. 13-29, abr. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/45Ccq6p>. Acesso em: 21 mar. 2024.

TELEVISÃO DE MOÇAMBIQUE. Disponível em <https://www.tvm.co.mz/>. acesso em 10 abr. 2024.

TSANDZANA, Dercio. **Juventude urbana e redes sociais em Moçambique: a participação política dos conectados desamparados**. 2018. Disponível: <https://journals.openedition.org/cs/602>. acesso 31 jul. 2024.

UCCLA, **Breve historial sobre Moçambique**. 1994. Disponível em: <https://www.uccla.pt/membro/ilha-de-mocambique>. Acesso em: 11 mar. 2024.

UNIÃO DAS CIDADES CAPITAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA. **A cidade de Maputo**, 2019. Disponível em <https://www.uccla.pt/membro/maputo>. Acesso em 04 abr. 2024.

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE. **Sessão de línguas bantu. línguas bantus: as nossas línguas**. Maputo, 2014.

VIZEU, Alfredo. **Decidindo o que é notícia: Os bastidores do telejornalismo**. Porto Alegre, Brasil. 2014.

APÊNDICE A - ENTREVISTA COM JORNALISTA 1

Entrevista com jornalista 1.

Data: 11 de novembro de 2024.

Horário: 16h no horário de Brasília.

Local: Plataforma-Whatsapp

Tempo de duração da entrevista: 26 min e 41

Pergunta 1: Fale-me de você como jornalista? O que te inspirou a se profissionalizar nesta área?

Resposta 1:

Bom... heee eu começaria por dizer que eu entrei no jornalismo em 2013, já estava a exercer o jornalismo. Eu entrei no jornalismo porque eu percebi na altura [falava de 2010-2012] que era uma das profissões nobres era uma das profissões interessantes, porque o que se quer no final do dia é comunicar ao povo para que este [referindo ao povo] heee... consiga ficar a saber daquilo que está sendo feito desde o nível do governo e até o nível do setor privado. Ou seja, é uma forma praticamente de fiscalização o exercício do poder pelo menos no nosso país, por isso quis entrar para o jornalismo e até hoje continuo a exercer a profissão jornalística.

Pergunta 2: Desde que você começou a sua carreira no jornalismo. Qual é desses momentos que te marcou mais como jornalista?

Resposta 2: Como jornalista tive vários momentos marcantes, no entanto o mais sensível foi quando fui ao distrito de Manica reportar um acidente aéreo que teria ocorrido nas Montanhas de Machipanda, próximo ao Zimbábue. Foi um acidente trágico que vitimou uma equipe da Cornelder, havia heeee tantos corpos praticamente desfeitos, Era sabe como se fosse filme do Terror... e era difícil reconhecer os corpos das vítimas, aquela situação me marcou muito como profissional. Ah, o outro momento foi em 2023 quando tive oportunidade em dezembro de participar uma cobertura da repetição das eleições em Marromeu. Sabe quando cheguei em Marromeu percebi que já tinha um esquema montado [Ele está se referindo a atividades que não abonam um estado democrático] mas irmão fui forte e como jornalista tinha que me abster de todos esses processos e seguir com o trabalho, o que conhecendo o meu país [referia se a existência uma situação que você é obrigado a entrar em esquemas de fraudes ou sofre consequências] deu muito medo e talvez ser retalhado por ser indiferente ou não aceitar os esquemas. Por conta dessa indiferença, no dia seguinte comecei a receber chamadas ou ligações estranhas a tentar ameaçar mais porque nós estávamos ali comprometidos com a verdade, acabamos reportando tudo que era para cobrir, aquilo que os moçambicanos esperavam com relação à repetição das eleições no município de Marromeu.

Pergunta 3: Você se lembra do seu primeiro texto publicado?

Resposta 3: ...Eu lembro do meu primeiro texto foi na rádio comunitária na altura, o meu texto falava cerca da construção de duas salas de aulas num posto administrativo [posto administrativo refere se a unidades administrativas do governo local que tem uma caracterização abaixo de um distrito], haaa e acredito que na altura não podia meter voz por questões mesmo de regras internas que existiam naquela instituição ou o meu texto foi lido pelo apresentador do noticiário no referido dia e eu de noite, eu acompanhei meu nome sendo citado... Ah, o apresentador do jornal disse, olha esta matéria foi produzida pelo Nelson Benjamin, acredita que naquela noite não dormi porque eu percebi que era a minha aceitação para o Jornalismo, a partir desse momento, meus textos foram já eram publicados com a minha voz subsequentemente...

Pergunta 4: Há quanto tempo é funcionário da Televisão de Moçambique? E durante esse tempo quantas eleições você cobriu?

Resposta 4: Eu estou na Televisão de Moçambique a praticamente nove anos, eu ingressei para 2016. E as eleições municipais de 2023 não são as minhas primeiras eleições a fazer cobertura. Já havia feito a cobertura das eleições gerais de 2014 na altura eu trabalhava no Instituto de Comunicação Social (ICS), um órgão de comunicação gestado pelo Estado Moçambicano. Já na TVM tive a oportunidade de cobrir as eleições municipais de 2018 e as gerais de 2019, 5 anos depois voltei a cobrir as eleições municipais de 2023 e as gerais de 2024, que por sinal aguardam ainda pela proclamação dos resultados pelo Conselho Constitucional.

Pergunta 5: Qual é o ambiente de trabalho na TVM?

Resposta 5: Bem a Televisão de Moçambique é uma empresa muito interessante, eu acho que se calhar é das poucas empresas com engrenagem profissional muito mais sólidos. Olha não conheço na plenitude a realidade muita dos outros veículos de comunicação, mas eu tenho um pouco de noção sobre, então a TVM é a TV com muita liberdade é um canal em que respeita as vontades trabalho é um canal em que não há interferência, acredite que durante as planificações dos conteúdos na TVM, as pessoas sabem que a TVM é um dos canais que tenta a todo custo trazer a verdade. Em relação à convivência com os colegas não há nenhuma queixa se quer, se eu e meu colega durante a cobertura das eleições tivermos ou houverem falhas profissionais, assumimos a culpa e seguimos em frente então existe uma convivência harmoniosa, saudável e sem interferência dos superiores. Na TV já tive a oportunidade de coordenar as outras províncias em alguns momentos.

Pergunta 6: Como é feita a distribuição de pauta durante essas coberturas eleitorais aí na Televisão de Moçambique?

Resposta 6: Bem! As pautas são feitas em cada província principalmente em relação às coberturas eleitorais, em alguns casos a sede só pensa em como abordar os casos. Como disse antes não existe interferência com o que devemos ou temos que cobrir, então nós é que decidimos o que devemos levar aos espectadores da Província. Enfim não existe uma pauta

necessariamente desenhada pelo comando central em Maputo e enviada para as províncias, mas nós junto com o nosso delegado é que desenhamos aquilo que pretendemos levar aos espectadores e enviamos ao chefe de redação na capital do país e ele apenas chancela e às vezes pode sugerir algum ângulo de abordagem ou ajustar a linha editorial é só isso, o que ajuda a acabar com as burocracias. Eu entendo que o jornalismo não funciona com as burocracias devido ao tempo em que as redações determinam. Então acho que é uma das melhores formas de trabalhar.

Pergunta 7: Você mencionou que faz coberturas eleitorais desde 2014, então será que houve alguma adaptação se comparado aquelas eleições com as municipais de 2023?

Resposta 7: Bem Mano! Eh, o processo eleitoral em particular, ele difere-se de todo qualquer tipo de atividade de cobertura jornalística. É um momento particular em que o jornalismo empresta a sua utilidade à democracia, ao direito das pessoas escolherem os seus dirigentes. Eu entendo que cada processo eleitoral tem sempre suas nuances, eu sempre tenho dito que os processos eleitorais nunca são os mesmos tendo em conta também que a lei eleitoral passa sempre por uma revisão. Veja que nas coberturas eleitorais de 2023, a lei não permitia que os jornalistas fizessem a cobertura durante a contagem dos votos, e o que isso fez? heeee limitou toda atividade jornalística na cobertura do processo de contagem de votos, entendes?... Felizmente, a última revisão eleitoral voltou a dar o aval, ou seja, permitir a presença dos jornalistas nas mesas e contagem de votos.

Pergunta 8: Como vocês sabiam a hora e o local (bairro) onde o candidato faria sua campanha? Vocês recebiam algum cronograma das atividades eleitorais de cada partido?

Resposta 8: O que posso dizer é que foi um processo bastante difícil, “ok” porque não estivemos longas horas de trabalho e vivemos dias sem descanso para começar os partidos políticos que eram tantos. Ah, ah, pelo menos dessa vez estamos a falar de mais de 30 formações políticas e concorreram às eleições a nível de todo país e cada um queria ter esse direito esse privilégio de vender aquilo que o seu produto ou a sua mensagem. [Silêncio] então irmão falando de forma geral a nossa emissora [Referindo a TVM] não tem números suficientes para cobrir todos 64 municípios, algumas equipes tiveram que cobrir mais de um município da mesma província, ehh, era “maningue puxado”, nós tivemos que cobrir a capital Matola e os municípios vizinhos, então isso acabava por comprometer muito as nossas agendas. Imagina cobrir dois municípios em que cada um tem pelo menos 5 ou 6 partidos querendo transmitir o seu manifesto no mesmo horário, aí nós tínhamos que selecionar e priorizar os partidos com representação na Assembleia da República (Congresso) como a Frelimo, MDM e Renamo. Então, no geral foi muito difícil, eh Ah, por isso que mesmo privilegiando esses partidos com assentos parlamentares, em alguns casos não conseguimos cobrir todos partidos ainda que quiséssemos. Há casos em que os partidos marcavam sair das suas sedes para um bairro onde iriam fazer campanha, mas chegado o momento, falávamos e eles diziam que alteraram o horário, isso muitas vezes comprometia o nosso trabalho e também o fecho de *deadline*. Por conta disso alguns partidos não teriam seus conteúdos publicados naquele dia. Respondendo a

sua pergunta, não, não recebíamos nenhum cronograma antecipado com horários e locais para fazer cobertura pelos partidos político, isso nos criou uma situação em que tínhamos que ligar para os ditos Chefes de Brigadas (gerenciam a comunicação dentro dos partidos políticos) para saber onde e que horas o candidato do partido X ou Y estaria para fazer a cobertura. Era um trabalho desgastante porque em alguns casos esses chefes da brigada nem atendiam as chamadas principalmente os da oposição porque como você sabe criou-se aqui no país a ideia de que a TVM é do partido Frelimo. E os que forneciam, eh, geralmente era no período da manhã e isso comprometia a cobertura de outros partidos políticos por que tencionávamos dormir já com agendas claras do que íamos fazer no dia seguinte. Eh... então essa falta de agenda claras para e antecipadas pelos partidos políticos também representa uma fragilidade desses grupos políticos pois transmitiam a ideia de que improvisavam as suas agendas. Esse cenário mudava nos dias de votação, cada candidato votava uma hora antes ou depois do outro candidato, isso dava nos tempos de ir a cada mesa de votação e fazer a cobertura de todos, tendo em conta que os candidatos não votam no mesmo círculo eleitoral.

Pergunta 9: Sobre privilegiar os partidos com assentos parlamentares, na minha análise, destaquei que a Frelimo, apareceu mais vezes em comparação com a Renamo e o MDM, tem algo a dizer sobre isso?

Resposta 9: Olha! heee [demorou responder por 7 segundos], as coberturas que nós fizemos aqui na Matola, foram totalmente imparciais, fizemos de tudo para poder trazer todos partidos, “okay?” Isto quer dizer que, até os partidos extra-parlamentares [Partidos sem assento no parlamento] como a Nova Democracia (ND) e outros como já disse antes, mas se o partido não colabora, não partilha agendas com antecedência, fica difícil fazer cobertura desses partidos. Outra coisa que ajudou muito talvez a Frelimo é que o partido era organizado, não alteravam os seus horários que marcavam para sair da sua sede e fazer as campanhas, ajudavam com transportes em casos extremos então, “entendes?” havia um ambiente minimamente saudável para se trabalhar, ainda que não fosse todo de bom.

Pergunta 10: Quais foram as principais dificuldades que enfrentaram durante a cobertura das eleições? Até que ponto essas dificuldades influenciaram no processo da cobertura eleitoral?

Resposta 10: A maior dificuldade que tivemos foi a alteração de horário de trabalho e o transporte. heee como você sabe, equipes de dois profissionais [se referia ao repórter e operador de câmara] cobrirem diversos partidos políticos e em diferentes lugares não é fácil. “entende?” E em alguns casos eu tinha que ser o motorista, além de outras heee funções né... ou seja atribuições que eu tinha que exercer fora da produção dos conteúdos eleitorais. Me lembro que durante a campanha, tivemos falta de combustível para seguir com a cobertura depois de cobrir a Frelimo e a Renamo e a Nova Democracia, tivemos que deixar o carro e pedir carona. Imagina só, com material de trabalho em espaço apertado a seguir uma caravana do candidato do MDM, não foi fácil, chegamos no local esgotados e sujos, ainda bem que é moçambicano, você sabe a

qualidade das nossas estradas né [rindo]. Chegamos lá empoeirados [Rindo de novo] outro problema era que os partidos diziam que entrariam no terreno (Local onde vai decorrer a campanha) às 09 horas e entravam antes ou depois, não compriam assim com seus horários, isso desprogramava a nossa equipe.

Pergunta 11: Normalmente quantos profissionais estavam envolvidos nas coberturas eleitorais? E com esse número conseguiam cobrir eventos de todos candidatos e partidos?

Resposta 11: Bom! Normalmente trabalhamos em duas pessoas, estamos a falar do jornalista operador de câmara e em algum momento jornalista tinha que ser o condutor. Ah. Ah, também ser editor de vídeo e motorista isso pressionava-nos ainda mais, imagina que tu tens que conduzir, tu tens editar a matéria, tu tens que reportar os fatos e no final enviar para o Diário da Campanha Eleitoral, na sede, então era muito complicado, mas sempre fazíamos questão de não excluir pelo menos nenhum candidato na legislação atual chamamos de cabeça de lista [termo usado para designar candidatos em processos eleitorais dos municípios], mas era um esforço tremendo nós chegamos à casa, praticamente super cansados ou Ahhh, não podíamos fazer quase mais nada porque só tínhamos que descansar a pensar no dia seguinte como se não bastasse até os nossos dias de folga, a gente pensa já não existiam [chamada interrompida porque o entrevistado estava recebendo uma chamada]. Quando voltou a conexão, pediu desculpas e apresentou a justificativa de que está recebendo uma chamada e continuou... Olha que nós tínhamos que estar sempre no terreno sempre para trabalhar e tínhamos pouco tempo para falar com a família e muito tempo a servir a comunidade. É lógico que não vamos aqui dizer que conseguimos cobrir todos partidos, mas fazíamos esforço para tal.

Pergunta 12: No seu entender qual deve ser a duração ideal do conteúdo produzido por partido durante a campanha eleitoral das sexta eleições?

Resposta 12: Tá a empresa [se referindo a TVM] estabeleceu 1 minuto e 30 segundos que não podia ser extrapolado. Em princípio esse tempo devia ser regular para todos os partidos políticos. Mas é claro que em alguns casos eh, principalmente no partido vermelho [denominação popular da Frelimo] onde as suas campanhas exigiam muito mais tempo pelo maior número de fontes, pediamos autorização a sede [referindo a capital, Maputo] para esticar mais um pouco do tempo e assim conseguir enquadrar todas as fontes. Nessa questão para outros partidos era um pouco difícil, o editor-chefe às vezes não permite esticar o tempo e dizia que televisão é tempo (Rindo) tínhamos de cortar algumas fontes e deixar o conteúdo dentro de 1,30 segundos. Heee...não vou me alongar muito sobre esse assunto.

Pergunta 13: Como vocês decidiam qual fonte entrevistar? Na minha análise, observei que a cobertura de um determinado grupo aconteceu enquanto o candidato estava em outra região da cidade fazendo campanha. Poderiam explicar como essa escolha foi feita e quais fatores influenciaram a seleção da fonte?

Resposta 13: Bem, ah... nós sempre fazíamos a questão de procurar as figuras de destaque [Uma referência à candidatos e membros seniores dos partidos] e os partidos políticos e que nos indicavam qual brigada [estruturas ou grupos organizados dentro dos partidos que organizavam os comícios, caravanas e encontros] seguir em que eles acreditava que lá existia uma pessoa capaz de mobilizar os eleitores... heee olha que nós não íamos entrevistar, mas sim captar as reações dos eleitores e os pronunciamentos dos que faziam parte da brigada ou dos candidatos. É verdade que em alguns casos devidos as agendas apertadas, os candidatos marcavam um horário para fazer a campanha e nos pela questão de prioridades a outros partidos que não preciso aqui falar os nome [referindo a recomendação de que antes de cobrir qualquer partido, tem que sempre começar com a Frelimo] e estou ciente de que você sabe disso, eh, então perdíamos a campanha de alguns candidatos e para podermos equilibrar aí entrávamos em contato com alguma brigada daquele partido que ainda estivesse no terreno a fazer campanha. Então acredito que é por isso que em alguns casos aparecem membros dos partidos e não candidatos.

Pergunta 14: Apenas para esclarecer e encerrarmos a entrevista. Porque essa prioridade era só para o partido Frelimo? Digo isso porque os candidatos do partido Frelimo aparecem em todos conteúdos divulgados pela TVM?

Resposta 14: “Começou rindo”... olha Damião, eh você tem a resposta dessa pergunta, mas o que posso te dizer é que nós tentamos cobrir todos candidatos.

APÊNDICE B - ENTREVISTA COM JORNALISTA 2

Entrevista com jornalista 2.

Data: 15 de novembro de 2024.

Horário: 13h no horário de Brasília.

Local: Plataforma-WhatsApp

Tempo de duração da entrevista: 30 e 4 segundos.

Pergunta 1: Fale-me de você como jornalista? O que te inspirou a se profissionalizar nesta área?

Resposta 1: [Rindo] ... sabe se eu te contar, vai até achar como se fosse uma piada. Eu sempre gostei de assistir televisão, não só TV assim como filmes. E não conseguia me enquadrar no que via nos filmes e na televisão, não conseguia ver ninguém que conhecia, pelo menos da minha região que aparecesse na tela que eu não desgrudava na época. Então esta foi a inspiração que tive para poder entrar no mundo da comunicação para poder mostrar aos outros como eu da infância para que se identifique por talvez me ver na televisão. Em 2007 foi o ano em que comecei a exercer o jornalismo, começando mesmo nos veículos radiofônicos no distrito de Angoche em Nampula. Então por conta disso, em 2014 ingressei na Escola de Jornalismo para me profissionalizar, e hoje estou a trabalhar com TV a mais de 10 anos.

Pergunta 2: Desde que você começou a sua carreira no jornalismo. Qual é desses momentos que te marcou mais como jornalista?

Resposta 2: O momento que mais me marcou como jornalista foi quando consegui ir à Alemanha fazer coberturas num contexto em que acompanhamos a visita do presidente Filipe Nyusi àquele país. Durante a nossa estadia por lá que foi de 3 dias consegui ir a Bona em Deutsche Welle. Então aquela experiência ajudou muito na maneira como fazemos coberturas, tive que implementar algumas coisas que acabei aprendendo por lá. Então o meu momento mais alto, ou seja, de pico na minha carreira como profissional de comunicação foi estar com colegas jornalistas de vários órgãos alemães e de outras nacionalidades.

Pergunta 3: Você se lembra do seu primeiro texto publicado?

Resposta 3: Não me lembro, é que já estou na profissão desde 2007 então, não posso mentir aqui, não me lembro do primeiro texto que publiquei.

Pergunta 4: Há quanto tempo é funcionário da Televisão de Moçambique? E durante esse tempo quantas eleições você cobriu?

Resposta 4: Sim, as primeiras eleições que eu cobri foram as autárquicas (Também chamadas de eleições municipais) em 2013, depois as seguintes eleições que foram as gerais de 2014 não consegui cobrir porque nesta altura não estava atuando profissionalmente porque eu estava na Universidade. Portanto, volto a cobrir outras eleições autárquicas, isto em 2018 e já que as autárquicas antecedem as gerais, acabei cobrindo igualmente as gerais de 2019, as autárquicas de 2023 e as gerais deste ano de 2024.

Pergunta 5: Qual é o ambiente de trabalho na TVM?

Resposta 5: É assim, a Televisão de Moçambique é a nossa maior TV em termos abrangência e estrutura, e quando tens uma estrutura como a TVM claro que há desafios, algumas pessoas e outros profissionais, mas dos veículos em que eu trabalhei, me sinto muito bem trabalhando na TVM. Veja só que como jornalista em épocas eleitorais tanto nas eleições de 2023 e como as deste ano, eu assumo o papel de líder da equipa na região onde fomos designados para fazer a cobertura. Eu igualmente assumo o papel de motorista e administrativo, já que muitas vezes ficamos um mês ou 45 dias fora fazendo a cobertura eleitoral. Acabo por representar a instituição localmente. Ainda com todas essas responsabilidades, nós é que decidimos sem interferência do pessoal de Maputo (Ele fala do editor chefe da TVM, responsável pelas pautas a nível nacional) sobre qual candidato começar a fazer cobertura e sobre isso nós sempre priorizamos o partido que estiver mais organizado e com agendas muito bem apresentadas. Desculpe falar muito, mas posso dizer de forma resumida que o ambiente de trabalho é muito profissional mesmo em épocas eleitorais.

Pergunta 6: Como é feita a distribuição de pauta durante essas coberturas eleitorais aí na Televisão de Moçambique?

Resposta 6: Como eu já disse eu assumo o papel de líder da equipa durante essas coberturas então 90% das pautas são responsabilidade minha. Ou seja, isso acontece da seguinte forma, todos os dias 07:30 temos tido de forma virtual no editorial do Whatsapp a apresentação de pautas que basicamente tem sido onde o candidato da Frelimo começa a campanha hoje? Que horas a Renamo sai para o terreno (terreno é a denominação do local em que se vai trabalhar)? e será que o MDM não recebe nenhuma brigada central do partido em reforço a campanha? Essas perguntas elas não são feitas de forma direta, você é que apresenta no grupo em forma de propostas. Mas que tenha essas informações e as apresente na “hora da Pauta” tem que ligar para a equipa de comunicação de cada candidato para obter essas informações e apresentá-las ao chefe de redação e aos demais colegas presentes no grupo. Então a iniciativa de sugestão de como prosseguir com as coberturas eleitorais parte de nós e o chefe de redação às vezes sugere.

Pergunta 7: Então nunca houve alguma sugestão por parte do chefe de redação para priorizar algum partido ou candidato?

Resposta 7: Olha vou te falar uma coisa, mas por que me garantiu sigilo e você sabe muito bem como o nosso país é então reforço mais uma vez a ideia de sigilo pelo fato da informação que

vou te revelar aqui. Nunca houve nada direto no sentido de “não pode cobrir aquele partido” ou “priorizem o candidato X ou Y”. Mas ainda assim, teve ou existiu aquela situação em que apresentávamos a pauta onde a Renamo ou outro partido da oposição tinham uma agenda que antecedia a do partido no poder, você sabe de que partido me refiro, e o chefe de redação sugerir que deveríamos cobrir o partido Frelimo antes dos outros que só podiam fazer campanha no período da tarde porque estavam a espera de um membro do comitê nacional do partido que vinha da capital do país para reforçar a campanha naquela região. Isto sobrecarregava muito o nosso trabalho porque no período de 5 horas tínhamos que cobrir tantos partidos e alguns acabavam ficando de fora pela questão do deadline. Portanto tínhamos uma situação em que um partido da oposição agendou a sua campanha para o período da manhã, mas devíamos cobrir um outro partido e só assim podia-se seguir para outros partidos.

Pergunta 8: Quais foram as principais dificuldades que enfrentaram durante a cobertura das eleições? Até que ponto essas dificuldades influenciaram no processo da cobertura eleitoral?

Resposta 8: Tudo bem eh, o processo eleitoral em particular se difere de todo e qualquer tipo de atividade de cobertura jornalística, é um momento particular em que o jornalismo empresta a sua utilidade à democracia o direito das pessoas escolherem os seus dirigentes. Então cada praça eleitoral tem sua especificidade, no caso particular das eleições de 2023, a cidade de Nampula estava recebendo algumas pessoas que fugiam dos ataques terroristas na vizinha província de Cabo Delgado. Então era importante que nós focássemos também nessa questão, sobre como Nampula como município enfrenta a problemática do deslocamento população, não é? Daí tínhamos que nos esforçar para trazer este lado da cobertura eleitoral. Portanto foi um desafio muito grande além também talvez acho que é o maior desafio o transporte e as tarefas adicionais do repórter. Então sobrecarrega o trabalho. Outro desafio que poderia talvez avançar aqui é o fenômeno que tem se registrado nas últimas eleições em Moçambique. Se antes tínhamos processos eleitorais muito mais pacífico, hoje as eleições tendem a serem marcadas por ações de muita violência, isso por que existem hoje em Moçambique uma camada populacional que acredita que o contexto histórico não pode pesar mais do que tem que aquilo que é a atualidade ou seja os eleitores jovens acreditam que por ser a Frelimo que libertou o país não deve sempre estar na posição de dominante, pois precisa se criar mais estabilidade social como emprego, qualidade educacional e melhores condições de vida. Então isso aliado à não confiança das instituições que gerem eleições em Moçambique acaba criando um confronto entre essa camada juvenil e as autoridades. Portanto nessa situação o jornalista é quem deve reportar essas situações acabando assim por enfrentar situações de insegurança, o que piora muito pela falta de respeito por parte das autoridades.

Pergunta 9: Você mencionou que faz coberturas eleitorais desde 2013, então será que houve alguma adaptação se comparado aquelas eleições com as municipais de 2023?

Resposta 9: Não encontro nenhum dado inovador no processo de cobertura eleitoral.

Pergunta 10: No seu entender qual deve ser a duração ideal do conteúdo produzido por partido durante a campanha eleitoral das sextas eleições?

Resposta 10: Existe o tempo permitido pela TVM que é de 1 minuto e 30 segundo para cada formação política apresentar seu manifesto eleitoral através das câmeras da Televisão de Moçambique, o que significa que cada conteúdo independente de qual partidos deve ter esse tempo. Mas na prática as coisas não acontecem desse jeito, pois em alguns partidos com esse tempo não é possível enquadrar todos os envolvidos. Nesses casos nós tínhamos que pedir mais alguns segundos ou minutos ao chefe de redação para poder enquadrar toda peça noticiosa e assim também fazer sentido né? E que se for a enquadrar 3 fontes de um dado partido em um minuto, você acaba cortando muito o que eles dizem e fica sem sentido e isso às vezes nos cria muitos problemas. Por que os candidatos acabam por nos acusar de ser parciais por que ele só falou 10-15 segundo na notícia.

Pergunta 11: Falou aqui de momentos em que precisa pedir autorização para alongar o conteúdo, mas na minha análise encontrei mais conteúdos com acima de 2 minutos e 30 segundos para o partido do MDM e Frelimo, pode falar sobre isso, o que houve?

Resposta 11: Olha eh aqui em Nampula houve um esforço para que isso não acontecesse, mas eu acho que o que está por detrás disso pode ser o reforço que o partido Frelimo recebia do pessoal sênior do partido que vinha reforçar a campanha por aqui já que a Frelimo não ganhava eleições aqui na cidade de Nampula a décadas, então fazia todos espetáculo possível que muitas vezes vinha cantores da capital para animar a campanha do seu candidato além de membro e deputados do partido. Então era preciso enquadrar todos em um único conteúdo eleitoral, aliás, tenho que te falar que não é permitido mais de dois conteúdos do mesmo partido, daí fazíamos esforço para em poucos minutos colocar três a quatro fontes no mesmo conteúdo.

Pergunta 12: Como vocês decidiam qual fonte entrevistar? Na minha análise, observei que a cobertura de um determinado grupo aconteceu enquanto o candidato estava em outra região da cidade fazendo campanha. Poderiam explicar como essa escolha foi feita e quais fatores influenciaram a seleção da fonte?

Resposta 12: Antes de mais, nos baseavamos nos discursos do candidato. E não entrevista. O que o candidato dizia para o seu eleitorado era isso que captávamos, editávamos e difundíamos este era o nosso foco e não a componente entrevista, pois não era dada nenhuma questão ao candidato ou quem quer que fosse a falar em nome dos partidos ou do candidato. Entretanto, se encontrou casos em que passa um membro do partido a falar e não o candidato, provavelmente deve se pela questão de má comunicação que tivéssemos com os que organizavam essas campanhas dentro dos partidos, porque eles é quem nos informava dos atores políticos que estavam no terreno e nós seguíamos sem se importar quem encontrássemos por lá. Mas se entendi a sua pergunta, você quer saber se nós entrevistamos

mais candidatos de um partido em relação a outros partidos, certo? Olha Damião, conheces a realidade moçambicana e sabes como funciona a TVM, e voltamos mais uma vez para aquela situação de que falamos, não existem ordens diretas da direção nacional da TVM sobre qual candidato priorizar, mas se você sabe e está entender o que estou a falar então prontos, não posso afirmar nada mas tenho a certeza que você entendeu.

ANEXO A - TABELA GERAL DE DADOS

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M		
8	CIDADE		PARTIDO		CANDIDATO		EDITORIA		FAIXA/TEMPO		TIPO (s)		LÍNGUA		
9	1 - Maputo		1 - Frelimo		1 - Raaque Manhique		1 - Governação inclusiva		1 - Entre 1 e 30s		1 - Reportagem		1 - Português		
10	2 - Nampula		2 - Renamo		2 - Venancio Mondlane		2 - Transporte		2 - Entre 2 min		2 - Pequena Reportagem		2 - Changana		
11	3 - Matola		3 - MDM		3 - Augusto Nhazo		4 - Saúde/ Educação		3 - Entre 2 a 30s		3 - Noticia		3 - Enakwa		
12					4 - Luis Guquiria		5 - Saneamento				5 - Outro formato c/ pers.				
13					5 - Paulo Vahale		6 - Mudanças								
14	ORDEM	DATA	INFORMAÇÕES SOBRE O NOTICIÁRIO										FONTES CO		
15	DA/MÊS		CIDADE	PARTIDO		CANDIDATO		TEMA	FAIXA/TEMPO	GENÉRIO	LÍNGUA	GERADOR DE CARACTERES	QUANTIDADE/FONTES	FONTE 1	FONTE 2
23	8	7-out.	Matola	Renamo		António Muchanga		Emprego	2	Noticia	Changana	Renamo promete emprego e estradas novas	1		
26	11	1-out.	Maputo	Renamo		venancio Mondlane		Infra-estruturas	2	Noticia	Changana	A Renamo promete melhorar sistema de escoamento de Agua	1	1	
27	12	1-out.	Maputo	MDM		Augusto Nhazo		Transporte	3	Noticia	Changana	MDM distribui panfleto e explica a sua posição no Boletim de Voto	3		2
29	15	1-out.	Nampula	MDM		Carlos Saide		Infra-estruturas	2	Noticia	Enakwa	MDM promete construir melhores mercados e Escolas	2	1	1
30	16	1-out.	Matola	Frelimo		Júlio Parruque		Outras	2	Noticia	Changana	Frelimo explica sua posição no Boletim de Voto	3	1	1
31	17	1-out.	Matola	Renamo		António Muchanga		Infra-estruturas	2	Noticia	Changana	Renamo promete melhoria de condições de acesso	1		1
33	19	3-out.	Maputo	Frelimo		Raaque Manhique		Infra-estruturas	3	Pequena Reportagem	Changana	Frelimo promete ambulância, ponte, e Barco aos ilheus de Kenyaka	1	1	
34	19	3-out.	Maputo	Renamo		Venancio Mondlane		Educação/Emprego	2	Noticia	Changana	Renamo promete escola de gestão de hotelaria e turismo	1		
38	23	3-out.	Nampula	MDM		Carlos Saide		Infra-estruturas	1	Noticia	Enakwa	MDM promete melhorar condicoes de mercado	1	1	
39	24	3-out.	Matola	Frelimo		Júlio Parruque		Transporte	2	Noticia	Changana	Candidato da Frelimo na Matola pede voto aos comerciantes do mercado T3	3	1	
40	25	3-out.	Matola	Renamo		António Muchanga		Saneamento	2	Noticia	Changana	Renamo Promete juntar a PRIM e a polícia Municipal no combate a furtos	1		1
46	31	4-out.	Nampula	Renamo		Paulo Vahale		Infra-estruturas	1	Noticia	Enakwa	Renamo promete mudanças e bem estar social	1		1
49	34	4-out.	Matola	Renamo		António Muchanga		Educação/Emprego	1	Noticia	Changana	Renamo promete mais emprego	1		
50	35	4-out.	Matola	MDM		Augusto Petembe		Transporte	1	Noticia	Changana	MDM promete construir mais estradas	1	1	
52	37	5-out.	Maputo	Renamo		Venancio Mondlane		Mudanças	2	Noticia	Changana	Ossufo Momade desencoraja actos de violencia	1		1
55	40	5-out.	Nampula	Renamo		Paulo Vahale		Infra-estruturas	2	Noticia	Enakwa	Cabeça de lista da Renamo foi pedir voto no bairro de Namitopo	1		

134

	H	I	J	K	L	M	N	FONTE
8	Reportagem	LÍNGUA						1 - Candidato
9	Pequena Reportagem	1 - Português						2 - Membros do Partido
10	Notícia	2 - Changaana						3 - Cidadão Comum
11	Outro formato c/ pers.	3 - Emakwa						
12								
13								

14	NOTICIÁRIO							FONTES CONSULTADAS		
15	GENERO	LÍNGUA	GERADOR DE CARACTERES	QUANTIDADE/FONTES	FONTE 1	FONTE 2	FONTE 3			
23	Notícia	Changana	Renamo promete emprego e estradas novas	1				1		
26	Notícia	Changana	A Renamo promete melhorar sistema de escoamento de Agua	1	1					
27	Notícia	Changana	MDM distribui panfleto e explica a sua posição no Boletim de Voto	3		2		1		
29	Notícia	Emakwa	MDM promete construir melhores mercados e Escolas	2	1	1				
30	Notícia	Changana	Frelimo explica sua posição no Boletim de Voto	3	1	1		1		
31	Notícia	Changana	Renamo promete melhoria de condições de acesso	1		1				
33	Pequena Reportagem	Changana	Frelimo promete ambulância, ponte, e Barco aos ilheus de Kenya	1	1					

56	41	5-out.	Nampula	MDM	Carlos Saide	Mudanças	1	Notícia	Enakva	MDM promete melhorar condições de vida dos municípios	1	
58	43	5-out.	Matola	Renamo	António Muchanga	Mudanças	1	Notícia	Changana	Renamo promete melhores condições de vida	1	
64	49	6-out.	Nampula	Renamo	Paulo Vahle	Saneamento	1	Notícia	Enakva	Renamo Promete melhorar o saneamento nos mercados	1	1
65	50	6-out.	Nampula	MDM	Carlos Saide	Mudanças	1	Notícia	Enakva	MDM Promete mudança caso vença as eleições	1	
67	52	6-out.	Matola	Renamo	António Muchanga	Iniciativas Juvenis	2	Notícia	Enakva	Renamo promete atender as necessidades dos jovens da Matola	1	1
72	59	8-out.	Nampula	MDM	Carlos Saide	Mudanças	2	Notícia	Enakva	MDM promete mudanças e mais Escolas	1	1
80	69	2-out.	Matola	Frelimo	Júlio Parruque	Transporte	3	Notícia	Changana	Frelimo tem parceiros estratégico para o Desenvolvimento	3	1
87	76	27-set.	Nampula	Renamo	Paulo Vahle	Segurança	2	Notícia	Enakva	Renamo promete melhorar a segurança em Namitogo	1	1
93	83	28-set.	Maputo	MDM	Augusto Mlazo	Transporte	2	Notícia	Changana	MDM promete dinamizar o transporte na cidade	2	1
96	86	28-set.	Nampula	MDM	Carlos Saide	Infra-estruturas	2	Notícia	Enakva	MDM Promete construir a ponte sobre o rio Nicuta	2	1
98	88	28-set.	Matola	Renamo	António Muchanga	Infra-estruturas	2	Notícia	Changana	Renamo diz que vai construir vaas de Drenagem	1	1
99	89	28-set.	Matola	MDM	Augusto Pelembe	Infra-estruturas	2	Notícia	Changana	MDM diz que a prioridade é construir vaas de drenagem	2	1
104	94	29-set.	Nampula	Renamo	Paulo Vahle	Infra-estruturas	2	Notícia	Enakva	Paulo Vahle quer alargar o abastecimento de água e construir mais escolas	1	1
105	95	29-set.	Nampula	MDM	Carlos Saide	Infra-estruturas	2	Notícia	Enakva	MDM quer construir hospital, alargar as vias e abrir furos de água	2	1
107	97	29-set.	Matola	Renamo	António Muchanga	Educação/Emprego	2	Notícia	Changana	A Renamo na Matola promete abrir mais postos de trabalho	2	
108	98	29-set.	Matola	MDM	Augusto Pelembe	Transporte	2	Notícia	Changana	MDM diz que melhorará o sistema de transporte e a sua prioridade	1	
112	102	30-set.	Nampula	Frelimo	Luís Guíquia	Saneamento	2	Notícia	Enakva	Frelimo pretende acabar com o lixo se vencer nas eleições de 11 de Outubro	3	1

34	Notícia	Changana	Renamo promete escola de gestão de hotelaria e turismo	1			1
38	Notícia	Emakwa	MDM promete melhorar condições de mercado	1	1		
39	Notícia	Changana	Candidato da Frelimo na Matola pede voto aos comerciantes do mercado T-3	3	1		
40	Notícia	Changana	Renamo Promete juntar a PRIM e a polícia Municipal no combate a Raptos	1		1	1
46	Notícia	Emakwa	Renamo promete mudanças e bem estar social	1		1	
49	Notícia	Changana	Renamo promete mais emprego	1			1
50	Notícia	Changana	MDM promete construir mais estradas	1	1		
52	Notícia	Changana	Ossufo Momade desencoraja actos de violência	1		1	
55	Notícia	Emakwa	Cabeça de lista da Renamo foi pedir voto no bairro de Namicopo	1			1
56	Notícia	Emakwa	MDM promete melhorar condições de vida dos municípios	1		1	
58	Notícia	Changana	Renamo promete melhores condições de vida	1		1	
64	Notícia	Emakwa	Renamo Promete melhorar o saneamento nos mercados	1	1		
65	Notícia	Emakwa	MDM Promete mudança caso vença as eleições	1		1	
67	Notícia	Emakwa	Renamo promete atender as necessidades dos jovens da Matola	1	1		
72	Notícia	Emakwa	MDM promete mudanças e mais Escolas	1	1		

72	Notícia	Enakwa	MDM promete mudanças e mais Escolas	1	1			
80	Notícia	Changana	Frelimo tem parceiros estratégico para o Desenvolvimento	3	1	1		1
87	Notícia	Enakwa	Renamo promete melhorar a segurança em Namitoko	1	1			
93	Notícia	Changana	MDM promete dinamizar o transporte na cidade	2	1			1
96	Notícia	Enakwa	MDM Promete construir a ponte sobre o Rio Nicuta	2	1			1
98	Notícia	Changana	Renamo diz que vai construir valas de Drenagem	1	1			
99	Notícia	Changana	MDM diz que a prioridade é construir valas de drenagem	2	1			1
104	Notícia	Enakwa	Paulo Vahanle quer alargar o abastecimento de água e construir mais escolas	1	1			
105	Notícia	Enakwa	MDM quer construir hospital, alargar as vias e abrir furos de água	2	1			1
107	Notícia	Changana	A Renamo na Matola promete abrir mais postos de trabalho	2		1		
108	Notícia	Changana	MDM diz que melhorar o sistema de transporte é a sua prioridade	1		1		
112	Notícia	Enakwa	Frelimo pretende acabar com o lixo se vencer nas eleições de 11 de Outubro	3	1			2
113	Notícia	Enakwa	A renamo foi pedir voto no mercado Belenenses e Nalokho	1	1			
115	Notícia	Changana	A Renamo quer melhorar a segurança pública nas escolas	1		1		
116	Notícia	Changana	MDM promete requalificar as vias de acesso da Urbe	1	1			

2 out.	Maputo	MDM	Augusto Mlaza	Transporte	2	Notícia	Portugal	MDM promete melhorar transporte e emprego para jovens	1	1			
2 out.	Matola	Frelimo	Julio Parrique	Transporte	3	Notícia	Changara	Frelimo tem planos estratégicos para o desenvolvimento	3	1	1	1	
2 out.	Matola	Resumo	Antonio Muchanga	Corrupção	2	Notícia	Portugal	Cabeça de lista da Resumo promete combater a corrupção caso vença	1				
2 out.	Matola	MDM	Augusto Pelmbe	Saneamento	2	Notícia	Portugal	MDM promete construir valas de drenagem para melhorar saneamento nas Matola	1				
27 set.	Maputo	Resumo	Venancio Mondlane	Saúde	2	Notícia	Portugal	Cabeça de lista da Resumo promete criar postos de trabalho na fca Timba	1	1			
27 set.	Maputo	MDM	Augusto Mlaza	Educação/Emplego	2	Notícia	Portugal	MDM promete criar mais postos de trabalho na fca Timba	1				
27 set.	Nampula	Resumo	Paulo Vahala	Segurança	2	Notícia	Esinalva	Resumo promete melhorar a segurança em Namitico	1	1			
27 set.	Nampula	MDM	Carlos Sulo	Infra-estruturas	2	Notícia	Portugal	MDM promete construir Furo de água em Matola Rix	1	1			
27 set.	Matola	Frelimo	Julio Parrique	Educação/Emplego	2	Notícia	Portugal	MDM promete construir Furo de água em Matola Rix	2	1	1	1	
27 set.	Matola	Resumo	Antonio Muchanga	Infra-estruturas	2	Notícia	Portugal	Resumo quer construir valas de drenagem em Kobo	1				
28 set.	Maputo	Resumo	Venancio Mondlane	Saneamento	2	Notícia	Portugal	Venancio Mondlane promete melhorar o saneamento nos mercados	1	1			
28 set.	Maputo	MDM	Augusto Mlaza	Transporte	2	Notícia	Changara	MDM promete dinamizar o transporte na cidade	2	1	1	1	
28 set.	Nampula	Frelimo	Luis Guluquina	Saneamento	2	Notícia	Portugal	Cabeça de lista da Frelimo promete acabar com o lixo no bairro Namitico	2	1	1	1	
28 set.	Nampula	Resumo	Paulo Vahala	Saneamento	2	Notícia	Portugal	Paulo Vahala promete concluir seus projetos de saneamento em Matola	2	1	1	1	
28 set.	Nampula	MDM	Carlos Sulo	Infra-estruturas	2	Notícia	Esinalva	MDM promete construir a ponte sobre o Rio Nouta	2	1	1	1	
28 set.	Matola	Frelimo	Julio Parrique	Saneamento	2	Notícia	Portugal	Frelimo promete melhorar condições de saneamento no mercado Santos	1				
28 set.	Matola	Resumo	Antonio Muchanga	Infra-estruturas	2	Notícia	Changara	Resumo diz que vai construir valas de drenagem	1	1			
28 set.	Matola	MDM	Augusto Pelmbe	Infra-estruturas	2	Notícia	Changara	MDM diz que a prioridade é construir valas de drenagem	2	1			
28 set.	Maputo	Frelimo	Ricardo Henrique	Outras	2	Notícia	Portugal	Frelimo reuniu com seus membros na cidade de Maputo	2	1	1	1	
29 set.	Maputo	Resumo	Venancio Mondlane	Segurança	2	Notícia	Portugal	Resumo promete acabar com a corrupção na cidade	1				
29 set.	Maputo	MDM	Augusto Mlaza	Educação/Emplego	2	Notícia	Portugal	MDM promete mais postos de emprego caso vença e secretário de 11 de Outubro	1	1			
29 set.	Nampula	Resumo	Paulo Vahala	Infra-estruturas	2	Notícia	Esinalva	Paulo Vahala quer alargar o abastecimento de água e construir mais escolas	1	1			
29 set.	Nampula	MDM	Carlos Sulo	Infra-estruturas	2	Notícia	Esinalva	MDM quer construir hospital, alargar a rede e abrir furos de água	2	1			
29 set.	Matola	Frelimo	Julio Parrique	Saúde	2	Notícia	Portugal	A Frelimo promete melhorar o sistema de saúde na cidade da matola	1	1			
29 set.	Matola	Resumo	Antonio Muchanga	Educação/Emplego	2	Notícia	Changara	A Resumo na Matola promete abrir mais postos de trabalho	2	1	1	1	

4 out.	Nampula	MON	Carlos Saló	Infra-estrutura	1	Noticia	Portugal	MON pretende melhorar salinas de sal e educação	1		1		
4 out.	Matos	Frelimo	Júlia Parrague	Infra-estrutura	2	Noticia	Portugal	Frelimo pretende criar unidade de boa governação	1	1			
4 out.	Matos	Ruano	António Machado	Educação/Emprego	1	Noticia	Chargata	Ruano pretende criar mais emprego	1			1	
4 out.	Matos	MON	Augusto Pimenta	Transporte	1	Noticia	Chargata	MON pretende construir mais estradas	1	1			
5 out.	Magato	Ruano	Venâncio Mondlane	Mudança	2	Noticia	Chargata	Quando Mondlane descerá o acto de violência	1		1		
5 out.	Magato	MON	Augusto Múzo	Mudança	2	Noticia	Portugal	MON foi pedir visto ao mercado interno Aquéto	1	1			
5 out.	Nampula	Frelimo	Luís Gualquira	Transporte	2	Noticia	Portugal	Luís Gualquira de Frelimo pretende apoiar transporte	1	1			
5 out.	Nampula	Ruano	Paulo Vale	Infra-estrutura	2	Noticia	Escalva	Colégio de lá de Ruano foi pedir visto no bairro de Nampulo	1			1	
5 out.	Nampula	MON	Carlos Saló	Mudança	1	Noticia	Escalva	MON pretende melhorar condições de vida dos municípios	1		1		
5 out.	Matos	Ruano	António Machado	Mudança	1	Noticia	Chargata	Ruano pretende melhorar condições de vida	1		1		
5 out.	Matos	MON	Augusto Pimenta	Transporte	2	Noticia	Portugal	MON Pretende um terminal de carga	1			1	
6 out.	Magato	Frelimo	Rosário Manique	Saneamento	2	Noticia	Portugal	Frelimo pretende reestruturar os bairros	3	1	2		
6 out.	Magato	Ruano	Venâncio Mondlane	Infra-estrutura	2	Noticia	Portugal	Ruano pretende construir mercados conjuntos	1		1		
6 out.	Magato	MON	Augusto Múzo	Saneamento	2	Noticia	Portugal	MON pretende melhorar o saneamento no mercado Ipanema	1			1	
6 out.	Nampula	Ruano	Paulo Vale	Saneamento	1	Noticia	Escalva	Ruano Pretende melhorar o saneamento nos mercados	1		1		
6 out.	Nampula	MON	Carlos Saló	Mudança	1	Noticia	Escalva	MON Pretende mudar-se com vários edifícios	1		1		
6 out.	Matos	Ruano	António Machado	Iniciativa Juvenil	2	Noticia	Escalva	Ruano pretende atender as necessidades dos jovens da Matos	1		1		
6 out.	Matos	MON	Augusto Pimenta	Transporte	2	Noticia	Portugal	MON pretende construir mercado interno	1	1			
8 out.	Magato	MON	Augusto Múzo	Educação/Emprego	2	Noticia	Portugal	MON pretende construir escola conjuntas se vencer o edifício de 11 de Outubro	1			1	
8 out.	Nampula	MON	Carlos Saló	Mudança	2	Noticia	Escalva	MON pretende mudar-se e na Escalva	1		1		
8 out.	Matos	Frelimo	Júlia Parrague	Saneamento	3	Noticia	Portugal	Frelimo encerra a campanha sanitária	3	1	1	1	
8 out.	Matos	Ruano	António Machado	Mudança	2	Noticia	Portugal	Ruano pretende mudar-se a ver os edifícios	1			1	
8 out.	Matos	MON	Augusto Pimenta	Governança local/Infra-estrutura	2	Noticia	Portugal	MON de que a sua governação vai incluir gestões de todo país	1			1	
2 out.	Magato	Frelimo	Rosário Manique	Transporte	2	Noticia	Portugal	Rosário Manique de Frelimo reuniu com Insuportar Público	2	1	1		
2 out.	Magato	Ruano	Venâncio Mondlane	Saneamento	2	Noticia	Portugal	Ruano pretende melhorar condições de trabalho no mercado da Capital	1			1	
2 out.	Magato	MON	Augusto Múzo	Transporte	2	Noticia	Portugal	MON Pretende melhorar transporte e emprego para jovens	1		1		

7 out.	Maputo	Frelimo	Raquel Ntshike	CUUBAS	2	Noticia	Portugal		1	1		
7 out.	Maputo	Renamo	Venancio Mondlane	Transporte	2	Noticia	Portugal	Venancio Mondlane promete melhorar o sistema de transportes	1	1		
7 out.	Maputo	MDM	Augusto Mlazo	Mudanca	1	Noticia	Portugal	O Presidente do Partido Reforma caminha do candidato do MDM para Maputo	2	1	1	
7 out.	Nampula	Frelimo	Luiz Guizura	Infra-estruturas	2	Noticia	Portugal	Frelimo promete acabar com lixo e buracos na via	1	1		
7 out.	Nampula	Renamo	Paulo Vohale	Infra-estruturas	2	Noticia	Portugal	Renamo promete construir ponticas	1		1	
7 out.	Nampula	MDM	Carlos Salde	Mudanca	1	Noticia	Portugal	MDM promete financiar indicativos juvenis	2		1	
7 out.	Matola	Renamo	Antonio Muchanga	Emprego	2	Noticia	Chargana	Renamo promete emprego e estradas novas	1		1	
7 out.	Matola	MDM	Augusto Pilemba	Transporte	2	Noticia	Portugal	MDM promete melhor gestao municipal	2	1	1	
1 out.	Maputo	Renamo	venancio Mondlane	Infra-estruturas	2	Noticia	Chargana	A Renamo promete melhorar sistema de escoamento de Agua	1	1		
1 out.	Maputo	MDM	Augusto Mlazo	Transporte	3	Noticia	Chargana	MDM distribui panfleto e explica a sua posicao no Boletim de Voto	3		2	1
1 out.	Nampula	Frelimo	Luiz Guizura	Infra-estruturas	2	Noticia	Portugal	Frelimo promete infraestruturas Novas	2	1	1	
1 out.	Nampula	MDM	Carlos Salde	Infra-estruturas	2	Noticia	Enxawa	MDM promete construir melhores mercados e Escolas	2	1	1	
1 out.	Matola	Frelimo	Julio Parrique	Otras	2	Noticia	Chargana	Frelimo explica sua posicao no Boletim de Voto	3	1	1	1
1 out.	Matola	Renamo	Antonio Muchanga	Infra-estruturas	2	Noticia	Chargana	Renamo promete melhoria de condicoes de acesso	1		1	
1 out.	Matola	MDM	Augusto Pilemba	Transporte	1	Noticia	Portugal	MDM promete emprego para jovens	1	1		
3 out.	Maputo	Renamo	Venancio Mondlane	Educação/Emprego	2	Noticia	Chargana	Renamo promete escola de gestao de hotelaria e turismo	1		1	
3 out.	Maputo	MDM	Augusto Mlazo	Saneamento	2	Noticia	Portugal	MDM promete melhorar o saneamento e construir mais Estradas	2	1	1	
3 out.	Nampula	Renamo	Paulo Vohale	Infra-estruturas	2	Noticia	Portugal	Renamo promete construir uma Ponte Sobre Rio Muatla	1		1	
3 out.	Nampula	MDM	Carlos Salde	Infra-estruturas	1	Noticia	Enxawa	MDM promete melhorar condicoes de mercado	1	1		
3 out.	Matola	Frelimo	Julio Parrique	Transporte	2	Noticia	Chargana	Candidato da Frelimo na Matola pede voto aos comerciantes do mercado T3	3	1		
3 out.	Matola	Renamo	Antonio Muchanga	Saneamento	2	Noticia	Chargana	Renamo Promete juntar a PM e a policia Municipal no combate a Rapos	1		1	1
3 out.	Matola	MDM	Augusto Pilemba	Educação/Emprego	2	Noticia	Portugal	MDM promete construir escola e abrir mais estradas	1		1	
4 out.	Maputo	Renamo	Venancio Mondlane	Saneamento	2	Noticia	Portugal	Renamo promete governação participativa e revitalizar desporto	1	1		
4 out.	Maputo	MDM	Augusto Mlazo	Transporte	2	Noticia	Portugal	MDM Promete pavimentar Ruas	1	1		
4 out.	Nampula	Renamo	Paulo Vohale	Infra-estruturas	1	Noticia	Enxawa	Renamo promete mudanca e bom estar social	1		1	
4 out.	Nampula	MDM	Carlos Salde	Educação/Emprego	1	Noticia	Portugal	MDM promete melhorar sistemas de saude e	1		1	

29 set.	Maputo	Frelimo	Raquel Menezes	Outras	2	Notícia	Portugal	Frelimo reuniu com seus membros na cidade de Maputo	2	1	1			
29 set.	Maputo	Raiano	Venancio Mondlane	Segurança	2	Notícia	Portugal	Raiano promete acabar com a corrupção na cidade	1		1			
29 set.	Maputo	MDM	Augusto Maza	Educação/Emprego	2	Notícia	Portugal	MDM promete mais postos de emprego caso vença o escrutínio de 11 de Outubro	1		1			
29 set.	Nampula	Raiano	Paulo Vazale	Infra-estruturas	2	Notícia	Enslwa	Paulo Vazale quer alargar o abastecimento de água e construir mais escolas	1		1			
29 set.	Nampula	MDM	Carlos Sade	Infra-estruturas	2	Notícia	Enslwa	MDM quer construir hospitais, alargar as vias e abrir furos de água	2		1		1	
29 set.	Matola	Frelimo	Julio Parrique	Saúde	2	Notícia	Portugal	A Frelimo promete melhorar o sistema de saúde na cidade da matola	1		1			
29 set.	Matola	Raiano	António Muchanga	Educação/Emprego	2	Notícia	Changana	A Raiano na Matola promete abrir mais postos de trabalho	2		1			
29 set.	Matola	MDM	Augusto Pelmbe	Transporte	2	Notícia	Changana	MDM diz que melhorará o sistema de transporte e a sua prioridade	1		1			
30 set.	Maputo	Frelimo	Raquel Menezes	Transporte	2	Notícia	Portugal	A Frelimo quer ampliar a frota de autocarros públicos na cidade de Maputo	2		1		1	
30 set.	Maputo	Raiano	Venancio Mondlane	Corrupção	2	Notícia	Portugal	Venancio Mondlane diz que combaterá a Corrupção e a sua prioridade	1		1			
30 set.	Maputo	MDM	Augusto Maza	Educação/Emprego	2	Notícia	Portugal	MDM promete construir mais escolas na Ka Tembe	1		1			
30 set.	Nampula	Frelimo	Luis Guluira	Saneamento	2	Notícia	Enslwa	Frelimo pretende acabar com o lixo se vencer nas eleições de 11 de Outubro	3		1		2	
30 set.	Nampula	Raiano	Paulo Vazale	Transporte	2	Notícia	Enslwa	A Raiano foi pedir voto no mercado Bebovenses e Naldito	1		1			
30 set.	Matola	Frelimo	Julio Parrique	Outras	2	Notícia	Portugal	A Frelimo reservou o dia para explicar a sua posição no Boletim de Voto	2		1		1	
30 set.	Matola	Raiano	António Muchanga	Segurança	2	Notícia	Changana	A Raiano quer melhorar a segurança pública nas escolas	1				1	
30 set.	Matola	MDM	Augusto Pelmbe	Infra-estruturas	2	Notícia	Changana	MDM promete requalificar as vias de acesso da Ube	1		1			

ANEXO B - APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2023 NA EMISSORA PÚBLICA TELEVISÃO DE MOÇAMBIQUE (TVM)

Pesquisador: Antonio Damiao

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 82905024.6.0000.0105

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Ponta Grossa

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.184.387

Apresentação do Projeto:

A pesquisa propõe analisar a relação entre a televisão pública e política em Moçambique, discutindo como a relação destes dois sistemas influenciaram nas sextas eleições municipais, ocorridas em 2023. O objetivo geral é analisar o processo da roteirização produtiva da Televisão de Moçambique durante o período da campanha eleitoral para as eleições de 11 de outubro de 2023 envolvendo três partidos políticos: Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) e Movimento Democrático de Moçambique (MDM). O objeto empírico é formado por 109 conteúdos publicados pela emissora durante o período de 12 dias nos municípios de Maputo, Matola e Nampula. O corpus consiste no levantamento bibliográfico de dissertações, teses que abordam sobre o tema jornalismo e política, além de legislações que regulamentam a atividade jornalística em Moçambique. Esta é uma pesquisa qualiquantitativa que tem como aporte metodológico a análise de conteúdo associada à entrevista, que será direcionada aos profissionais envolvidos na produção

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22

Bairro: Uvaranas

CEP: 84.030-900

UF: PR

Município: PONTA GROSSA

Telefone: (42)3220-3282

E-mail: propespsecretaria@uepg.br

Todos os documentos pertinentes foram apresentados em anexo e de acordo com as normas 466/2012 e 510/2016

Recomendações:

Enviar o relatório final ao término do projeto por Notificação via Plataforma Brasil para evitar pendências.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após análise documental considera-se aprovado este projeto e devidamente autorizado para seu início conforme cronograma apresentado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2402101.pdf	21/10/2024 17:34:14		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	21/10/2024 17:28:12	Antonio Damiao	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Detalhado.pdf	19/08/2024 16:42:24	Antonio Damiao	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	19/08/2024 16:35:35	Antonio Damiao	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3282 **E-mail:** propespsecretaria@uepg.br